

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CASA DE OSWALDO CRUZ**

JOSÉ GOMES TALARICO
(Entrevista)

Ficha Técnica

Projeto de pesquisa – Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil

Entrevistado – José Fuks (JF)

Entrevistadores – Nísia Verônica Trindade Lima, Marcos Chor Maio, Luiz Octávio Coimbra

Data – 03 e 12 /08/1987, 04/09/1987, 04 e 16/11/1987

Local – Rio de Janeiro/RJ

Duração – 7h30min

A citação de trechos da transcrição deve ser textual com indicação de fonte conforme abaixo:

TALARICO, José Gomes. *José Gomes Talarico. Entrevista de história oral concedida ao projeto Memória da assistência médica da Previdência Social no Brasil*, 1987. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 2021. 115p.

Data: 03/08/1987

Fita 1 – Lado A

MC Nós estamos aqui na casa do dr. José Gomes Talarico, hoje é dia 3 de agosto de 1987, com os entrevistadores Nísia e Marcos, em mais uma etapa do nosso projeto Memória da Assistência Médica na Previdência Social. Senhor José Talarico, nós queríamos saber onde é que o senhor nasceu e em que ano.

JT 1915. Na capital de São Paulo.

MC E sua família, qual a origem?

JT A minha família... Meu pai é descendente de italianos, de calabreses, que emigraram aí, o meu avô, pelos idos de 1890, por aí, indo primeiro para os Estados Unidos, depois Argentina e, em consequência de uma peste na Argentina, exatamente em Mar Del Plata, foram para São Paulo. O meu avô e meu pai eram mestres de arquitetos, trabalhavam especialmente em pontes e templos religiosos. De maneira que, em São Paulo, foi meu pai que introduziu o cimento armado do tipo que se iniciou nos Estados Unidos. Aço e cimento. E uma das suas obras, que ainda persiste, iniciada aí pelos anos de 1914-15, a Casa Michel, uma antiga relojoaria, joalheria...

MC Joalheria.

JT Que depois de 50 anos de construção ainda suportou mais cinco andares reconstruídos. E foi um homem, se engajou no progresso de São Paulo, a partir do ano de 1901, 1902, fazendo construções, por exemplo, na ferrovia de Mogiana e na Sorocabana.

MC Sim. Agora, por que ele saiu da Itália? Por que tanto o seu avô como seu pai saíram?

JT Uma tendência, vamos dizer, socialista, anarquista. E o meu avô passou a ser perseguido pela Igreja, consequentemente, pelas suas idéias, exatamente, na Calábria.

MC Quer dizer, a saída da Itália não foi por motivações políticas.

JT Foi exatamente por motivos políticos.

NT No caso do seu avô?

JT Por parte do meu avô. Pedro Talarico.

MC Porque em termos de condições de vida, eles tinham uma condição de vida boa?

JT Tinha condições de vida boa, porque eram mestres arquitetos e ótimos construtores, de maneira que não faltava trabalho. Mas, evidentemente, a partir do momento em que, externadas as suas idéias políticas, passaram a ter perseguição não só do Estado, que era monarquia, naquele tempo, como da Igreja.

MC Mas a trajetória foi primeiro para os Estados Unidos. Por quê?

JT Foi primeiro. Porque havia, naquela época, uma tendência imigratória para os Estados Unidos. Ali eles não se ambientando, foram para a Argentina.

NT Isso em que ano?

JT Especialmente em Mal Del Plata. E, depois de alguns anos ali, houve uma peste, não sei, não me lembro se foi a bubônica, se foi a febre amarela, sei que saíram, deixaram a Argentina, se situando em São Paulo. E antes da proclamação da República. Tanto assim que meu pai, por ser italiano, mas tendo entrado no Brasil antes da proclamação da República, pela Constituição de [18]89, era considerado brasileiro nato.

MC Pela Constituição de [18]91.

JT De [18]91. [18]89, [18]91.

MC E ele falava, ele tinha lembrança assim da Itália?

JT Sim, ele deixou família lá. Deixou a mãe, a minha avó ficou...

MC Ah, ficou? Quando...

JT Ficou. E alguns parentes, tios. Uma família muito grande. San Giovanni in Fiore, na Calábria. Geralmente onde existia maior número de imigrantes da Calábria é aqui no Rio de Janeiro. Especialmente de San Giovanni in Fiore e De Paula, que são esses, praticamente, os vendedores de jornais e revendedores, distribuidores de jornais. Você vai encontrar uma camada muito grande, aqui no Rio de Janeiro, de descendentes de calabreses, exatamente dessa província.

NT Seu pai, quando saiu da Itália tinha quantos anos?

JT Hein?

NT Seu pai tinha quantos anos quando saiu da Itália?

JT Ele devia ter 17, 18 anos de idade.

MC Então ele já saiu adolescente, já para adulto.

JT É. Adolescente. Com o pai.

MC Quer dizer, dizem assim que existe um sangue calabrês ou alguma coisa assim de... Quem nasce na Calábria, o senhor mesmo fala na entrevista para o CPDOC*, que o senhor tinha um sangue calabrês. O que quer dizer isso?

JT Não, que na Calábria há o temperamento forte, agressivo, enquanto que em outras regiões, por exemplo, lá a honra se lava com uma faca. E há princípios assim, históricos, mostrando que é um povo forte, agressivo e muito cioso dos princípios regionais. E minha mãe era descendente, por exemplo, de portugueses. Era descendente de mouros. De Trás-dos-Montes. Outra região também de gente de temperamento muito forte, onde as contendas eram resolvidas a pau, chamadas lutas de pau. E, evidentemente, você pega, portanto, a minha descendência, de um lado, por parte de pai, da Calábria, decidindo as coisas de honra na base de faca (risos) e, por parte de mãe, Portugal, Trás-dos-Montes, à base de pau. (risos)

MC Quando seu avô chegou aqui no Brasil, quer dizer, ele foi primeiro para os Estados Unidos. E depois saiu dos Estados Unidos. Qual foi a razão de ter saído dos Estados Unidos?

JT Eu tenho a impressão que não se adaptaram.

MC Não se adaptaram.

JT É. Na ocasião, no início de 1890... Antes de 1884, [18]85, por aí, ou antes um pouco, as condições de vida em *New York* não eram fáceis. E com a chegada da imigração, não só da Itália como da Polônia, da Irlanda, as condições de vida, nos Estados Unidos, para os imigrantes, não era fácil. E eles como eram um espírito assim, construtores, chegaram à conclusão que o melhor seria irem para a Argentina. Aí foram. Com espírito aventureiro... E deixaram ali algumas marcas. Por exemplo, hoje, onde está localizado o cassino de Mar Del Plata, foi uma área adquirida pelo meu avô. Mas que abandonou. Tanto assim que, alguns anos depois, depois de 1930, meu pai chegou a questionar a possibilidade de reivindicar a posse dessa área. Mas ela tinha sido abandonada há mais de 100 anos, de maneira que não houve nenhuma possibilidade de posse ou reposse, voltar à posse dessa área.

MC Essa formação de arquiteto, tanto seu avô como seu pais, foi feita onde?

JT Foi lá na Itália mesmo.

MC Eles tiveram uma formação universitária? Eles foram para a universidade? Seu avô...

* CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentações da História Contemporânea do Brasil.

JT Não. Já era uma tendência, uma especialização da família.

MC Ah, a família já tinha uma tradição de...

JT Já tinha uma tradição da construção de...

NT O senhor usou o termo – mestre-arquiteto.

JT É. Antigamente não havia arquitetos nem engenheiros, eram mestres. A pessoa, quando chegava a ser chamada de mestre na construção de templos e, especialmente, pontes, era considerado um grande profissional. E, evidentemente, demonstraram isso não só na Argentina como em São Paulo.

MC Em São Paulo. Porque o senhor está dizendo assim, o senhor disse que seu avô participou da construção da ferrovia, em São Paulo...

JT Não. Isso já meu pai. Na construção da estrada Mogiana e Sorocabana. Construindo estações e armazéns. Especialmente ele se localizou durante muito tempo em Cravinhos e Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Exatamente na mesma região em que o Francisco Matarazzo também se posicionou naquela época.

MC Ele iniciou lá ou?

JT Ah, ele iniciou lá. Cravinhos, Ribeirão Preto. Aquela zona ali. Negociando, o Francisco Matarazzo, com porcos, fabricantes de lingüiças, e daí vem a sua ascensão industrial em São Paulo.

MC Mas Matarazzo era do norte da Itália, não?

JT Não sei de onde são. Eu sei que foram contemporâneos de chegada no Brasil.

MC E além dessa Mogiana, ele participou de outras atividades na cidade de São Paulo, nesse período?

JT Em muitas construções. Existe, ainda, até hoje, indo... Hoje, por exemplo, na Líbero Badaró, pégado ao hotel Othon Palace, existia a Casa Falcão, que também era uma construção de arquitetura muito bonita, mas que hoje foi derrubada porque deu lugar a um arranha-céu. Mas a marca dele é essa construção na rua 15 de novembro, esquina da Quitanda...

NT A Casa Michel.

JT A Casa Michel, onde foi depois reconstruído, anos depois, 40 ou 30 anos depois, mais cinco andares. O que demonstra a sua capacidade, não só em termos de fundição como também de estrutura.

MC Esse período aí que seu pai, esse período é o quê? 1900 e... O senhor pode...

JT Período de 1988, [19]87, daí para diante.

MC Isso já é atuando em São Paulo?

JT Atuando em São Paulo.

MC Sei. Porque esse período, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, são períodos de grandes reformas urbanas, muito ligados à...

JT Sim, aí foi a época de ouro da exportação do café e, evidentemente, também do crescimento de São Paulo.

MC Ele falava assim.. Falava com o senhor dessa situação, por exemplo, problema de saúde na cidade e também...

JT Não. Não me lembro disso assim.

MC Não se lembra dele falando...

JT Eu estive ligado durante muitos anos à Faculdade de Medicina de São Paulo. Fui secretário administrativo do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, que é o órgão representativo do corpo discente, e não era estudante de medicina, mas também fiz lá especialização em medicina legal, porque eu era aluno do Instituto de Criminologia. E, evidentemente, essas condições de saúde estão muito ligadas ao problema da faculdade de Medicina de São Paulo. Que foi fundada pelo Arnaldo Vieira de Carvalho. Existia aí uma antiga faculdade que depois, com a doação da Fundação Rockefeller, se construiu a nova faculdade, que é, sem dúvida nenhuma, exemplar.

MC Porque, por exemplo, essas reformas urbanas do início do século, na passagem do século, do século XIX para o século XX, estavam muito ligadas a problemas de saúde, problemas de doenças...

JT É, mas não havia muito progresso em São Paulo, em termos de saúde. Havia grandes nomes que se especializaram, em função da faculdade de medicina. Porque até então, até a fundação, em 1915, [19]16 ou [19]17, a faculdade de medicina, todos estudavam fora. Aqui no Rio de Janeiro ou vinham ou estudavam no exterior. Exatamente com... Eu tenho até aqui, se não me engano, a *Memória da Faculdade de Medicina*. Porventura está aqui. A *Memória Histórica da Faculdade de Medicina* de São Paulo. Foi fundada por Arnaldo Vieira de Carvalho... O que se pode dizer é que o esboço dessa faculdade foi feito em 24 de novembro de 1891. Sancionada pelo presidente Américo Brasiliense de Almeida e Mello, que era presidente do estado de São Paulo. E só 21 anos depois, em 19 de dezembro de 1912, é que foi estabelecida como Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Pela lei 1357, assinada então pelo Presidente Rodrigues Alves, que era então também presidente de São Paulo. Ela

teve um regulamento, por exemplo, baixado em 1913, quando entrou em vigor. Quer dizer, praticamente, a Faculdade de Medicina de São Paulo é que, a partir daí, a evolução...

MC A formação dos médicos. Porque até então...

JT Depois, mais tarde, surgiu a Escola Paulista de Medicina. Mas muitos anos depois. E depois a Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas. Mas sempre com muita oposição da faculdade de Medicina, porque melhor teria sido aumentar o número de matrículas na faculdade do que criar novas faculdades. Mas, de qualquer maneira, foi um desenvolvimento em São Paulo.

MC Bem. Nesse período que o seu pai está em São Paulo, como é que... Quer dizer, o senhor nasceu em 1915, não é?

JT Em 1915.

MC E como é que foi assim a sua infância?

JT A minha infância foi assim, vamos dizer, normal, de moleque de rua.

NT O senhor tinha muitos irmãos?

JT Seis por parte do primeiro matrimônio e quatro por parte do segundo matrimônio. Eram dez. E eu praticamente estudei em grupo escolar, depois fiz o Colégio Nossa Senhora do Carmo, que era uma das melhores instituições de ensino em São Paulo, Ginásio Moura Santos, Ginásio Paulistano, depois, em [19]33, fiz vestibular para a escola de sargentos-aviadores. Porque naquela época para se fazer o curso de aviação, entrava-se primeiro para a Escola de sargentos-aviadores. Depois do curso de sargentos-aviadores é que havia a habilitação para a Escola Militar, para sair tenente-aviador. E eu, em [19]33, tentei, mas acabei desistindo de fazer os exames. E foi uma sorte muito grande, porque a minha turma que entrou, eram de 100, acabou excluída, em [19]35, por causa da revolução. Não ficou um. Porque a escola de sargentos-aviadores, que funcionava no Campo dos Afonsos, foi envolvida, sem saber, no movimento revolucionário de [19]35. E, evidentemente, os oficiais comprometidos com essa revolução fizeram com que os alunos da escola de aviação viessem a assumir uma participação. Mas sem que revelassem se era uma revolução legalista ou se era de fato uma revolução. E isso determinou. De qualquer maneira, para mim, foi producente não ter entrado para a Escola de sargentos-aviadores, porque eu seria, sem dúvida nenhuma, também, dois anos depois, excluído.

NT Agora, antes de o senhor ter feito essa opção pelo vestibular na escola de sargentos-aviadores, o senhor colocou que... O senhor é filho do primeiro ou segundo casamento?

JT Do segundo. O mais velho do segundo.

NT Do segundo. Do segundo casamento de seu pai. E no caso, nessa família numerosa, os filhos se interessaram pela atividade de construção, não se interessaram? O senhor, por exemplo, nunca se interessou em continuar a profissão do seu pai?

JT Eu pretendi, mas ele achava que já tinham dois filhos que eram Pedro e Antonio, que já eram da profissão também. Um era arquiteto, formado em São Paulo, e outro, engenheiro agrimensor. Então, praticamente, o grande desejo dele é que eu seguisse outra profissão. Mas eu, com a idade de 14 anos, em função de um filme que meu pai assistiu, em que passavam *flashes* sobre a vida do Presidente Roosevelt. E mostrava o Presidente Roosevelt... o filho do Presidente Roosevelt, tratando de uma granja. Carregando carrinho, cuidando do aviário, enfim, dando alimentação às aves e tal. Isso determinou que o meu pai achando que eu devia iniciar... Porque todos os seus quatro, dos seis filhos do primeiro matrimônio, todos fizeram curso na Itália.

MC Ah, iam para a Itália estudar?

JT Iam para a Itália. Era a grande tendência das famílias que alcançavam uma situação social regular, era mandar os filhos para estudar na Europa. E quatro dos meus irmãos foram estudar na Europa.

MC Foram estudar na Itália.

JT Na Itália e...

MC Teve algum que foi estudar em outro país da Europa?

JT Não. Não. Na Itália. Só na Itália.

MC Só na Itália. E estudar o quê?

JT Arquitetura, agrimensor, enfim, essas profissões que eles exerceram. Uma outra, professora, o outro, farmacêutico.

MC E no segundo casamento não aconteceu a mesma coisa?

JT Não. No segundo casamento, por exemplo, eu era o mais velho, ele achou que eu devia trabalhar. E eu comecei a trabalhar com 14 anos de idade. Numa firma R. Monteiro, existe até aqui. Uma firma tradicional em venda de casimiras e sedas. É uma grande casa, cujo proprietário era amigo dele, amigo do meu pai. E, consequentemente, eu fui trabalhar. Mas eu, talvez por um ano, um ano e pouco. E como eu fazia muito esporte e havia um grupo da faculdade de medicina que se preparava para disputar as regatas universitárias, que eram anuais, em São Paulo, e precisavam de alguém que ajudasse a treinar patrão, era, vamos dizer, iate a quatro, era a grande disputa, então davam grande importância a essa disputa, as escolas superiores. E eu fui ser patrão da guarnição da Faculdade de Medicina. Com isso fui levado para trabalhar no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, passando a ser secretário administrativo. Quando se

construía o primeiro estádio universitário do Brasil, com piscina, ginásio, campo de futebol, pista de atletismo, e eu, praticamente, além de secretário administrativo, era uma espécie de feitor das obras, para ver o andamento, o material que faltava.

MC Bem, antes de o senhor falar mais desse período, que já é na década de [19]30, o senhor disse que o seu pai se casou duas vezes. Quer dizer, no primeiro casamento ele se casou com quem?

JT Com uma conterrânea dele, uma italiana.

MC Uma conterrânea, uma italiana. E depois se casou com a sua mãe que era...

JT Com a minha mãe que era portuguesa.

MC Mas então como é que é? Havia muita ligação entre as comunidades?

JT Não, a ligação foi a seguinte. Ele, praticamente, com seis filhos do primeiro matrimônio, eu tinha um tio que era empreiteiro de carpintaria, e minha mãe tinha 1913, por aí, [19]13, 1914, tinha chegado de Portugal. Estava na casa desse meu tio, que era casado com uma irmã dela. E aí vem o relacionamento dele com a minha mãe.

MC Seu pai, do primeiro casamento, ele ficou o que, viúvo? Ele ficou viúvo ou ele?

JT Ficou viúvo.

NT E no caso o senhor falou dos irmãos homens. Quantos homens e quantas mulheres na família?

JT Praticamente, do primeiro matrimônio, quatro homens e duas mulheres. No segundo casamento, dois homens e duas mulheres.

NT Como é que era? Porque o senhor falou que os filhos iam para a Europa estudar. As moças também?

JT Uma delas, Maria, foi estudar piano.

MC E como é que era o ambiente em casa? O seu pai lia muito? O senhor tinha muito contato com a cultura?

JT Não, ele era um homem de trabalho, se dedicava, levantava muito cedo, levantava cinco e meia, seis horas da manhã, ia para o trabalho, nós íamos para a escola, nos encontrávamos durante as refeições, o almoço, o jantar. E praticamente à noite, dormia muito cedo, oito, oito e meia, 9 horas no máximo eu já estava dormindo.

MC E o senhor morava em São Paulo onde? Em que bairro?

JT No Belenzinho.

MC Belenzinho. Que é um bairro típico de italianos.

JT É. Era, na época, Brás e Belenzinho, típicos de portugueses e italianos. Hoje não. Hoje é praticamente de nortistas.

NT O senhor nos falou também que o seu avô saiu da Itália em função da filiação ao anarquismo, das idéias anarquistas que ele tinha. O senhor tem alguma lembrança do seu avô ou seu pai também...

JT Não. Nenhuma. Nenhuma porque eu não o alcancei. Ele já tinha morrido quando eu nasci.

NT E seu pai? Seu pai falava sobre esse passado político do seu avô?

JT Não. Muito pouco. Era um homem muito... Ele foi muito ligado ao Washington Luís, ao Júlio Prestes. Porque Júlio Prestes foi advogado dessa casa que fez a construção. Então, em função disso, os contratos, essa coisa, eram discutidos entre ele e o Júlio Prestes. Daí vem o relacionamento dele também com o Washington Luís que foi prefeito em São Paulo, primeiro.

MC Então essa tradição anarquista não se manteve?

JT Não. Não. Chegou, eu tenho a impressão de que ela só persistiu durante o período que estavam na Itália. E eu tenho a impressão de que até eram apenas idéias e não atividades ou práticas. Mas antigamente o pensar era crime também. Então eu tenho essa impressão que, talvez, por externar idéias ou... Essa é a impressão que eu tenho. Porque ele nunca foi um militante. Tanto assim que depois ele pertenceu ao Partido Republicano Paulista.

NT E como é que o senhor avalia esse pertencimento ao PRP? Era uma ligação mais em função da atividade dele ou ele acreditava nas idéias do partido?

JT Eu não entendi.

NT O seu pai acreditava nas idéias do partido?

JT Não! Nunca, mas nunca mais falou nisso. Apenas algumas vezes eu vi algumas obras sobre socialismo e tal. E ele sempre foi muito adverso ao regime de Mussolini, então, às vezes, os comentários eram em termos do regime que existia. E, de vez em quando, também as suas antipatias pelo reinado do Victor Emmanuel, o Rei Victor Emmanuel. Às vezes ele comentava, evidentemente a gente percebia que eram comentários críticos.

NT E em relação ao PRP?

JT Em relação ao PRP, em função das suas ligações com Washington Luís, com Júlio Prestes, que ele construiu a sua casa na rua Maranhão, depois essa Casa Michel, a Casa Falcão, e o Júlio Prestes era o advogado dessas empresas.

MC Então não era mais... Não era tanto em termos ideológicos, era mais em termos pessoais, não é isso?

JT Não, não. Mais em termos profissionais.

MC Mais em termos profissionais. A ligação dele com o PRP passava por aí.

JT Eu, já em [19]30, ele, apesar de ser PRP, eu era do Partido Democrático, que era oposição em São Paulo. Tanto assim que em [19]30, na Revolução da Aliança Libertadora, eu fui participante do “quebra-quebra” da sede do Partido Republicano Paulista, no Edifício Martinelli. Que era um andar inteiro. Uma sede luxuosíssima, onde havia tudo; auditório, cinema, barbeiro, restaurante, salas de jogos, sala de conferência.

Fita 1 – Lado B

JT E, evidentemente, o movimento estudantil, começando pelos ginesianos, teve uma grande participação nos movimentos de São Paulo. Porque os professores de ginásio, geralmente, eram alunos das escolas superiores. Ou da faculdade de direito ou de medicina ou da Escola Politécnica. Eram que lecionavam no ginásio. E exerciam uma grande influência sobre os alunos ginesianos. Tanto assim que os anos de [19]29 e [19]30, foram anos de grande agitação em São Paulo, devido à crise econômica, inclusive a suspensão de exportação de café pros Estados Unidos, levaram o movimento estudantil, mais os ginesianos, a atos de quebra-quebra de bonde, contra as taxas escolares, enfim. Eu já tinha uma grande participação, com 13, 14 anos, nesse movimento estudantil.

NT O senhor estudava no ginásio?

JT Moura Santos e Paulistano. E já em [19]24, eu tinha o quê? Oito, tinha nove anos, nove anos, na revolução, eu deixava a minha casa para ir às trincheiras pegar cartuchos vazios para fazer garrucha. E aí os revolucionários, que tinham estabelecido uma linha de trincheiras Pari-Brás-Belenzinho e Móoca. E Santana. Quer dizer, eram os bairros. Bairro de Santana, Belenzinho, Brás, Pari e Móoca. Havia uma continuidade de trincheiras que tinham sido abertas para impedir a entrada das forças legalistas do Artur Bernardes. Então, os revolucionários engajaram como seus estafetas os meninos. E eu fui um deles que durante 15 ou 20 dias passei a ficar nas trincheiras, indo raramente à minha casa.

MC O senhor dormia lá?

JT É. Inclusive dias que dormia lá nas trincheiras.

MC E seu pai, como é que ele encarava isso?

JT Sim, porque aí, naquela ocasião, havia o bombardeio muito intenso da cidade, a família estava um dia num lugar, outro noutro, tal, e, praticamente, eu dizia que ia para casa de um tio, no fundo ia para trincheira.

MC O senhor está falando da Revolta Tenentista do Isidoro, do Isidoro Dias Lopes?

JT [19]24.

MC Do Isidoro Dias Lopes.

JT Do Isidoro Dias Lopes. Exatamente. Cabanas, Miguel Costa.

MC Quer dizer, o senhor fazia o que lá? O senhor ficava dando recado?

JT Levava mensagens. Levava os cartuchos para a trincheira. Vai à Móoca, vai ao Pari, vai a Santana e tal. E a gente ia. Havia mais ou menos 20, 25 garotos que eram estafetas. Alguns mais crescidos que eu.

NT E o seu interesse pela atividade tinha a ver com a vida no ginásio, tinha a ver com... Quer dizer, nessa época o senhor não estava nem no ginásio, tinha nove anos só.

JT Não, aí ainda não estava no ginásio. Porque no ginásio eu entrei em [19]29. [19]29-30, praticamente.

MC O senhor atribui a que essa sua participação nessa revolta?

JT Ah, isso é o meu espírito voluntarioso, de estar ali. Não sabia bem mesmo, com essa idéia, não tinha idéia. Apenas em São Paulo se falava muito contra o Artur Bernardes, contra as forças legalistas, tinha havido alguns atos de violência por parte das tropas legalistas, então havia uma revolta assim muito grande entre a população em relação às forças legalistas.

MC E o Isidoro tinha respaldo mesmo?

JT Tinha. Grande respaldo. Grande respaldo.

MC O senhor em casa, o senhor teve uma educação rígida por parte da sua mãe ou não?

JT É, mais ou menos, não. Bastante dura.

MC Dura e...

NT Uma coisa que me chamou a atenção foi o fato dessa mudança no seu pai. Primeiro, os filhos do primeiro casamento iam estudar fora e no seu caso achar que devia trabalhar. Foi uma mudança de mentalidade. O senhor relacionou isso a um filme.

JT É. Em função desse filme que ele viu. Para ver como às vezes um episódio dessa espécie... Que ele viu o filho do Roosevelt... do Roosevelt, Herbert Roosevelt, e nesse filme eu me lembro que recordava que o Roosevelt tinha começado a sua vida como [office] boy de um escritório de advocacia, quer dizer, e foi galgando as posições. E ele, inclusive já homem com grande posição política e social, obrigava o filho a trabalhar. Então, aquilo incutiu na cabeça do Zé Talarico, ele disse: "Bom, vamos mandar esse..."

NT E como é que o senhor recebia isso?

JT Recebi bem. Mesmo porque ele era um homem generoso. E eu, a partir daí, passei a ter dinheiro meu, para gastar no que eu queria. Para ir a cinema, para ir a futebol, para tudo.

MC Como é que era o contato do seu pai, por exemplo, com a colônia italiana? Havia muita ligação?

JT Havia. Havia. Em São Paulo, na época, antes de aparecer a Previdência Social, surgiram as associações de socorro mútuo e sociedades benéficas. O socorro mútuo era uma espécie de ajuda profissional, de verificar as famílias que estavam necessitando amparo, assistência ou estavam desempregados. E havia até um nome. Era Sociedade de Socorro Mútuo, Sociedade Auxiliadora, que era fundada pelos gráficos. Então, havia esse tipo. Porque os imigrantes foram os primeiros a constituírem em São Paulo essa sociedade de auxílio mútuo, auxiliadoras e também sociedades benéficas. Por exemplo, havia, eu me lembro, por exemplo, a Sociedade Benéfica Portuguesa, Sociedade Benéfica Santo Antônio, Sociedade Benéfica São Pedro, Sociedade Benéfica Espanhola. E havia. Cada colônia tinha uma instituição que dava assistência médica, hospitalar e remédios. Instituições poderosíssimas. E na colônia italiana, por exemplo, cada tendência, napolitana, calabresa, milanesa ou outra, todas elas tinham as suas instituições. Algumas aliadas à igreja também, por exemplo. A igreja, durante algum tempo, também dava uma assistência médica, uma assistência de auxílio mútuo. Geralmente as sociedades de auxílio mútuo eram patrocinadas pelos padres.

MC Então eram, basicamente, assistência hospitalar, remédios...

JT Não, as de auxílio mútuo eram mais de ajuda, por exemplo, de subsistência, de sobrevivência das famílias de desempregados. Porque houve aí durante o período de [19]24 a [19]25, por aí, até 1932, [19]33, São Paulo atravessou uma crise social muito grave. Então, essas sociedades tinham grande valia. Faziam inclusive, recolhiam donativos, realizavam festivais ou quermesses nas igrejas, com grande sucesso. E me lembro, quando garoto, saía a banda de música, com o estandarte da igreja, pedindo donativos. Então, junto com essa banda de música, com membros de irmandades religiosas, iam dois, três caminhões, as pessoas davam galinha, porco, davam o que tinham, podiam dar. Davam dinheiro, davam roupa, davam coisas para serem arrematadas. Então, durante esse período, a assistência social era muito bem feita através dessas sociedades de auxílio mútuo, instituições religiosas e sociedades benfeitoras.

MC Que o senhor disse que eram basicamente imigrantes.

JT Quase todas de imigrantes. Todas elas. Praticamente só de imigrantes. E havia também, por exemplo, instituições de lazer. Por exemplo, Dante Alighieri, como chamava? Tinha uma... Tinham várias. Por exemplo, havia uma instituição italiana que tinha um cinema, o Berdan, que era grandioso, dava grandes festas, bailes, concertos. Por exemplo, a colônia italiana tinha vários clubes que tinham orquestras e davam recitais, bailes, enfim...

NT O senhor participava dessas festividades?

JT Ah, sim. Claro.

MC O senhor disse que tinha várias tendências na colônia. O senhor disse assim: "Várias tendências".

JT Sim, havia várias tendências. Não, mais por colônia. Por exemplo, colônia napolitana, calabresa, siciliana, milanesa, enfim, romana... Quer dizer, eles se abrigavam em torno da...

NT Essa divisão era mantida.

JT É. E aí formavam os seus clubes, as suas associações. Inclusive até de esportes.

MC De esporte também.

JT Também. Futebol, o diabo a quatro.

MC E quais eram as diferenças existentes entre essas várias?

JT Havia grandes rivalidades, porque cada uma entidade dessa, cada associação, agremiação, queria fazer melhor do que a outra.

NT Agora, existiam diferenças também ligadas ao *status* nos imigrantes? Por exemplo, os calabreses tinham melhor posição do que os milaneses? Havia esse tipo de diferença?

JT Dependia. Porque às vezes dependia dos administradores. Porque algumas instituições dessas chegaram a ter grande poder econômico. Que nem a Beneficência Portuguesa, por exemplo, a Beneficência Espanhola, a Sírio-Libanesa, por exemplo, até hoje tem, não é? Então a gente via. Por exemplo, o Francisco Matarazzo chegou a ter instituições próprias para hospitalais... Enfim, foi um período muito rico de... Especialmente no campo social. Muito rico. Quer dizer, aquilo que o Estado e a Nação não faziam, essas associações, essas agremiações realizavam com grande êxito.

MC Mas não era, por exemplo, marcante a diferença... Eu não sei, eu quero saber do senhor. Não havia muita diferença entre, por exemplo, a condição social e econômica de alguém que vinha de Milão com alguém que vinha de Nápoles? O norte era mais abastado.

JT Sim, evidentemente. Não, mas aí eram mais rivalidades regionais, e de costume. Por exemplo, há festas tradicionais, São Vito. Lá em São Paulo – hoje eu não me lembro, são passados tantos anos, não é – havia festas fabulosas. Até hoje ainda há algumas. Nem todas foram mantidas porque, com a diversificação de São Paulo, elas se esparramaram.

NT O senhor falou do seu gosto pelos esportes também. Que o senhor praticava muito esporte. Durante a infância...

JT Eu fiz muito esporte. Durante muitos anos. Até hoje faço, com 72 anos ainda faço esporte. Eu fui o primeiro presidente da Confederação Brasileira de Esporte Universitário. E pratiquei tudo o que havia. Corrida, futebol, basquete, tudo. Fui sócio, fui fundador do São Paulo Futebol Clube, fui sócio do Corinthians, onde praticava natação e pólo aquático. Remo eu pratiquei no Esperia. Esperia. Era um clube esportivo da colônia... E até hoje existe. É da colônia italiana.

MC Mas de que...

JT Praticando natação e remo.

MC Mas Esperia é o quê? É ligado a alguma região da Itália?

JT Não. Aí já era praticamente dos italianos. O Corinthians. A base do Corinthians era espanhola. Inicialmente, a base corintiana era da colônia espanhola. Como no futebol havia a Portuguesa e o Palestra Itália, que hoje é o Palmeiras.

MC Ah, o Palmeiras era o...

JT Era o Palestra Itália. Que com a Segunda Guerra Mundial, em função de um decreto da lei de rompimento com as relações do Eixo, o Governo Federal obrigou as associações que tinham nomes alemães ou... Por exemplo, o Clube Germânia lá. Hoje é Pinheiros. Ali se aglomeravam todos os... Havia a sociedade alemã de esportes, no Canindé, que depois foi sede do São Paulo. Desapropriada pelo governo federal, foi dada ao São Paulo. E o Clube Germânia mudou de nome, passou a se chamar Pinheiros.

MC É. Aqui também tinha o Clube Germânia que depois se transformou no...

JT Aqui o clube Germânia, por incrível que pareça, continua como Clube Germânia. Só depois... Não, com a declaração, praticamente quem obteve o Clube Germânia para UNE fui eu. Porque eu era presidente da CBDU, muito amigo do Getúlio, formalizamos um pedido firmado por Luis Pinheiro Paes Leme, que era o presidente da UNE, Airton Dinis, que era presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil e eu, como presidente da CBDU, levamos ao Getúlio. Praticamente o prédio já estava sob a posse e controle do Ministério da Educação, eles estavam querendo ali colocar uma escola ou entregar para a LBA, e nós, sorrateiramente, ou agindo com mais urgência, com mais pressa do que o Capanema, que era Ministro da Educação, levamos a petição ao Getúlio, no Palácio Guanabara, ele pôs sim. De posse do despacho dele, em vez de irmos ao Ministério da Educação cobrar a entrega da coisa, fomos direto ao Clube Armênia e nos apossamos do prédio.

NT Além desse seu interesse pelo esporte que o senhor estava dizendo, o senhor gostava de ler? O senhor lembra de algum romance que o senhor gostasse, na época do seu ginásio, sua adolescência?

JT Olha, o primeiro romance que eu vi, eu era menino. Era um romance que era distribuído pelo Partido Comunista Brasileiro. Antes de [19]24.

MC Antes de [19]24?!!

JT É. Chamava-se *Sonia, a máscara de ferro*. (risos) Eram romances, eram romances de propaganda do regime comunista e que eram vendidos em fascículos.

NT O senhor teve acesso como a essa coisa?

JT Não, porque aquilo era lido em família. E esta *Sonia máscara de ferro* (risos), era a história da amante, que era uma condessa que chamava Sonia, de uma família também da aristocracia russa, e que tinha se tornado amante do Príncipe Alexandre, que era irmão do Czar Nicolau. Então aquilo... E dali muitos romances.

NT Assim, em termos da sua lembrança do tempo de ginásio, o senhor lembra assim... A política já era uma coisa que despertava a sua paixão, vamos dizer assim.

JT Só. Só fazia política na escola. Só.

NT Só política. Isso que eu ia perguntar. Só política? Não gostava de estudar?

JT Nada. Eu era um grande colador.

NT A política era realmente o que o atraía na vida estudantil.

JT É. O que me atraía sempre foi a política.

MC Mas havia muita discussão em casa de política?

JT Muita. Inclusive eu, em [19]30, acabei tendo que ir para a casa do meu padrinho. Porque, em função de eu ter participado da demolição da sede do Partido Republicano Paulista, meu pai não me perdoava. Então eu fui morar durante um largo período com meu padrinho, não é. Até que as iras dele passassem.

NT O seu pai continuava ligado ao PRP, nesse momento?

JT Não, ligado não, quer dizer, o PRP praticamente desapareceu depois de [19]30. (risos)

MC O senhor falou que o senhor ajudou na revolta do Isidoro Dias Lopes. E mais adiante, houve várias revoltas tenentistas. Não em São Paulo, mas...

JT Não, houve a de [19]22, a de [19]23, no Rio Grande, a de [19]24, depois a de [19]27...

MC E o senhor teve algum tipo de ligação, contato?

JT Não. Depois não.

MC O senhor ficou só mesmo restrito...

JT Só ao movimento revolucionário e tal.

MC De São Paulo, em São Paulo.

JT Depois de [19]30. Eu, depois da Revolução de [19]24, com a idade de nove anos, acabei preso. Colocaram-me no xadrez. Porque havia os chamados subdelegados, em São Paulo, que eram uma espécie de representantes do partido nas delegacias. Então a pessoa era nomeada subdelegado.

MC Representante do PRP nas delegacias?

JT É. Praticamente. Pessoa para cuidar dos correligionários ou para perseguir os adversários e tal. E um subdelegado sabia que eu tinha participado como estafeta, tal, e me prendeu. Era um farmacêutico. E, evidente que logo em seguida, no mesmo dia, fui solto. Mas fui colocado no xadrez. Primeira prisão. Quer dizer, eu tenho muitas. Só no período de [19]64, 28.

NT Em 1930 o senhor fala que teve que ir para a casa do seu padrinho. O senhor tinha então 15 anos.

JT Tinha 14. 14 para 15 anos.

NT 14 anos. O senhor já tinha participado ativamente desse quebra-quebra.

JT Já. Já. Já tinha participado inclusive... Há um episódio histórico em São Paulo, do concurso da *miss* mundo, quando a Iolanda Pereira foi eleita *miss* mundo, *miss* universo. E o Partido Republicano patrocinou a ida das *misses* a São Paulo. Então foi uma grande festa. E nesse tempo eu já estava no movimento estudantil. Então nós reagimos. Porque aquilo era um acinte. O país e o estado numa crise muito grande e aquelas grandes recepções às *misses*, banquetes e festas e o diabo a quatro, tal, desfiles e tal. Então nós, estudantes, resolvemos fazer um desfile de protesto. Os estudantes caracterizados de *miss*. E eu fui a *miss* Portugal. Vestido de mulher, num carro. Nos apropriamos de carros de lixo, que era ali no Parque D. Pedro II, ainda havia a Limpeza Pública. E lá chegando pegamos três carros que recolhiam lixo e fizemos o desfile no triângulo. Mas não satisfeitos, nós sabíamos que havia uma recepção às *misses* na Escola Normal, ali na Praça da República. Então, o cortejo, depois de terminar aí na rua Líbero Badaró, entrou pelo Viaduto do Chá, Barão de Itapetininga e Praça da República. Ao chegar lá havia um dispositivo da polícia, da força pública, que nos prendeu a todos. E eu fui lá preso para Central do Brasil, para Central de Polícia, ali no Pátio do Colégio, juntamente com os outros, todos vestidos de mulher. Mas, evidentemente que era um pagode. E horas depois nós éramos soltos, mas com as vestimentas que estávamos caracterizados. Um de *miss* Itália, *miss* Itália, nós conseguimos lá um companheiro nosso, nem me lembro o nome dele, muito gordo, balofo. E eu, praticamente, estava de *miss* Portugal. Vestido, caracterizado e tal. Foi um protesto muito interessante. E na época teve grande repercussão.

MC E naquela época o movimento estudantil já tinha influência assim de alguma ideologia? Como é que era? A esquerda tinha influência no movimento?

JT Pouco. O primeiro movimento ideológico de esquerda que surgiu, ele era o chamado Comitê Estudantil Contra as Guerras Imperialistas. Isso para os anos [19]32, [19]33. Que era do Partido Comunista Brasileiro. Então, através desse comitê é que eles faziam uma larga distribuição de panfletos e de impressos nas escolas superiores. Mas era limitado o número de estudantes. Podia-se apontar a dedo as pessoas que participavam desse movimento estudantil. Mais na faculdade de direito. Na faculdade de medicina tínhamos ainda apenas um, que era um médico, que até hoje é um consagrado artista em São Paulo, Eduardo Francisco Manfrei.

MC Ah, Eduardo Manfrei. ele escreve, tem livros.

JT É. Eduardo Manfrei. Escreve muito. E o apelido dele era “boca de ouro”, porque ele só dizia palavrão. (risos)

MC Ele escreveu *A Greve*, escreveu... Eduardo Manfrei.

JT É. Ele era Eduardo Francisco Manfrei. Estudante de medicina e tal. E quando ele era preso, os seus colegas da faculdade de medicina, da faculdade de direito, todo mundo se movimentava no sentido de conseguir libertar. E conseguiam. Porque na faculdade de medicina, faculdade de direito e Escola Politécnica havia filhos de famílias mais tradicionais de São Paulo. E que pressionavam seus pais, seus parentes e conseguíamos realmente libertar o Manfrei e outros. E outros. Mas a maior tendência de pessoa de esquerda era na faculdade de medicina, na faculdade de direito. Lá na Medicina havia um que era o Francisco Eduardo Manfrei.

MC E, em geral, qual era a visão... Havia assim uma... Qual era a visão do movimento estudantil?

JT Não, ninguém dava muita importância, porque achavam até graça, porque não havia uma conscientização ideológica.

MC Não existia na época.

JT Não. Porque geralmente os estudantes da época eram de família bem situada socialmente.

NT Era visto como coisa de juventude.

JT É. Claro. Não chegava a produzir grandes efeitos.

NT Mas o senhor falou que, no seu caso, havia uma simpatia pelo Partido Democrata, é isso?

JT Não. Eu. Eu, pessoalmente.

NT É. No seu caso.

JT Porque me impressionava muito, me impressionou muito a propaganda do Getúlio. Praticamente. eles distribuíam assim o Getúlio montado num cavalo, com um lenço branco. Porque o lenço branco era o sinal dos maragatos. Porque ele é um maragato. E o lenço vermelho como é que é? Tenho aqui o nome.

Interrupção da gravação

NT Mas o senhor estava falando que a figura do Getúlio lhe impressionava muito.

JT Impressionava, porque, evidentemente, os grandes tribunos de São Paulo fizeram grandes comícios. E eu era afilhado do José Carlos Macedo Soares. Um homem também de tendência liberal e contra o Partido Republicano Paulista.

MC Tem uma tendência liberal, o José Macedo. E depois foi Ministro do Exterior, não foi? Na época do Getúlio?

JT Foi Ministro do Exterior, Ministro da Justiça. É.

MC Mas na época ele era oposição ao PRP.

JT Ele era... Ele não pertencia ao partido. Mas uma tendência mais contra o Partido Republicano Paulista.

NT Agora, o senhor estava colocando essa questão de como o senhor via a figura do Getúlio. Quer dizer, na época então do movimento de [19]30, o senhor um adolescente ainda, o senhor lembra de ter tido uma grande aceitação em relação à Revolução?

JT Sim. Praticamente, eu tendo participado da Revolução de [19]24, a minha tendência já era, evidentemente, ficar contra aqueles que dominavam o país. E assim foi feito.

NT E a partir então desse momento o senhor passou a atuar mais em termos do ginásio? Como é que começou essa sua atuação política?

JT Não, aí eu passei, durante um período muito grande, trabalhando na faculdade de medicina.

NT No Centro Acadêmico.

JT É. No Centro Acadêmico Oswaldo Cruz.

MC Como é que era? O senhor não era da faculdade de medicina... O senhor trabalhava lá, como é que era isso?

JT Eu fui, praticamente, contratado para ser secretário administrativo do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz. Em São Paulo, as entidades como o Grêmio Politécnico, como o Centro Acadêmico 11 de Agosto, como o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz eram entidades de grande expressão, não só social como econômica. Porque tinha patrimônio. E realizavam... Por exemplo, o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz tinha a Sociedade Beneficente Universitária Arnaldo Vieira de Carvalho, que dava uma assistência aos estudantes pobres, doentes ou que tinham qualquer necessidade. E, além disso, tinha o ginásio. Que eu ajudei a acabar de construir.

FITA 2 – Lado A

NT O senhor estava nos falando sobre sua participação no centro acadêmico. Exigia então uma atividade profissional, no caso, a organização do centro.

JT É. E ao mesmo tempo continuavam meus estudos de criminologia, de perito criminal e de medicina e curso de medicina legal. Inclusive passando a participar da Federal Universitária Paulista de Esportes. Inclusive participando da comissão que organizou os primeiros jogos universitários no Brasil, que foi em 1935, em São Paulo. E, a partir daí, a minha participação na FUPE...

MC Federação de...

JT Federação Universitária Paulista de Esporte. Também participei da organização das competições do MacMed, medicina e Mackenzie, famosa em São Paulo, tem uma grande tradição esportiva-social porque, ao mesmo tempo que se realizam as competições, se realizam também atos sociais de grande expressão. E aí, a partir de... Eu tive uma posição muito interessante em 1933. O Getúlio, apesar das restrições que se levantam contra ele, ele foi talvez o estadista que maior benefício deu à classe universitária. Podemos mencionar, por exemplo, o reconhecimento dos diretórios acadêmicos ou centros acadêmicos como órgão representativo do corpo discente. E também decretou que os representantes dos alunos tivessem acesso e participassem das congregações das escolas superiores e dos conselhos universitários. Além disso, um outro ato muito expressivo dele, determinando que cada escola superior dispusesse de 20 passagens nas empresas estatais de transporte – Lloyd Brasileiro, Costeira, Central do Brasil, Guaratueste, São Paulo-Rio Grande, destinadas a um grupo de estudantes e um professor sob a chefia. Então, praticamente, a unidade do movimento universitário no Brasil se deve a esse intercâmbio que se estabeleceu depois de [19]33. Com este ato de Getúlio, toda escola superior, no fim do ano, no período de férias, programava uma viagem. Ou à Bahia ou Pará ou a Pernambuco ou Rio Grande, enfim. E com isso o movimento universitário começou a tecer uma unidade. E depois, os jogos universitários, em 1935, foram um evento de grande repercussão, no sentido também de coesão e de comunhão entre os vários setores de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná, Pará. Enfim. Minas Gerais e tal. E em 1938 se realizaram os jogos universitários de Minas Gerais, que passaram a ser praticamente o segundo jogo universitário brasileiro. Em [19]39, [19]37 se funda a UNE, aqui no Rio de Janeiro. A União Nacional dos Estudantes surge de um órgão originário que se chamava Conselho Nacional de Estudantes. E esse Conselho Nacional de Estudantes funcionava na Casa do Estudante do Brasil, fundada em 1930. Que praticamente tinha a hegemonia da representação universitária do Rio de Janeiro. Era dirigida por uma senhora, D. Amélia Carneiro de Mendonça, esposa daquele famoso Marcos, que foi o goleiro do Fluminense, Marcos Mendonça. E ela tinha grande influência na sociedade carioca e fluminense, naquela época a capital da República, então realizava obras sociais em favor de estudante pobre, dava hospedagem, refeições, bolsa de estudo. Mas, de qualquer maneira, o movimento universitário não tinha deslanchado na sua libertação e na sua independência. O que existia na época eram os diretórios

acadêmicos e os centros acadêmicos, com grande expressão. Mas não havia uma entidade coordenadora nem que reunisse os estudantes no Brasil. E ela concebeu a organização do Conselho Nacional dos Estudantes, subordinado à Casa do Estudante do Brasil. Mas, com os eventos anteriormente realizados, acabou havendo assim um espírito com tendência de libertação, de independência do estudante. E em [19]37, praticamente, se funda, vai fazer agora no dia 11, 13 de agosto, 50 anos, se funda a União Nacional dos Estudantes. O primeiro presidente do Conselho Nacional dos Estudantes era José Raimundo de Souza e Silva, que foi deputado federal por Minas Gerais e presidente do IAPI. Logo em seguida, quando a UNE se reúne em [19]38, elege um gaúcho, Waldir Borges. E praticamente, em [19]39, a UNE se corporifica ou se compõe, se congrega, se reúne com quase todos os estados e elege então o Luís Pinheiro Paes Leme. Nesse congresso se funda a Confederação Brasileira de Desportos Universitários, a CBDU. E logo em seguida nós conseguimos com o Getúlio, mais uma vez, a oficialidade da UNE, o reconhecimento do CBDU como entidade representativa dos estudantes no campo esportivo, conquistamos a regulamentação do esporte universitário antes da regulamentação do esporte nacional, o Getúlio determina que o Ministério da Fazenda inclua no orçamento da República as dotações orçamentárias para os congressos nacionais de estudantes, para os jogos universitários e para a gestão, não só da UNE como da CBDU e de outras entidades universitárias. Vê aí então que o Getúlio, inclusive, cria as isenções de taxas para os estudantes pobres, a concessão de bolsas de estudos por parte do Ministério da Educação. Enfim, o que se conquistou até 1942, foram grandes coisas. Grandes realizações, grandes benefícios para os estudantes.

NT O seu primeiro contato com o Getúlio foi em 1933?

JT Não. Em [19]30. Quando ele chegou em São Paulo. Com o meu entusiasmo consegui chegar junto ao seu carro, e trepar no estrado do carro, acompanhando. Ele chegou em São Paulo no dia 15 de novembro, no dia em que se inaugurava a nova iluminação de São Paulo. E foi uma festa popular muito grande.

MC Foi bem aceito em São Paulo. Bem recebido?

JT Ah, foi. Bem recebido.

MC E o senhor trepou no carro e o que aconteceu?

JT Ah, acompanhei. É claro, ele não ia dar importância a um moleque que estava ali. Mas, de qualquer maneira, para mim foi uma grande coisa. E eu tenho um episódio muito controvertido na história de São Paulo. É que em 1941, por proposta dos centros acadêmicos, eram 23 e mais a CBDU, o Conselho Universitário concedeu ao Getúlio o título de doutor *honoris causa*. O Centro 11 de Agosto se insurgiu contra, há uma reação da sociedade paulista, dos paulistas de 400 anos, praticamente paralisou algumas escolas superiores, e, consequentemente, eu tive confrontos físicos, inclusive um atentado de morte e tal, e eu acabei saindo de São Paulo exatamente por isso. Porque o meu permanente confronto com os companheiros era muito grande. Porque,

nesse movimento, se bem que a petição para a concessão do título ao Conselho Universitário tivesse sido firmado por 24 ou 25 presidentes de entidades universitárias, eu resolvi assumir sozinho a responsabilidade do movimento, exatamente para não sacrificar os companheiros que tinham apoiado a idéia. E em consequência disso foi que eu me transferi aqui para o Rio de Janeiro.

MC Quando esses conflitos começaram a surgir.

JT É. Aí eu comecei aqui. Eu já trabalhava n'A *Noite* lá, como repórter, tinha sido repórter do *Correio Paulistano*, desde [19]33, e vim para o Rio e lá também era repórter d'A *Noite*, então fui nomeado inspetor federal de ensino, que já era em São Paulo, vim para cá, e passei a atuar n'A *Noite*, como repórter, não só universitário como da área sindical.

NT A *Noite* era um jornal afinado com o governo Vargas.

JT Com o governo. É.

NT Eu queria lhe perguntar o seguinte. O senhor começou a nos falar sobre a sua atuação como secretário administrativo lá do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz e ao mesmo tempo o senhor começou a sua carreira jornalística. A atividade no Centro Acadêmico Oswaldo Cruz era uma atividade remunerada também? O senhor era contratado para isso?

JT Era remunerada. Administrativa. Eu cuidava ao mesmo tempo da administração do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz como da fiscalização das obras do estádio Oswaldo Cruz, que era construído piscina, *stadium*, campo de futebol, pista de atletismo.

NT Mas a gente pode dizer que a sua atuação no Centro Acadêmico era política também, uma vez que o senhor ia com delegação de estudantes...

JT Também. Porque eu praticamente participava das reuniões dos dirigentes universitários e os dirigentes universitários tinham uma posição política, todos, em São Paulo, grande. Esses três centros acadêmicos, tinham quem alcançasse a posição de presidente do Grêmio Politécnico, do Centro Acadêmico 11 de Agosto ou do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, era uma posição de destaque político e social ou social-político. Então, evidentemente, fazia parte. Nós fizemos, por exemplo, em 1933, eu participei da organização da primeira campanha – hoje está se fazendo a campanha da AIDS. Nós, na faculdade de medicina em São Paulo, o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz é pioneiro da campanha contra a sífilis, que se falar naquela época sífilis era um negócio. Então, por exemplo, o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz tinha a Liga de Combate à sífilis. E que dava, na Santa Casa, o tratamento para pessoas que tinham doenças venéreas. Cuidava. Dentro da Santa Casa havia dependências destinadas ao centro acadêmico para que os estudantes então dessem essa assistência. E nós fizemos uma grande campanha com cartazes, com conferências nas escolas, nos auditórios, nos

teatros, nos cinemas, entendeu, nessa campanha contra sífilis. Foi uma campanha muito interessante. Pioneira no Brasil porque então dizia: “Não beije”, recomendando cuidado nos contatos sexuais. Quer dizer, na época, [19]33, há quanto anos passados? Há 50 e quantos anos?

NT 54.

JT 53 anos passados, fazer uma campanha dessa, os estudantes, era uma coisa. E eu participei dessa campanha. Campanha de Combate à sífilis.

NT E o senhor participou também com uma delegação de estudantes para conseguir o *stadium*, o *stadium* Oswaldo Cruz.

JT Não. Aí não. Aí já foi construído dentro da área da faculdade de medicina. E nós, em 1933, viemos ao Rio de Janeiro numa caravana. Desses de intercâmbio, que se davam as passagens. Então, pedimos as passagens à Central do Brasil, 20 passagens, e viemos ao Rio de Janeiro. E visitamos a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina. Nessa época, o grande local de concentração estudantil era o Café Lamas, aqui no Largo do Machado. E depois do Café Lamas resolvemos dar uma volta perto para ver como é que era o Palácio da Guanabara. E, ao chegarmos, nos aproximamos da grade. Aí vem o oficial do dia: “Quem são vocês?” – Ah, somos estudantes de São Paulo, estamos visitando. Será que se pode visitar o palácio? – Abriu a porta, deixou entrar. Entramos ali. E ele, ao mesmo tempo, levou ao conhecimento do Getúlio, que estava despachando com o Marques Reis, que era Ministro da Aviação. Quando ele soube que estava no palácio, visitando as suas dependências uma delegação de São Paulo, tinha terminado a revolução de [19]32, ele manifestou desejo de receber. E fomos lá, os estudantes e tal, muito bem recebidos por ele. E, nessa ocasião, ele disse: “A que devo a honra da visita?” – Disse: “Não, nós estamos visitando o palácio, mas se o senhor... – E havia o orador, que era Diderot Pompeu de Toledo, família paulista de 400 anos. Ficou muito emocionado com a presença de Getúlio, não falava nada. Ninguém falava nada. Eu é que tomei a iniciativa. ”Não, nós estamos aqui fazendo uma visita de cortesia e tal, mas gostaríamos, inclusive, já que agora terminou a Revolução e tal” – eu já dando uma de esperto. – “Gostaríamos de fazer uma visita o Rio Grande do Sul”. Ele disse: “Deferido. Já. Está o Ministro da Aviação. Autorizo 80 passagens para o Rio Grande do Sul, pelo Lloyd Brasileiro “. E chamou o Geraldo Mascarenhas, que era então seu oficial de gabinete, disse: “Telegrafe para o interventor Flores Cunha para que receba oficialmente a delegação de São Paulo.” Eu aí aproveitei também. Nós tínhamos uma dificuldade. A pista do atletismo do estádio Oswaldo Cruz não terminava porque era preciso cinza de carvão, e a pista de atletismo só podia ser com... E aquilo quem tinha era a Central do Brasil. Mas para se obter aquilo na Central do Brasil, em São Paulo, era preciso uma autorização da direção daqui. Então eu aproveitei, pedi ao Getúlio. E Getúlio mandou, imediatamente, a Central do Brasil fornecer não só o transporte como a colocação da cinza na área. E assim pudemos concluir o estádio com a pista de atletismo. E a partir daí então a nossa ligação, a minha ligação com o Getúlio foi mais permanente.

MC Então, foi a partir daí que começou a ligação.

JT É. A partir daí. E eu, quando chegamos em São Paulo, fomos hostilizados, na estação, por uma turma da Faculdade de Direito que não admitia. Os paulistas de 400 anos reagiram violentamente com a história da visita dos paulistanos... Aí nós fizemos, organizamos numa caravana de 80, colocando alunos da faculdade de direito, da escola de engenharia, da farmácia, enfim, e fizemos uma viagem, foi uma viagem maravilhosa. E visitamos várias cidades do Rio Grande e sempre recebidos com grandes festas.

MC E foram recebidos pelo Flores da Cunha?

JT Fomos. Oficialmente. Na época, o Flores Cunha abriu um crédito de 300 contos, que não se chegou a se gastar, porque quem gastava era o estado, com o transporte e a hospedagem. E foram muito bem recebidos, festivamente, fraternalmente recebidos no Rio Grande. E aí, então, o meu prestígio com Getúlio subiu mais, em função deste ato. Porque era a reconciliação de São Paulo com o Rio Grande do Sul. Os paulistas de 400 anos nunca me perdoaram por isso. Anos depois veio a desforra, quando eu propus o Getúlio, *Honoris Causa* da Universidade de São Paulo.

MC Sim. E como é que o senhor se situou na Revolução de [19]32?

JT Bom, a Revolução de [19]32, ela se situa na posição da exigência dos cumprimentos de promessas da campanha do Getúlio. Que o Getúlio, com a extinção do governo provisório, estava protelando. E São Paulo exigiu. Porque São Paulo tinha dado uma grande contribuição, apesar de Júlio Prestes, tinha perdido o Washington Luís, que ele tinha sido o seu presidente, e o Júlio Prestes, e queria o voto secreto, o voto da mulher e nova constituição e estava se protelando. Então São Paulo se ergueu contra isso.

NT Mas como é que o senhor se posicionou em relação a esse movimento?

JT Ah, eu me posicionei do lado do Getúlio.

MC E como é que é? O senhor estava em São Paulo na época da revolução. E aí? Como é que ficou?

JT Ah, fiquei acovardado ali, enquanto esteve a Revolução.

MC O senhor não teve nenhuma atuação?

JT Não. Não. Aí eu tinha... Qual era a atuação que eu podia ter em São Paulo, contra São Paulo? Não tinha sentido. Apesar de não apoiar, eu me mantive com a maior discrição.

MC E em [19]35?

JT Não. Em [19]35 eu estava em São Paulo. Conheço os fatos de [19]35, mas eu estava em São Paulo.

MC Mas aconteceram coisas em [19]35, em São Paulo.

JT Hein?

MC Aconteceram várias...

JT Não. Foi aqui.

MC Sim, foi aqui, o ato, a tentativa de...

JT Aqui e em Natal.

MC Sim, a tentativa militar, mas [19]35 foi um ano de muita movimentação política, havia grandes manifestações. O senhor não participou de nenhuma?

JT Sim. Não, mas aí não. Aí eu não...

MC A ANL, a Aliança Nacional Libertadora...

JT Não. Não estava participando não. Aí eu estava... Eu era secretário do Grêmio Universitário do Partido Republicano Paulista.

MC O senhor era secretário do Grêmio?

JT Universitário do Partido Republicano Paulista. Depois de [19]32 eu entrei para o Partido Republicano Paulista.

MC Mas como é que se dá essa mudança aí?

JT A mudança se dá em função de posições universitárias. Eu estava no Correio Paulistano, como redator universitário, consequentemente, acabei me engajando no Partido Republicano Paulista. No grêmio universitário.

NT O Correio Paulista era um jornal do PRP?

JT Era um jornal porta-voz do Partido Republicano Paulista.

MC Mas o PRP não estava contra o Getúlio?

JT Aí já não era mais contra o Getúlio. Aí já tinha outra posição.

NT E o senhor passa a atuar no Grêmio do PRP e abandona a atuação como secretário do Centro Oswaldo Cruz?

JT Não. Continuava. Porque aí já era uma atuação política.

NT Quer dizer, o senhor atuava como funcionário do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz e atuava politicamente no Grêmio Estudantil do PRP.

JT Politicamente. Inclusive no Instituto de Criminologia e tal. E fui o primeiro presidente do Diretório Acadêmico do Instituto de Criminologia.

NT Esse Instituto de Criminologia, o seu curso, ele tinha um nível universitário?

JT Era a antiga Escola de Polícia. Era a antiga Escola Técnica de Polícia. Transformou-se em instituto complementar da universidade com o nome de Instituto de Criminologia.

NT Tinha nível universitário?

JT Tinha nível universitário.

NT Nós vimos também, no dicionário biográfico, que o senhor fez o curso de Filosofia na Faculdade São Bento.

JT Não. Iniciei, mas não terminei. Na Faculdade de Filosofia São Bento.

NT Isso foi nesse período também ou não?

JT Foi no período do título de *Honoris Causa* da Universidade.

MC Quer dizer, esse período de [19]35, [19]36, [19]37, até novembro de [19]37, que é a época do Estado Novo, que vai o golpe do Getúlio, é um período de radicalização política.

JT Ali, nesse período, eu estava muito ligado aos movimentos políticos encabeçados pelo Zé Carlos Macedo Soares. Então eu, como era meu padrinho e tal, eu me ligava muito a ele.

MC E o Armando Salles de Oliveira?

JT Era contra o Zé Carlos Macedo Soares.

MC E naquela situação de eleições em [19]37? Eu acho que as eleições presidenciais iam ser em [19]37.

JT Ah, eu fiquei, eu fundei, em São Paulo, era o secretário geral do comitê universitário pró José Américo de Almeida. Outro fato que nunca me perdoaram em São Paulo, porque, exatamente, o Armando é que era... E em [19]38 eu fundei, e fui da primeira diretoria, secretário-geral, da União Cultural Brasil-Estados Unidos, que era um movimento de reação contra o nazi-fascismo. Então fundamos na faculdade de direito e na faculdade de medicina, eu era o secretário-geral e o Antonio Carlos Pacheco e Silva era o presidente, que era professor da faculdade de medicina. Mas aquilo era um movimento de reação contra o nazi-fascismo.

MC Mas nesse período, tanto em [19]37 como [19]38, até [19]42, o Brasil tem uma posição muito próxima às forças do Eixo.

JT Não. Alguns setores. O Rio de Janeiro não. O Rio de Janeiro sempre reagiu muito contra essa situação. Em São Paulo havia assim uma acomodação, por exemplo, das diversas camadas sociais. Sob a influência da colônia italiana, da colônia japonesa, da colônia alemã. Acomodavam-se. E, exatamente, a criação da União Cultural Brasil-Estados Unidos, foi um passo assim contra essa posição de acomodação dos paulistas.

MC E o que vocês faziam nessa associação? O que essa União fez?

JT Era uma associação não só de relacionamento com os Estados Unidos como também de posição política, liberal, democrática. Este Antonio Carlos Pacheco e Silva foi deputado federal, era um homem, paulista de 400 anos, de grande expressão social, nós fazíamos reuniões, conferência na faculdade de Direito. Por exemplo, levamos daqui o Pedro Calmon, o Jorge Americano que era lá, fazia conferências, bolsas de estudos para os Estados Unidos. Enfim, era uma grande movimentação.

MC E esse período é o período também que a Ação Integralista está muito forte.

JT Muito forte em São Paulo. Por exemplo, eu tinha um irmão, que é do segundo casamento, Francisco, que foi da Ação Integralista Brasileira. Eu era contra. No dia em que houve um choque na Praça da Sé entre os integralistas e o pessoal de esquerda, eu estava lá. Meu irmão de um lado e eu do outro.

MC O senhor estava ao lado do pessoal de esquerda. Os aliados.

JT Claro. Na base do confronto. Porque houve o confronto físico. E até se conta essa história muito engraçada. Por exemplo, os integralistas usavam camisas verdes. Com a reação havida na Praça da Sé, não só dos elementos democráticos com os de esquerda, que se juntaram todos, e liberais, contra a Ação Integralista, se dizia que eles saíram fugidos e corridos. Então, quando alguém na rua perguntava: “Ô, vem cá! Você é integralista?” “Não, eu sou do Palestra Itália.” (risos) Era uma piada que se dizia. Mas que de fato houve, a reação, muito violenta.

NT E dentro da colônia italiana, o senhor ainda mantinha contato?

JT Não. Eu nunca atuei na colônia italiana não. Eu era muito dos clubes populares e tal, ou das festas, mas não participação de... Havia lá em São Paulo o Chiccolo italiano. Era classe A. Quer dizer, os meus irmãos freqüentavam. Mas eu nunca fui. Nunca fui.

MC E, quer dizer, o senhor disse que o integralismo era forte em São Paulo. O integralismo era forte em São...

JT Muito forte em São Paulo.

MC E o que eles faziam? O senhor se lembra?

JT Ah, não me lembro. Aí eram marchas, eram concentrações. Era mais ou menos o que o nazismo fazia na Alemanha, eles tinham as mesmas práticas. E havia um fato muito interessante, que o Plínio Salgado tinha sido também redator-chefe do *Correio Paulistano*.

MC Ele foi do PRP também.

JT É. Não...

MC Ele foi do PRP.

JT Ele foi também do Partido Republicano Paulista. Depois ele fez – Partido de Representação Popular. Mais ou menos a mesma coisa.

MC Sim, mas em [19]45.

JT Isso depois.

MC Depois do Estado Novo.

JT É.

NT E entre os estudantes, existiam diretórios estudantis que se aliavam com os integralistas?

JT Havia. Havia alguns. Alguns camisas-verdes, que nós chamávamos. Não só na Faculdade de Direito como Medicina. Eles tinha obtido muitos adeptos no meio universitário.

NT No caso do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, qual era a tendência predominante nesse período?

JT Foi sempre uma posição assim. Porque o médico ou o estudante de medicina, ele sempre tem uma tendência social .Tendência mais para a esquerda do que para centro e para direita.

MC Por quê?

JT Deve ser pelos problemas humanos, pelos problemas que ele tem que enfrentar com a doença, com a miséria, com a desgraça. Então, sempre o médico, ele é mais inclinado para o social e para esquerda do que o... Como também o matemático.

MC O matemático também?

JT Também. Muito.

MC Por quê? O que tem o matemático?

JT Ah, a história da física e da química, que ele é obrigado a estudar. Essa também já fica numa tendência muito... Você não é médico não?

MC Não. Não sou médico. Nós dois somos sociólogos.

JT Nessa época não havia essa... O meu curso era, antigamente, era de ciências econômicas sociais. Era também sociólogo.

Fita 2 – Lado B

MC Nesse período, depois do seu primeiro contato com o Getúlio, em [19]33, o senhor intensificou esses contatos? Em [19]34, [19]35. Ou não?

JT É. Aí eu me tornei assim uma espécie de homem experiente no relacionamento com o governo federal. E a partir daí, por exemplo, veio a organização dos jogos universitários, a obtenção de passagens para estudantes pobres, bolsas de estudos. E essas coisas. Comecei a lidar com isso.

NT O senhor era uma espécie de ligação entre o movimento estudantil e...

JT Não. Não era ligação não. Mas como tinha maior experiência e mais tempo, cuidava muito desses problemas.

NT Uma observação que o senhor havia feito antes é que Getúlio permitiu, através desse intercâmbio, dessa possibilidade de passagens, que o Getúlio teria permitido uma unificação do movimento estudantil.

JT Não. Ele não permitiu. Aconteceu. Não foi por desejo dele. Foi pelas circunstâncias, os efeitos desses atos ou desse ato, que permitia as embaixadas culturais, que se começou a haver esse intercâmbio, maior relacionamento e tal. Então, a partir daí, começou a nascer a idéia de existência de uma entidade coordenadora, de uma entidade que centralizasse.

NT Agora, a UNE surge junto com o Estado Novo. Ela surge ao mesmo tempo ou no mesmo momento da intensificação do Estado Novo?

JT Não. Já pouco antes. Porque, praticamente, ela não surgiu com o Estado Novo. Ela surgiu em função dos atos que o Conselho Nacional dos Estudantes, da Casa do Estudante do Brasil, passou a realizar. Que não tinha nada a ver com o Estado. Evidentemente a Casa do Estudante do Brasil, nesta época, pretendia se fortalecer muito mais ainda como uma entidade de expressão nacional e subordinando os diretórios acadêmicos a si. E aí é que surgiu a idéia. Através de elementos que eram praticamente da Juventude Comunista, como Medeiros Lima, o Antonio Franca, Wagner Cavalcanti; uma série de pessoas que viviam na Casa do Estudante do Brasil. Mas que tinham uma outra concepção. Não de viver, apenas, vamos dizer, sob o amparo social... E pensaram um pouco mais avançado. E aí é que surge a idéia da UNE. [19]36, [19]37. E se concebe, praticamente, em [19]37, [19]38. É que nasce, floresce e cresce. A UNE toma grande expressão a partir de [19]42. Porque aí, praticamente já oficializada, há uma conjugação de todos os diretórios acadêmicos. E nós fizemos aqui o congresso e elegemos o Hélio de Almeida, que era então presidente do Diretório Central dos Estudantes. Contra a indicação de um mineiro, que era Sebastião Pinheiro Chagas, que era candidato da outra facção.

MC Quando o senhor fala do diretório central dos estudantes, o Hélio de Almeida era?...

JT Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil. E o Pascoal... O Sebastião Pinheiro Chagas vinha de Minas Gerais, com a força de Minas Gerais.

MC Mas que outra facção era essa?

JT Era uma facção mais moderada.

MC Sei. O Hélio de Almeida era mais de esquerda.

JT Era mais do pessoal de esquerda, tal, com o pessoal de São Paulo. Engraçado que, nesse ano, Minas se aliou ao Rio Grande do Sul. Quem chefiava a delegação do Rio Grande do Sul era o Cibilis Vianna. Que foi candidato a vice-presidente na chapa desse Sebastião. E perdeu. Perdeu por 18 votos, que foram os votos de São Paulo. E aí, no dia 4 de julho... Não, antes de disso, há um fato da maior significação. Em [19]39, houve aqui no Rio de Janeiro, a conferência dos chanceleres das Américas. Que já, uma espécie de reação contra a posição que a Alemanha estava tomando na

Europa. E não muito bem recebida nos círculos governamentais brasileiros. Tanto assim que quem dá a grande cobertura a esta conferência são os estudantes, que vão para o Itamaraty inclusive para assistir as reuniões plenárias da conferência dos chanceleres das Américas. E aí, o primeiro pronunciamento, por parte do Oswaldo Aranha. Mas que não tem, vamos dizer, a adesão ou o apoio total do governo brasileiro. E, a partir daí, há uma movimentação dentro da UNE contra o nazi-fascismo. E depois contra o nipo-nazi-fascismo. Porque ela tem um desdobramento. Em [19]42, com o afundamento dos navios, os seis navios do Lloyd Brasileiro, no litoral brasileiro, há a reação por parte dos estudantes. Com atos públicos de protestos, de comícios, tentativa de quebra-quebra do Germânia, dos jornais que apoiavam a Alemanha e a Itália, e resolvemos constituir, numa ousadia que não tem precedentes na história de qualquer outro povo (risos), a declaração de guerra da União Nacional dos Estudantes à Alemanha e à Itália. E constituímos, então, o comitê de guerra da Une contra o Eixo. E programamos para o dia 4 de julho de 1942 uma marcha-desfile, com carros alegóricos na avenida Rio Branco, que o Filinto Müller, chefe de polícia, queria proibir. E nós, com a reação do Filinto e de militares, que tinham grandes simpatias pelas vitórias do Eixo, nós realizávamos os atos de protesto, os comícios, em Niterói, apoiados pelo Amaral Peixoto, que era o interventor. No governo brasileiro, nós tínhamos o apoio do Oswaldo Aranha, que era Ministro do Exterior, do Artur de Souza Costa, que era Ministro da Fazenda, do Vasco Leitão da Cunha, que era Ministro da Justiça, substituindo Francisco Campos, do prefeito do Rio de Janeiro, o Henrique Dodsworth, e do interventor do Estado do Rio, o Amaral Peixoto. E tínhamos a simpatia, a solidariedade, assim um incentivo, de quatro embaixadores. Do embaixador dos Estados Unidos, que era o Jefferson Cattery, da Inglaterra, chamava-se Charles Noel, do México, que se chamava José Maria Ávila, e do Chile, que era o embaixador Gabriel Videla, que depois foi presidente do Chile. Então, esses quatro embaixadores e mais os ministros de Estado incentivavam muito os estudantes na tomada de posição contra a Alemanha, Itália e Japão. E fizemos, debaixo de grande tensão, com a proteção da polícia fluminense, da polícia municipal, pessoalmente do Oswaldo Aranha, do Ernani do Amaral Peixoto, entendeu, essa passeata. 72 horas depois, pela pressão havida... E essa passeata também teve o apoio dos marítimos e dos portuários. Em função desses atos, o Filinto Müller é demitido pelo Getúlio. E, logo em seguida, o governo brasileiro passa ao rompimento de relações com o Eixo e à declaração de guerra à Alemanha, Itália e Japão.

MC O Filinto Müller foi, até [19]42, chefe de polícia.

JT Foi chefe de polícia.

MC Depois ele foi para o Ministério do Trabalho.

JT Quem?

MC Filinto Müller.

JT Não. Nunca foi do Ministério do Trabalho. Nunca foi.

MC Mas claro que foi.

JT Nunca foi. Nunca!

MC Do Departamento de Previdência Social do Ministério do Trabalho.

JT Nunca foi! Depois ele foi senador. Nunca foi.

MC Bem... (risos)

JT Pode ver. Consulte que... Eu fui 25 anos chefe do serviço de imprensa. Não ia me esquecer. Filinto, Ministro do Trabalho? Nunca.

MC Não. Ele não foi Ministro do Trabalho. Ele foi do Ministério do Trabalho.

JT Não. Não foi não. Nunca pertenceu ao Ministério do Trabalho.

MC Está.

NT Eu tinha lhe perguntado antes, justamente o senhor estava colocando que o senhor sempre tinha se colocado contra as forças do Eixo. Isso desde a campanha integralista, antes da declaração de guerra, o senhor já vinha de antes. Agora, uma questão que eu gostaria de entender melhor, como o senhor vê a própria questão do Estado Novo. O senhor desde cedo se colocava contra o nazi-fascismo, mas, ao mesmo tempo, o senhor defende a ação do Getúlio.

JT Não. De [19]30, o episódio do Estado Novo, é evidente que nós apoiamos. Eu, em São Paulo, formei o comitê universitário pró-José Américo de Almeida. E estava apoiando a candidatura do Zé Américo. Que era uma candidatura apoiada por elementos que faziam parte do governo de Getúlio e elementos de esquerda. Evidentemente, com a declaração, com a implantação do Estado Novo, que foi um movimento, vamos dizer, militar, o Getúlio apenas, inteligentemente, se posicionou numa posição em que ele comandou esse processo. Ou assumiu o comando desse processo. Ou talvez se antecipando ao sistema militar, que tinha armado. Depois da Constituição de [19]34, o descontentamento militar foi muito grande. Não só em relação à Constituição como aos movimentos políticos que surgiram depois daí. Inclusive houve o movimento de [19]35, houve o movimento, outros movimentos de reação da esquerda, do Partido Comunista. Então, isso levou àquele Plano Cohen, do General Mourão Filho. E, evidentemente, o Getúlio, nessa ocasião, acabou, como se diz, dando a volta por cima e se colocando à frente do movimento. E dessa forma continuou no governo. Porque o movimento não era do Getúlio. Foi um movimento militar. Feito dentro dos quartéis, contra a situação então persistente na época. Foi um golpe de inteligência do Getúlio. Evidentemente, nessa época, o Getúlio tem atos de grande expressão. É fazer um levantamento e verificar o que foi feito de [19]37 a [19]46 e verificar que há atos bastante expressivos de natureza social. Especialmente na legislação do trabalho, na legislação de previdência, na regulamentação de

profissões. Por exemplo, a profissão de jornalista, ela era o início da derrocada do Getúlio. Porque, aprovada em 1944, enseja a reação das classes econômicas que, evidentemente, verificaram que a partir daí outras regulamentações, os salários profissionais, o diabo a quatro, teriam lugar. Então aí começa. Inclusive a colocação do Assis Chateaubriand, do *Correio da Manhã*, do *Estado de São Paulo*, contra o Getúlio. Ganhando maior consistência.

MC Quando é que começa o contato do senhor com a Previdência Social?

JT Bom, eu praticamente trabalhei com o Oswaldo Aranha, no Ministério da Justiça, depois com o Capanema, no Ministério da Educação e, em 1942, fui convidado para ir trabalhar no Ministério do Trabalho, no cargo de inspetor do trabalho. Eram três lugares criados em função da Convenção Internacional do Trabalho. Era o Maciel Dias Pequeno, Edson Pitomba Cavalcanti e Heitor Muniz. E, numa dessas vagas, o Maciel Dias Pequeno é nomeado Diretor do Serviço de Identificação Profissional e eu passei a ocupar o lugar dele. O lugar de inspetor do trabalho era uma espécie de auditor do trabalho. E a partir daí, eu era também repórter da *A Noite*, e acabei sendo credenciado como repórter no Gabinete do Ministro do Trabalho. E aí passei a fazer cobertura não só do Gabinete do Ministro como do movimento sindical e também de Previdência Social. Em [19]45, ascende à posição de chefe do Serviço de Imprensa, onde fiquei até [19]64, praticamente. Deixando em períodos em que eu estive na Câmara dos Deputados ou exercendo alguma outra posição.

NT Agora, antes disso o senhor tinha atuado no IAPM, não? Em [19]33?

JT Não. No IAPM, não. Eu fui membro do conselho administrativo do IPASE. Eu fiquei no IAPM, no gabinete do presidente do IAPM, que era o Luís Aranha. Mas praticamente sem nenhuma atuação no Instituto. Eu estava como repórter e tal, mas não atuei administrativamente ou funcionalmente no Instituto. A minha atuação na Previdência vem a partir de [19]42, em função da cobertura como jornalista e depois como chefe do Serviço de Imprensa, como diretor do Serviço de Documentação do Ministério.

MC O senhor disse que o senhor atuou também no Ministério da Justiça, antes?

JT No Ministério da Justiça, no Gabinete do Oswaldo Aranha.

MC Também como repórter?

JT Não. Aí como funcionário do Gabinete.

MC Isso em que período? O senhor pode precisar?

JT No período de [19]33, setembro ou outubro de [19]33 até [19]37, [19]38.

MC O que fez o senhor ir trabalhar com ele?

JT Eu praticamente estava em São Paulo. Eu estava, como se diz, à disposição do gabinete. Quer dizer, era funcionário do ministério, colocado à disposição do gabinete.

MC Mas como é que o senhor chegou a ser funcionário do Ministério?

JT Hein?

MC Como é que o senhor chegou a ser funcionário do Ministério?

JT Contratado, em 1933.

MC Sim. Por alguma indicação política ou?

JT Por indicação do Getúlio.

MC Sei. O senhor conheceu Getúlio em [19]33?

JT Quer dizer, o relacionamento.

MC Conheceu mesmo. Começou o relacionamento.

JT É. Nessa ocasião também estava o João Alberto, que era chefe de polícia, e... “Você está trabalhando?” Eu disse: Não, não trabalho. Estou lá no ministério... lá na faculdade. “Mas não tem emprego público?” Disse: Não, não tenho. “Então você vai lá para o Ministério da Justiça”. Eu até aí constituí um procurador que se encarregava de me remeter os vencimentos para São Paulo. Era um escrivão. Chamava-se Frederico Pio Oberlan.

MC Mas o senhor era amigo do João Alberto? Conhecido dele?

JT Não. Aí foi em função dessa viagem que nós fizemos em [19]33 aqui ao Rio de Janeiro. Das visitas que fizemos. O João Alberto tinha sido interventor em São Paulo, e essa delegação visitou também o João Alberto. Quando visitou o Getúlio, visitou o João Alberto, visitou o Oswaldo Aranha. Nesse contato com o João Alberto é que fui distinguido. Porque ele viu. Eu era um azougue, um moleque e tal, muito ativo.

MC E aí o senhor conseguiu esse emprego de...

JT Não. Ele me ofereceu. Eu não ia recusar?

MC E depois o senhor trabalhou junto no ministério do Gustavo...

JT Com o Oswaldo Aranha. Fui colocado no gabinete do Oswaldo Aranha. E recebia solicitações para diligências ou para trabalho, para representar, para comparecer, assistir atos em São Paulo. Porque o Oswaldo Aranha é descendente de

paulistas. E ele tinha grande interesse em ter uma espécie de representante lá em São Paulo. E eu, praticamente, desempenhava essas funções. Havia um ato de inauguração, uma solenidade e tal, e eu representava o Oswaldo Aranha.

MC E o senhor depois trabalhou com o Capanema.

JT Depois com o Capanema, a partir de [19]41-42.

MC Em que função?

JT Aí eu era inspetor do trabalho, colocado à disposição do gabinete. Então fazia esse trabalho de regulamentação, de inspeções, de...

MC O senhor também era inspetor de ensino?

JT É. Inspetor de ensino. Inspetor de ensino primário.

MC O senhor era ao mesmo tempo inspetor de ensino e inspetor do trabalho?

JT Não. Depois eu saí do... Fui para o Ministério do Trabalho, em [19]42. De [19]38 a [19]42, inspetor federal do ensino secundário.

MC Ah, sim. E essa função também era o quê?

JT Era a função de inspecionar os ginásios. Inspecionei vários ginásios aqui, aqui no Rio de Janeiro.

MC E também foi alguém que lhe proporcionou esse emprego?

JT Não, isso foi o Getúlio que me nomeou.

MC Nomeou. Diretamente. Só por curiosidade. Como é que o senhor avalia, por exemplo, o caso da Olga Benário Prestes? Como é que o senhor entende essa situação dela ter sido deportada?

JT Por exemplo... Essa situação é uma situação muito complexa, muito difícil de ser colocada e analisada. Primeiro porque, nesta época, havia uma grande repressão contra o Partido Comunista Brasileiro. Inclusive o assassinato de uma militante do Partido, Elza Fernandes. Afora isso, tinha havido a tentativa da revolução comunista. Então, o clima existente era muito tenso. Especialmente nas Forças Armadas. Porque, veja que até hoje, por exemplo, a comemoração básica das Forças Armadas é contra o complô comunista de 1935. Quer dizer, o sistema policial estava subordinado ao sistema militar. Então, quem comandava, praticamente, a polícia era o Filinto Müller. E que tinha uma independência, uma autonomia fora do comum. Eu me lembro que o Zé Carlos Macedo Soares foi Ministro da Justiça e teve grandes problemas com o Filinto Müller. Inclusive, quando Ministro da Justiça, em [19]34, ele teve que ir

pessoalmente aos cárceres libertar aqueles que não tinham o que se chamava formalização de culpa. Formação de culpa. Ele próprio, Ministro da Justiça, à revelia do chefe de polícia, compareceu aos xadrezes, os vários que havia, para libertar as pessoas que não tinham formação de culpa. Eu estou mencionando um exemplo. Depois disso, com a saída do Oswaldo Aranha, foi nomeado o Francisco Campos, de uma tendência também fascista. Porque, praticamente, o movimento dos camisas pardas, de Minas Gerais, é um movimento paralelo ou idêntico ou congênere à Ação Integralista Brasileira. Ou foram, talvez, os primeiros integralistas. Eles se anteciparam aos integralistas.

MC Há o Albiano Mello.

JT É. Uma série deles aí. Eu não me lembro deles agora. Então, evidentemente, o clima por parte das autoridades policiais e militares era muito contra a esquerda. De maneira que o Getúlio pouco ou nada poderia ter feito ou fez, ou talvez não tenha... ou tenha pretendido fazer, mas não pôde fazer, em relação à mulher do Prestes. E, evidentemente, isso foi um dos episódios negros, dolorosos da passagem do Getúlio pelo governo. Ele, se não é diretamente responsável, indiretamente, porque com isso ele não pôde poupar a mulher de Prestes. Em relação à repressão, há outros fatos tão ou mais graves. Como aquele Berger.

MC Harry Berger.

JT É. Harry Berger. O que esse homem sofreu, enlouqueceu, o que a mulher passou, a história ainda não contou. E outros fatos. A violência policial nessa época era terrível. Independia do governo. Eu cito o caso, por exemplo, como citei a você o exemplo do José Carlos Macedo Soares, Ministro da Justiça, que quis libertar todos aqueles que não tinham processo formalizado e o Filinto não permitia. O que levou ele ir pessoalmente à chefatura de polícia, ao Dops, aos xadrezes onde estavam presas as pessoas que não tinham formação de culpa e foram libertados por ele. Por aí você vê qual era o ambiente existente na época em relação.

NT O senhor considera então que esse aparato policial fugia ao controle do governo, era quase que autônomo.

JT Era autônomo e independente. Totalmente. Eu tenho a impressão de que as ocorrências... No meio universitário, vários companheiros nossos eram presos, e todas as tentativas que nós fazíamos junto ao Filinto Müller eram em vão. Nós então tínhamos, eu com o Hélio de Almeida, com vários outros companheiros, pedíamos à Alzirinha, pedíamos ao Amaral Peixoto, pedíamos ao Ministro da Justiça. Por exemplo, aquele Vasco Leitão da Cunha. Pedíamos diretamente ao Getúlio para a libertação de estudantes que eram acusados de comunistas. O Paes Leme, presidente da UNE, foi preso. Como comunista. E foi a duras penas que conseguimos a sua libertação. Conseguimos através do Getúlio. Muitas vezes ele desconhecia o fato, não é. Que era evidente que a chefatura de polícia e o Dops não forneciam a relação dos presos nem ia avisar o Getúlio que ia prender fulano ou beltrano.

MC O senhor foi próximo do Oswaldo Aranha ou não?

JT Muito.

MC Muito? E no período em que ele foi Ministro das Relações Exteriores?

JT Também.

MC Porque, pelo que parece, nesse período também houve... o Itamaraty barrou muito a entrada de imigrantes para o Brasil.

JT Não. Pelo contrário.

MC Refugiados de guerra. Não?

JT Não, não. Pelo contrário.

MC Pelo contrário?

JT Pelo contrário. O Oswaldo Aranha que conseguiu... Havia aqueles refugiados de guerra na Europa, que não tinham para onde ir, e exatamente foram acolhidos aqui no Brasil. Por iniciativa do Oswaldo Aranha. Muitos descendentes de judeus puderam entrar no país graças ao Oswaldo Aranha. Pelo contrário. A posição do Oswaldo Aranha foi uma posição muito nítida. O que ele encontrava barreiras era exatamente nas autoridades policiais. Porque o Filinto era descendente de alemães, evidentemente não tinha simpatia pela entrada de judeus no Brasil. E a entrada no Brasil, os passageiros, as pessoas que vinham, esbarravam na primeira barreira, que era a de verificação de passaportes, feita pela polícia. Não era pelo Ministério das Relações Exteriores. De onde vem essa história que o Oswaldo Aranha... Não tem procedência.

MC Não, porque, recentemente saiu um trabalho, uma tese de doutorado lá na USP, *Anti-semitismo na era Vargas*, que mostra uma série de medidas, de depoimentos e de cartas de elementos do Itamaraty, e do próprio Oswaldo Aranha, impedindo a entrada de judeus...

JT Não, porque naquela época o que havia era o seguinte. Eram pessoas sem documentos. Sem documentos. Então, com a invasão alemã, nos vários países, Romênia, aqueles países ali, Hungria, Polônia, essa coisa toda, começaram a se aglomerar ali por Paris, por Bélgica, por aí. E o problema resumia-se, eu tenho a impressão, esse fato eu conheço alguns. Porque, o que se costuma dizer é que a grande corrente judaica passou a entrar no Brasil graças ao Oswaldo Aranha. A versão que eu tenho é essa. Se há outras versões ou outros fatos ou documentos, eu desconheço.

MC Sei. No período que o senhor trabalhou no Ministério da Educação...

MC Eu estava perguntando ao senhor da sua atividade no Ministério da Educação. O senhor disse que foi inspetor de ensino.

JT É. Federal do ensino secundário.

MC E o senhor passava pelas escolas, o senhor?

JT Evidentemente tinha que inspecionar os ginásios, presidir exames, admissão ao ginásio. E dentro dos encargos que um inspetor de ensino tem. Além disso dava uma colaboração ao gabinete do ministro, porque nas várias regulamentações, na regulamentação do esporte, do esporte universitário, problemas da classe universitária. Enfim, uma série de coisas aí.

NT O senhor participava simultaneamente, ainda nesse momento, da UNE? Ou não? Como é que era a sua ligação com a UNE?

JT Não, da UNE, praticamente... eu era presidente da CBDU. Eu fui presidente da CBDU de [19]39 a [19]42. Praticamente, em [19]42, eu encerro a minha fase universitária. Aí cessou.

MC Aí que o senhor ingressa no Ministério do Trabalho.

JT Não, aí, quando ingresso no Ministério do Trabalho, eu me desvinculei, praticamente, do movimento universitário e passe a atuar no meio sindical, como funcionário. Praticamente numa outra atividade completamente diferente.

NT Isso a partir de [19]42?

JT De [19]42. É.

MC A gente podia parar por aqui hoje, para a gente retomar numa outra oportunidade.

JT É. Vamos encerrar. A menos que vocês queiram mais alguma coisa de qualquer aspecto aí, que queiram mais. Não sei.

MC Não. Por enquanto está bom.

NT É.

Data: 12/08/1987

Fita 3 – Lado A

Estamos aqui com o sr. José Gomes Talarico, dia 12 de agosto de 1987, mais uma etapa do projeto *Memória da assistência médica previdenciária*. Presente Nísia Trindade e Marcos Chor.

NT Seu Talarico, no nosso último contato o senhor começou a nos falar sobre a sua atuação no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio como inspetor do trabalho. O senhor podia descrever um pouco essa atividade? O que era, quais eram as atribuições do cargo de inspetor do trabalho?

JT O cargo de inspetor do trabalho é oriundo da criação ou da convenção e recomendação da Organização Mundial do Trabalho. Para fiscalizar as leis e preceitos do trabalho. No Brasil, inicialmente foram criados, em função dessa convenção internacional, três cargos de inspetor do trabalho, que eram cargos isolados no ministério. E só em [19]44, no governo do Getúlio, é que se criou a carreira de inspetor do trabalho, com um quadro de 70 titulares. E depois, em 1946, no governo José Linhares, se ampliou o quadro da fiscalização do trabalho, com o aproveitamento daqueles funcionários que estavam no exercício da fiscalização e que estivessem há mais de dez anos na função pública. E este foi um ato muito abrangente que possibilitou então a extensão desse cargo. Eu, quando fui nomeado para esse cargo, fui para substituir Maciel Dias Pequeno. Que fora então nomeado para o recém-criado Serviço de Identificação Profissional, encarregado da expedição das carteiras profissionais e do registro profissional. E a partir do ano de 1942, no Ministério do Trabalho, eu fui designado para chefiar a fiscalização especial. Ela teve maior atuação a partir do ano de 1943 com a vigência da Consolidação das Leis do Trabalho. Era necessário verificar a execução, nos preceitos dos capítulos relativos a essa consolidação. Como se sabe, a consolidação das leis do trabalho veio compor a legislação relativa à proteção do trabalho, à organização sindical e o Poder Judiciário do Trabalho. Na minha opinião, apesar de muito elogiada, constituiu um erro. Porque essas três composições deviam ser independentes e autônomas. Porque uma tratava da tutela do trabalho, a outra da organização sindical e a outra do Poder Judicial do Trabalho. Então, a minha função, a partir do ano de [19]43, foi exatamente trabalhar em todos os setores para verificar a aplicação e a execução dos preceitos da Consolidação do Trabalho.

MC O senhor falou, mencionou um nome...

JT Maciel Dias Pequeno.

MC Pequeno. Que era [...].

JT Não. Não. Ele era jornalista do *Diário Carioca*, foi do gabinete dos ministros Agamenon Magalhães e Waldemar Falcão. Mais tarde se tornou diretor do Serviço de Identificação Profissional, diretor, diretor geral do Departamento Nacional de

Indústria e Comércio, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e depois Ministro da Indústria e Comércio. E ainda foi superintendente das empresas incorporadas da União. E mais tarde secretário de Estado do Rio de Janeiro, com o governador Chagas Freitas.

MC Seu Talarico, nessa época do Estado Novo houve indicações de trabalhadores para cargos importantes no setor de Previdência Social, não? O senhor se lembra de pessoas?

JT Especialmente na administração do SAPS, por exemplo, porque constituía um serviço subsidiário da Previdência, criado para destinar alimentação ao trabalhador. Não só em restaurantes como também nos locais de trabalho e ainda possibilitar a venda de produtos de primeira necessidade. Então, nesse serviço, foram aproveitados numerosos dirigentes sindicais. Entre eles, um que eu me recordo, foi o Luis Augusto da França, que era do sindicato hoteleiro, garçons, cozinheiros, chegou a ser presidente da Federação Nacional de Comércio Hoteleiro, membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e também Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. E além desse também, na Fundação da Casa Popular, criada em 1942, no governo Dutra, foram aproveitadas várias lideranças nos serviços que a Fundação da Casa Popular tinha.

MC O senhor falou 1942. Era o Getúlio.

JT [19]46. A Fundação da Casa Popular é de 1946.

MC Por exemplo, o França, parece que era chamado de cozinheiro França.

JT Não. O apelido dele era “bico doce”. Ele foi cozinheiro no SAPS.

MC E alguns o chamam de pelego.

JT Não. Aí advém do seguinte. O França, o Luis Augusto da França vem daquela geração de [19]36, [19]37, [19]38, aí, de apoio ao Getúlio. E foi, inclusive, um dos fundadores do PTB. Foi secretário geral do PTB, da primeira comissão executiva do Partido Trabalhista Brasileiro. Mas também houve um racha esse ano, em virtude da candidatura do Marechal Eurico Gaspar Dutra, que, apressadamente, os seus colaboradores desejavam o apoio do PTB. E o PTB só veio a se pronunciar depois de consultas ao Dr. Getúlio, que estava em São Borja, depois da sua derrubada, em [19]45. E nesse período em que o PSD, que tinha adotado a candidatura do Dutra, insistia muito no apoio do PTB. Como ele demorava, os elementos que cercavam o Marechal Dutra e o PSD, provocaram uma primeira cisão no PTB, que foi a constituição do Partido do Proletário Brasileiro. Que depois se tornou Partido Social Trabalhista, PST. E, exatamente antes do Getúlio ter apoiado a candidatura Dutra, abertamente, oficialmente, isso foi nas vésperas, na última semana da campanha presidencial, o França, juntamente com alto funcionário do Ministério, que se chamava Waldir Niemeyer, rompeu com o PTB, constituindo então esse partido proletário do Brasil.

MC Foram os dois, o França e o Waldir.

JT O Waldir e outros. Outras pessoas também participaram. Esse partido veio depois a ser dirigido pelo senador Vitorino Freire.

MC Como é que o senhor definiria o pelego?

JT Essa questão de pelego foi motivo de um memorável debate na Câmara dos Deputados, da qual eu participei, então no exercício da deputação federal, com o deputado Tenório Cavalcanti, da UDN.

MC Isso foi em que época?

JT Isso no período... Esse debate foi aí no período entre [19]54-58, por aí. E o deputado Flores Cunha. Essa denominação de pelego, ela foi primeiramente aplicada no meio universitário. Nos idos de [19]41, [19]42, quando se permitiu a transferência de alunos, por exemplo, do Rio Grande do Sul, para São Paulo e o Rio de Janeiro. Como se sabe, os vestibulares das escolas superiores tradicionais desses dois estados eram disputadíssimos. Algumas com 60 vagas, 70, 80, no máximo. E a mocidade estudiosa na época então buscava, em virtude da limitação de vagas, buscava escolas superiores no Paraná, no estado do Rio, no Rio Grande do Sul, na Bahia. E, em consequência disso, com a autorização de se permitir elementos já no segundo, no terceiro ano transferência para as escolas superiores do Rio de Janeiro e São Paulo, se denominava esses estudantes de pelego. O pelego é aquela manta de carneiro que é colocada no lombo do cavalo para se assentar a sela. Exatamente para não machucar o animal. Aí é que vem. Porque o trabalhador seria o cavalo, o pelego seria a manta do carneiro ou de uma outra, ou de um cobertor grosso, e o selim seria o governo, seria o poder público, seria exatamente o empregador ou o que fosse. Daí é que vem. Mas essa denominação teve uma crescente citação a partir de [19]46, com as intervenções do Governo Federal, do Ministério do Trabalho, nas organizações sindicais. Que perdurou durante todo o período governamental do presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra.

NT A denominação de “pelego”, então, o senhor está situando no governo Dutra, não no governo Vargas?

JT Não. Foi no governo Dutra. Porque o que se chamava de “pelego” no governo Getúlio, antes de [19]45, era em função dos estudantes que, fazendo vestibulares e freqüentando escolas noutros lugares, conseguiam transferência para as escolas superiores do Rio de Janeiro e de São Paulo.

MC Como é que o senhor avalia a atuação dos trabalhadores, principalmente das suas lideranças, nesse período do Estado Novo? Em que os sindicatos tiveram muito...

JT Que esta comissão promovia, por exemplo, aqui: comissão técnica para orientação do sindicato. [19]55. A comissão técnica de orientação intersindical tinha a

função de colaborar, orientar as organizações sindicais na administração e nas sugestões. Por exemplo, isso aqui é um livro que diz: *Guia dos dirigentes sindicais*. E era um trabalho que era feito no sentido de estabelecer a finalidade do sindicato, como o associado podia se registrar, se inscrever, condições para se associar, informações que o sindicato devia prestar aos trabalhadores, a classificação de associados, os direitos que os associados possuíam, direitos da categoria profissional. Enfim, os resultados que podiam dar a sindicalização, os deveres dos associados, perda de direitos, readmissão. Enfim... Inclusive com modelos “P.E” aqui, como se fazer uma ficha associativa, um requerimento, a guia para o desconto do imposto sindical. Enfim, se proporcionava ao dirigente sindical todos os modelos necessários para que ele realizasse a sua administração. Aqui, por exemplo, já são quatro volumes dados pelo Mozart Vitor Rossomano, por exemplo, em que era um manual sobre o direito do trabalho, sobre a Previdência Social, enfim, quatro volumes onde os trabalhadores podiam consultar, buscar, sem ter necessidade de ir ao Ministério do Trabalho. E legislação sobre o fundo de garantia também. O problema do direito de greve, estudos do direito eleitoral, aqui também, como se realizar uma eleição, como promover a lavratura de uma ata, a prática, modelos de editais, de requerimentos, publicações que deviam ser feitas. Esse aqui, por exemplo, *Teoria e Prática da organização sindical brasileira*. Enfim, era um órgão de colaboração com as organizações sindicais. Que agia com muita eficiência, porque, evidentemente, às vezes, um trabalhador conduzido pela sua qualidade ou pela sua maneira de atuar na categoria, mas ele não tinha conhecimentos administrativos nem como se comportar direito na direção. Então, ele ia ao Ministério e a comissão de orientação sindical tinha assistentes sindicais que passava a colaborar até que ele tivesse condições de dirigir, autonomamente, independentemente a organização sindical.

MC Como o senhor está colocando, assim, o trabalho dessa comissão, o que parece é que havia um forte controle do Estado sobre o sindicato.

JT Não, isso ninguém pode negar que havia. Tanto assim que o controle era feito não só no registro de chapas, nos pleitos eleitorais, como também no envio das previsões orçamentárias, que deviam ser aprovadas pela comissão de organização sindical. Doas. Comissão de organização e assistência sindical. DOAS. Que era do Departamento Nacional do Trabalho. Quer dizer, o Estado e o Ministério do Trabalho estabeleceu regras e normas que, dessa forma, tinha pelo menos o controle da vida sindical.

NT Quer dizer, muitas das regras criadas no Estado Novo se mantiveram. O senhor observou essa manutenção na comissão.

JT Não, quase todas até hoje ainda persistem aí. O grande erro, no meu entender, da União, do Estado, foi estabelecer na *Consolidação das Leis de Trabalho* um capítulo da organização sindical, que devia ser totalmente à parte. Então, com isso compromete o problema da proteção ao trabalho, porque essa proteção ao trabalho, realmente, era exemplar, importante, avançada. Mas, com as limitações que se

estabelece, através da organização sindical, na Consolidação, isso já criava empecilhos, embaraços e obstáculos à liberdade sindical.

NT E que tipo de organização sindical o senhor acha que deveria ser regulamentada pelo Estado? O senhor acha que deve haver alguma regulamentação? Deve? Como é que o senhor vê essa questão?

JT Não, eu acho que a liberdade de organização de classe, ela está aprovada, inclusive, não só pelo *Tratado de Versailles*, de 1918, [19]19 ou [19]20 ou [19]22, como também por convenções internacionais. Que o Brasil, apesar de filiado à OIT, sempre protelou o estabelecimento desse disposto de liberdade sindical. Evidentemente há uma vantagem. Estivadores, os portuários e marítimos.

NT Quer dizer, o senhor está falando dos trabalhadores...

JT Mesmo porque, até então, não havia deslanchado o desenvolvimento industrial no país. E uma classe que muito predominante, tinha grande expressão, eram os vendedores viajantes.

NT O senhor estava falando da constituição, da constituinte de [19]34, e a representação classista e a importância disso para os sindicatos. Depois do Estado Novo, quer dizer, como é que ficou a situação dos sindicalistas, também? A questão da liberdade sindical não era discutida, ou era discutida por alguma liderança? Como é que o senhor vê esse período?

JT Não. Não era discriminada, não. Evidentemente, com a *Consolidação das Leis do Trabalho*, com os avanços e conquistas sociais, evidentemente, as lideranças e dirigentes sindicais procuravam se situar ao lado do governo.

NT E como é que era a sua relação com os sindicatos nesse período que o senhor foi inspetor do trabalho?

JT Eu passei a ter relações com os sindicatos a partir do momento em que fui para o Ministério do Trabalho. E, nomeado inspetor do trabalho, em função da fiscalização especial que exercia, inclusive na verificação até da vida sindical, e também por ser jornalista, e n'A Noite era o credenciado para a política sindical. Então fui me entrosando, em função dos atos, em função das reuniões, em função dos problemas que surgiam, eu fui me identificando e me entrosando com o meio sindical.

NT O senhor acompanha também os institutos de Previdência?

JT Hein?

NT As instituições de Previdência. Os Institutos de Aposentadoria e Pensões.

JT Sim, claro. Eu, como jornalista, era claro que eu tinha que acompanhar porque, nessa época, o Ministério do Trabalho era Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, era Previdência Social, propriedade industrial, enfim, uma série... Era um super Ministério. Então, como jornalista. Depois, a partir do ano de [19]44, não, [19]45, [19]46, eu fui presidente do comitê de imprensa do Ministério do Trabalho, que correspondia à posição de chefe do serviço de imprensa, em cuja função eu fiquei praticamente até 1964. Mesmo no exercício da deputação federal e de outras atividades que eu pudesse ter, eu nunca mais deixei, por exemplo, o serviço de imprensa do Ministério do Trabalho.

NT No período do Estado Novo, como é que o senhor avalia a atuação dos institutos de aposentadoria e pensões?

JT Como? Consolidando e ampliando os seus serviços.

NT Mas o senhor via diferenças entre os institutos?

JT Não, mas aí não. Aí era um período de organização, quer dizer de formalização, de atos estendendo benefícios e... Enfim, a criação de serviços. Quer dizer, essa ampliação era levada pelos atos de decretos, leis, portarias, enfim, estava na sua fase de implantação.

MC Quais eram os institutos mais fortes, na sua opinião?

JT O que foi mais forte, com o tempo, foi o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Agora, de expressão classista, os Bancários e Marítimos.

NT Era os mais organizados em termos de...

JT Não. Não é mais organizado. O mais organizado foi o IAPI. Mas movido no interesse dessas coletividades. Eram mais atuantes.

NT Quer dizer, havia uma relação do sindicato dos bancários com o IAPB, o senhor acompanhou isso pelo sindicato...

JT Claro. Claro. Muitas das lideranças sindicais integraram a administração. Depois, quando se criaram os conselhos administrativos, então, praticamente, essas instituições passaram ao controle dos segurados.

MC Por que o IAPI era o mais forte?

JT Pelo número de segurados, pela organização que se deu. Basta dizer que por lá passaram o João Carlos Vital, esse Heitor Beltrão, uma série de grandes expressões na administração pública brasileira.

MC O senhor teve contato direto com o João Carlos Vital?

JT Tive. Funcionário. Ele era do IAPI. Claro que tive. Foi meu companheiro no Ministério do Trabalho.

MC O senhor teve algum contato, relacionamento com o projeto de constituição do ISSE, o senhor se lembra disso? Instituto de Serviços Sociais Brasileiros.

NT Instituto de Serviços Sociais do Brasil. O projeto era do Vital, inclusive.

MC O senhor se lembra desse projeto?

JT Não. Não me lembro não. Não estou me lembrando não.

MC De unificação da Previdência. Isso por volta de [19]43.

NT [19]45.

JT É. [19]42, [19]43. Foi uma tentativa de unificação ou de uniformizar os serviços e promover a sistematização dos órgãos de previdência. Mas logo em seguida foi abandonado. Ele não foi levado. Só 14 anos ou 15 anos, 18 anos depois é que se fez a unificação da previdência.

NT Mas o senhor...

Fita 3 – Lado B

NT O senhor se lembra de algum debate sobre esse projeto? Gente contra, os motivos. Por que se foi contra a unificação?

JT Não, porque os estudos eram feitos através de comissões que se reuniam, não só nos institutos como no Ministério do Trabalho. Então, eram reuniões fechadas. Debates... Não de debates, mas de discussão sobre os dispostos e preceitos que deviam figura. É um trabalho um tanto burocrático.

NT O senhor chegou muito a ir à opinião pública, ao jornal onde o senhor trabalhava, assim na imprensa?

NT Mas não chegou a ser uma questão muito discutida, pelo que o senhor se lembra?

JT Não. Não foi muito não. Ela foi levantada e logo em seguida, não durou muito tempo, ela... Porque naquela época não havia empenho e interesse das categorias profissionais na unificação da previdência. Quer dizer, cada um queria ter a sua caixa

de aposentadoria e pensão, ou o instituto que entendiam que tinha melhor valia e podia executar melhores serviços do que uma unificação. Depois, era um problema muito complexo. Alegava-se muito, por exemplo, a posição geográfica do país, a divisão geo-econômica brasileira. Então, achavam que se houvesse a unificação da previdência não daria bons resultados, essa coisa toda. Então, o sistema da previdência continuou como caixas e institutos. Aparecendo então, logo depois, o SAPS, o SAMDU, o SESI, o SESC, o SENAI e o SENAC. Quer dizer, essas instituições patronais, e a Fundação da Casa Popular, surgiram já depois de [19]46, como o SAMDU, também. O SAPS é que é ainda de criação do Getúlio. Já a Fundação da Casa Popular, SESC, SESI, SENAI, SENAC e mais ainda o SAMDU vêm já a partir do governo Dutra.

MC O senhor se lembra quais eram as categorias que mais resistiam à unificação, naquele período?

JT Não, de maneira geral, todas. Ainda sem haver uma unidade de pensamento, cada um desejava que ficasse com o seu próprio instituto. Eu devo dizer que no ano de... Ela levou, depois disso, foi [19]42, [19]43, e também em [19]46, [19]47 houve nova tentativa, e eu quando estive participando do Primeiro Congresso Ibero-americano de Seguridade Social, em Madrid, eu trouxe para o Brasil todas as resoluções adotadas nesse congresso. E além disso a organização do seguro social, da previdência social na Espanha. E a partir daí, este material que foi muito distribuído, examinado, não só pelo governo federal como pelos institutos, passou a haver uma tendência, que iria se concretizar em 1960, com a nova lei orgânica da Previdência Social.

NT É. Antes da gente... Inclusive a gente vai pedir depois para o senhor detalhar sua ida a esse congresso, o senhor podia falar um pouco sobre a experiência dos conjuntos habitacionais ainda durante o Estado Novo? O senhor chegou a acompanhar isso de alguma forma?

JT Não, a gente acompanhava, vamos dizer, não a construção, praticamente, mas as inaugurações. Então houve também... Isto motivava muito porque esses conjuntos residenciais eram construídos não só com recursos da própria Previdência como também com dotações que o governo federal destinava. A União, muitas vezes, os estados e municípios cedendo terreno. O que levava a um preço bastante razoável. Bastando dizer que o preço das casas, da casa própria ou das construções eram ínfimos, baratinhos, e as suas amortizações com juros reduzidíssimos. Nem tabela *price* nem os juros que hoje se cobram. Tanto assim que se você vai encontrar, se encontrar, muitos aposentados, vão registrar exatamente isso; uma certa gozação que se faz aos trabalhadores atuais, às lideranças sindicais, porque, naquela época, essas lideranças e os dirigentes sindicais obtiveram a construção da casa própria por preço histórico e reduzido. Não havia interesse por parte do poder público em lucrar na construção da casa própria. Isso não só no governo de Getúlio como também no governo Dutra. Que foi muito eficaz na construção de conjuntos. Especialmente na Fundação da Casa Popular. Que se estendeu por todo o país.

NT Agora, na época do Getúlio, no caso, o Estado Novo, o senhor lembra quais eram os critérios que eram adotados para seleção dos moradores? Porque não existiam casas para todos.

JT Ah, o morador se inscrevia nos institutos.

NT Sim, mas não havia vagas para todos. Havia algum critério de seleção?

JT Não, não havia tanta carência. Porque muita gente... Os aluguéis eram baratos e não havia, como há hoje, com a explosão demográfica, a deficiência de moradias. Não eram tão carentes como são hoje.

NT E o senhor falou também que vocês acompanhavam as inaugurações. E as inaugurações tinham grande repercussão política, em geral?

JT Eram grandes. Era claro. A distribuição, o sujeito com a sua casa própria ou apartamento, o diabo a quatro. E havia mais, por exemplo, o financiamento da construção. Por exemplo, a pessoa comprava o terreno e obtinha financiamento para a sua construção. Havia muitas facilidades para isso. Quem fosse diligente obtinha uma casa.

NT Quem fosse diligente...

JT Diligente. É claro. Precisa a pessoa estar acompanhando, ir, reclamar, se empenhar. Porque nada cai do céu. Existem muitas dessas que devem ter caído do céu para muita gente.

NT Quer dizer, a massa mesmo de trabalhadores não tinha tanta facilidade de ter a casa assim. Havia alguma diferença.

JT Não, tinha. Como é que não? Não eram, as carências ou a falta de moradia não eram tão grandes como a de hoje. E nem tão pouco haviam tantos segurados como há hoje.

MC O senhor se lembra, tem lembrança de uma inauguração de conjunto que marcou?

JT Não, assim... Mas não foram com... Por exemplo, o IAPI construiu prédios de excelente qualidade. O IAPI. Prédios que ainda hoje estão aí com grandes possibilidades, o diabo a quatro.

NT E as manifestações do primeiro de maio? O senhor se recorda de alguma.

JT Evidentemente eram sempre organizadas pelo Ministério do Trabalho. E o governo procurava, nessas comemorações, ou fazer inaugurações ou estabelecer atos

de benefício ao trabalhador. Além de proporcionar espetáculos, enfim, disputas esportivas.

MC O senhor participou de alguma?

JT Sempre participava. Depois de [19]42.

NT E existe também a sua participação na comissão do imposto sindical. O senhor podia falar um pouco para nós como é que foram as discussões nessa comissão?

JT Eu estava... 1952, [19]53, em Genebra, participando da Conferência Internacional do Trabalho. E recebi uma convocação do então ministro do Trabalho, que tinha substituído o Jango, Dr. Hugo de Araújo Faria, para que regressasse ao país porque eu estava sendo designado para uma função que exigia a minha presença imediata no país. Quando cheguei aqui, eu estava designado como representante das profissões liberais, ou seja, de jornalistas, representante no coletivo ou no plenário da comissão de imposto sindical. Que era constituída de representantes de empregados, empregadores e do Ministério do Trabalho. E, com o afastamento do diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho, Gilberto de Sá, eu fui eleito presidente da Comissão do Imposto Sindical. E passei a atuar. Porque o Dr. João Goulart, quando ministro do Trabalho, ele suspendeu as atividades do plenário da comissão do imposto sindical. E com a minha eleição se restabeleceu o plenário, que passou então a gerir o fundo social sindical. E a minha permanência foi aí, talvez, de alguns meses, um ano, no máximo.

NT Durante o Estado Novo o senhor não participou da comissão?

JT Não. Não. Eu vim participar de [19]53 a 1954. Depois fui também em [19]60, [19]61, fui presidente de outro órgão que era mantido pelo Fundo Social Sindical. Presidente da comissão técnica de orientação sindical. Que era um órgão que colaborava com as organizações sindicais. Quer dizer, na assistência, na orientação, os trabalhos a serem desenvolvidos para o fortalecimento da sindicalização.

NT Existia nessa orientação sindical alguma influência de correntes trabalhistas, até de fora do Brasil? O senhor se lembra de alguma?

JT Não. Não. Tudo aqui dentro do país. Ela destinava a orientar o sindicato como administrar, como gerir os recursos, como realizar uma reunião e tal. Eu tenho até aqui algumas coisas, se não me engano. Por exemplo. Olha aí.

Fita 4 – Lado A

NT O senhor estava falando que na *Consolidação das Leis Trabalhistas*, o fato de existir um capítulo sobre a organização sindical seria uma coisa errada. O senhor poderia colocar melhor a sua posição com relação à organização sindical?

JT O problema, no meu entender, ele surgiu em função da *Consolidação das Leis do Trabalho*. Uma comissão, sob a influência do Estado Novo, elabora o projeto para o ministro do Trabalho, que depois o submete à aprovação do Presidente da República. Evidentemente, a influência do momento, daquele momento, era muito, vamos dizer assim, uma tendência de concentração de poder. Por exemplo, nós estávamos em plena vigência da... 1942, [19]43, da Segunda Grande Guerra Mundial. Onde a Itália fascista e a Alemanha nazista refletiam uma concentração de poder muito grande. E, consequentemente, isso refletiu aqui também no Brasil. Não se pode negar. Mas a organização sindical brasileira, até então, não tinha ainda o quadro de atividades e de profissões, que foi o que passou a definir como a organização sindical brasileira devia se situar. Então, como eu tinha informado antes, houve... como entidades de primeiro grau, a associação profissional, para depois se transformar em sindicatos. Os sindicatos, as federações ou nacionais ou regionais, e as confederações nacionais de trabalhadores. Não permitindo que houvesse uma união, um conselho ou uma coordenação. Porque já a denominação de confederação se entendia que era a entidade máxima daquela categoria. Mas já no Tratado de Versalhes, 1919 ou [19]22, por aí, ou nas primeiras reuniões da Organização Internacional de Jornalistas, de jornalistas do Trabalho, a OIT, que surge em função do Tratado de Versalhes, ela estabelece, em princípio, uma liberdade de livre associação. Anos depois, eu não me lembro agora a data, a Conferência Internacional do Trabalho aprovou uma convenção em que estabelece e dispõe sobre a liberdade de organização das entidades de classe. Essa convenção deveria ser ratificada pelo Brasil e, durante todos esses anos, uma década ou duas décadas, ela foi protelada. Não só por parte do governo como também por parte do Congresso Nacional. A própria constituição de [19]46 devia ter textuado a liberdade de organização como também se textuou o direito de greve, mas se subordinou a uma regulamentação que nunca foi feita. Igualmente, também, na participação dos lucros dos trabalhadores na empresa. Há o disposto constitucional na Carta Magna de [19]46, mas nunca foi regulamentado, como também o direito de greve. De maneira que no Ministério do Trabalho, evidentemente, através da consolidação, do controle das eleições sindicais, a obrigação do registro de chapas, do envio das previsões orçamentárias para as atividades da entidade, tudo isso estabelecia, estabeleceu um controle por parte do Ministério do Trabalho.

NT Nessa época o senhor já tinha essa avaliação? Quer dizer, nos anos [19]40, o senhor já pensava que...

JT Já tinha. Porque, evidentemente, eu participava do sindicato dos jornalistas. Fui da sua direção, fui fundador da Federação Nacional dos Jornalistas, a primeira diretoria, presidente da comissão organizadora da Federação Nacional de Jornalistas, então eu tinha essa visão. Como a visão também de ter sido militante universitário, um dos fundadores e diretor da União Nacional dos Estudantes, o primeiro presidente da Confederação Brasileira de Desportos Universitários, eu tinha outra mentalidade. A mentalidade mais aberta, tinha participado do movimento sindical, onde a disputa democrática sempre foi muito acentuada, então eu tinha a minha visão, a minha mente era totalmente diferente daquela do controle que se estabelecia para as entidades

sindicais.

NT E o senhor não entrava em conflito com o pessoal do Ministério do Trabalho?

JT Não, porque, afinal de contas, no sindicato dos jornalistas, e na federação dos jornalistas, depois, sempre teve uma vivência democrática. A situação dos outros... E o poder público nem sempre implicava muito com os jornalistas para não ter problemas. Então, o sindicato dos jornalistas tinha uma maior mobilidade, maior ação. E inclusive a presença até de militantes de esquerda, sem que isso implicassem em dificuldades para o sindicato de jornalistas e para a federação.

NT Uma outra coisa que está ligada a isso, que eu ia perguntar ao senhor. Tinha alguma pessoa ou alguém também, no Ministério do Trabalho ou fora do Ministério do Trabalho, com quem o senhor se identificasse mais politicamente nesse período? O senhor falou de várias pessoas. Falou de ministros, falou de lideranças sindicais. Existiam lideranças sindicais ou políticos com quem o senhor se identificasse mais nessa época?

JT Não entendi.

NT Tinha algum político dessa época com que o senhor tivesse mais identificação política, com quem o senhor concordasse mais?

JT Eu estive muito ligado, por exemplo, durante muitos anos, ao José Carlos Macedo Soares. Que foi Ministro da Justiça, Ministro das Relações Exteriores, era patrono de várias organizações universitárias em São Paulo, depois muito ligado ao chanceler Oswaldo Aranha, ao Ministro Gustavo Capanema, que foi da Educação e ao Souza Costa, que foi Ministro da Fazenda e que colaborou muito, por exemplo, para a construção da casa do jornalista, do ABI. Por exemplo, o terreno da ABI foi doado pelo prefeito Pedro Ernesto. A construção do prédio foi graças às ajudas financeiras que o governo do presidente Vargas deu à ABI. E depois, o seu aparelhamento, mobília, enfim, tudo aquilo que era necessário, instalações, equipamentos foram dados pelo então Ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa. Então, em função disso, eu tinha relacionamento com essas pessoas. E com outras pessoas. Com parlamentares, antigos parlamentares, enfim, eu tive com professores das universidades, reitores. Enfim, um relacionamento muito grande, pela posição que eu tinha na classe universitária.

MC É. Mas dentro do Ministério do Trabalho, quem o senhor tinha mais facilidade?

JT Com todos os ministros. Depois de [19]42, com todos os ministros.

NT Mas o senhor concordava mais com alguma visão. Por que o senhor falou, por exemplo, na questão sindical, o senhor tinha uma posição mais liberal. O senhor defendia a liberdade sindical.

JT Sim, mas eu, como jornalista, eu não opinava. Eu registrava os fatos. E trabalhando num jornal que era praticamente porta-voz do governo, *A Noite*, evidentemente eu tinha que noticiar dentro da faixa ou dentro dos parâmetros governamentais.

NT Deixa eu... (risos) É porque eu estou, a gente está falando dessas questões, mas, na verdade, pelo menos o que está na minha cabeça é o seguinte. O senhor identificava outras pessoas, que como o senhor, aprovavam determinadas medidas no Estado Novo, mas que tivessem uma posição mais próxima da sua? Dentro do Estado Novo, o senhor vê alguma personalidade política...

JT Não, eram colegas de redação, ou antigos companheiros do movimento universitário, como, por exemplo, os filhos do chanceler Aranha, o Euclides Aranha Neto, Oswaldo Aranha Filho, Luis Aranha Maciel, Luis Pinheiro Paes Leme, que foi o primeiro presidente da UNE, o segundo, o Waldir Borges, que foi o primeiro presidente da UNE, enfim, uma gama muito grande de pessoas que atuavam no meio universitário. O jornalista Medeiros Lima, o Antônio Franca, que foi o primeiro secretário geral da UNE. Enfim, havia assim um grande relacionamento.

NT O senhor falou da participação de setores de esquerda no sindicato dos jornalistas. Como é que o senhor se coloca? Na época, o senhor se via como uma pessoa próxima da esquerda ou se via como homem de esquerda?

JT Não, eu nunca tive nenhuma dificuldade de conviver com os membros do Partido Comunista. E isto até resultou no seguinte. Quando eu era secretário do PTB do Rio de Janeiro, eu passei a ser assim um elemento de ligação com o Partido Comunista Brasileiro, do PTB. E que inclusive facilitava a indicação de comunistas para integrar a chapa do PTB na disputa da deputação federal, por exemplo.

MC Isso em que época que o senhor foi secretário-geral do PTB aqui no Rio?

JT Do Rio passei a ser a partir de 1954, [19]55, por aí.

NT Agora, pegando ainda o Estado Novo, como é que o senhor viveu todo aquele processo de queda do Vargas? Como é que foi a sua participação nesse acontecimento?

JT Qual é?

NT A queda de Vargas. No Estado Novo, no final do Estado Novo. Como é que o senhor viveu aqueles acontecimentos?

JT Não, eu era, vamos dizer, era funcionário do Ministério do Trabalho e redator d'*A Noite*. Ali, solidário com ele e tal, inclusive colaborando, por exemplo, na regulamentação da profissão de jornalista e no estabelecimento do primeiro salário profissional do jornalista. E, evidentemente, isto preenchia muito, porque eu estava colaborando no sentido de dar uma posição de destaque à categoria a que eu pertencia.

MC Mas esse momento de queda do Vargas, quer dizer, como é que o senhor avalia esse momento? Quer dizer, aí se junta o movimento “queremista”. O senhor participou do movimento “queremista”?

JT Eu sou um dos integrantes do movimento “queremista”, não é? Porque aí, esse movimento “queremista” nasceu, vamos dizer, em função da campanha, do movimento, a partir do manifesto dos mineiros para a derrubada do Getúlio. Então aí começa o movimento de conspiração contra o Getúlio. E havia um grupo de jovens que fundaram o movimento nacional “queremista”. Que era o “Queremos Getúlio”, e depois, fez a campanha da constituinte do Getúlio. Já aí com o apoio do Partido Comunista. Com a participação, com o apoio – não - com a participação do Partido Comunista Brasileiro.

MC E quais eram as razões que levavam a essa...

JT Ah, era uma posição. Vamos dizer, eu convivi ali. Eu estava como funcionário do Ministério do Trabalho e como jornalista, redator da *A Noite*, noticiando os fatos do governo, era claro que a minha tendência era ficar ao lado do Getúlio. Apesar do posicionamento do regime de exceção que representava o Estado Novo. Aí era um apoio pessoal. Não ao regime, mas à pessoa do Getúlio. Porque até hoje não foi muito bem definido pelos historiadores esse movimento de [19]37, com a implantação do Estado Novo. Porque ele é muito complexo. Ele surge em função da aprovação da Constituição de [19]34, que não satisfaz, em absoluto, a várias áreas e setores do país. Inclusive aos militares. E aí, nesse período de [19]34 a [19]37, há uma ascensão muito grande das esquerdas e também da direita. Há choques do integralismo com o comunismo e tal. Então cria-se um ambiente muito agitado, muito tenso, muito confuso. E, em consequência, evidentemente, o meio militar se organiza. Organiza-se já em função da reação contra o movimento comunista de [19]35. E aparece então o Plano Cohen, que foi elaborado pelo General Mourão Filho. Esse Plano Cohen é que dá aos militares o ensejo de uma intervenção. E, evidentemente, se o Getúlio reage à conspiração militar, evidentemente ele seria derrubado. Então ele passou, entendeu, a participar e tomou a iniciativa da decretação do novo regime, que passou a se chamar Estado Novo.

MC Quer dizer que o senhor acha que o Getúlio não teve nada a ver com esse movimento? O Getúlio se aproveitou da situação.

JT Não. Ele não teve. Ele apenas foi um estrategista político que, verificando o que estava acontecendo, se antecipou aos militares. Senão o golpe seria militar, em [19]37. Como foi. Tanto assim, que se verifica que o General Dutra, Ministro da Guerra, e o Góes Monteiro, chefe do Estado Maior, especialmente o Dutra, passa a ser chamado o contestado do regime. Era a figura mais importante que havia no Estado Novo. Nada se fazia sem se consultar o ministro da Guerra.

NT Agora, em [19]45, quando o senhor passa a defender a Constituinte com Vargas, o senhor tinha falado que eram motivos pessoais.

JT Não, simpatia, de apoio pessoal ao Getúlio.

NT Mas como é que o senhor vê... Simpatia pelo Getúlio, mas, quer dizer, o que representava para o senhor o Getúlio continuar no poder? Em termos políticos e para quem apoiava esse movimento. Que tipo de compromisso havia por parte dos...

JT É, os compromissos. Ele, afinal de contas, apesar do regime ditatorial de [19]37 a [19]45, foram grandes as suas realizações, as suas obras, os seus atos. Que podem ser inquinados de totalitários, mas que beneficiavam a coletividade social. Especialmente no avanço das conquistas para os trabalhadores e para as organizações de classe.

MC Agora, o senhor disse... O senhor já mencionou um pouco, voltando à questão da Previdência, a criação do SAPS. Como é que o senhor avalia o trabalho desenvolvido pelo SAPS?

JT No meu entender foi um excelente e importante trabalho. Talvez dos mais importantes que, talvez, já se fez nesse país. Lamentavelmente, ele foi depois deturpado pela organização administrativa, que, pelo volume de recursos que aplicava, houve tremendas corrupções, fraudes, desvios e manipulações de recursos. Mas, inicialmente, foi uma obra de grande alcance social. Primeiro porque produzia refeições em restaurantes populares para empregados e trabalhadores por preços ínfimos. Segundo, também, oferecendo, dentro dos restaurantes, que eram postos de venda, artigos de primeira necessidade, que eram vendidos a preço de custo, sem lucros. Além do mais havia também cozinhas que levavam alimentação aos trabalhadores nos locais de trabalho. Então foi uma obra realmente. Porque se você colocar o problema da assistência médica, você vai verificar que muitas vezes a pessoa é carente de boa saúde em virtude da falta de alimentação. Então o SAPS vinha com esse propósito. Como uma espécie de serviço assistencial de primeiro plano, no combate às enfermidades. Porque os trabalhadores e suas famílias bem alimentados, evidentemente, não contrairiam tantas enfermidades como existiam há tanto tempo. E o outro trabalho muito significativo foi também a construção, como já disse anteriormente, dos conjuntos residenciais. A casa própria. Não só da construção como também você, dispondo de um terreno, podia requerer financiamento para a construção, como já disse anteriormente, dos conjuntos residenciais. Enfim, foi um período muito rico, muito bom. Eu acho que a Previdência Social, se tivesse caminhado por esses dois lados de assistência alimentar e de moradia da casa própria, ela teria obtido muito maiores resultados. Ela se diversificou depois. Já no regime de exceção, depois de [19]64, com a criação do Banco Nacional da Habitação. Quer dizer, não tinha o mesmo sentido que foi dado quando Vargas começou a se dispor a oferecer habitação para os trabalhadores.

NT E na parte de assistência médica? O senhor, no Ministério do Trabalho, acompanhou alguma solicitação dos sindicalistas nesse sentido.

JT Aí é outra coisa que é muito chocante. Porque, na verdade, a assistência médico-hospitalar, por parte da previdência, era muito boa. Depois se comercializou. Os institutos começaram a fazer contratos de assistência médica, assistência hospitalar. E, a partir daí, se desvirtua totalmente o papel da Previdência na assistência médico-hospitalar.

MC Como era antes?

JT Antes, eles tinham hospitais, ambulatórios, assistência médica, hospitalar. Com a construção de... Ah, os hospitais que existem foram construídos na época do Getúlio e do Dutra. Depois disso não se construiu mais nada na Previdência Social, em termos de hospitais e de ambulatórios. Outra coisa muito boa na Previdência foi a assistência domiciliar, o socorro urgente, chamado SAMDU, que se estendeu por todo o país. Quer dizer, a pessoa acidentada por acidente de trabalho ou tinha a pronta assistência da...

NT O senhor já tinha citado antes o SAMDU. Como é que o senhor avalia o SAMDU? O senhor está falando agora que foi muito importante do ponto de vista de assistência, da assistência inclusive de urgência. O senhor chegou a ver mais de perto isso?

JT Vi. Inclusive acompanhei a instalação de postos, vários postos aqui na cidade e nos estados. E os políticos... Verifica a importância disso que todo político queria patrocinar a instalação de postos do SAMDU e do SAPS. Todos. Não havia ninguém que fizesse política que não estivesse pregando ou clamando ou pedindo esses serviços nas suas regiões.

NT E eram eficientes os serviços do SAMDU?

JT Muito eficientes. Muito. Especialmente o SAMDU. O SAPS, depois, se desvirtuou. Porque com a movimentação financeira muito grande, concorrências, licitações, tudo isso, se tornou uma área que o número de inquéritos, sindicância e desvio e manipulação de dinheiro foi muito grande. Obrigando até a sua própria extinção.

MC Por volta de [19]44, [19]45, o senhor estava engajado na construção do PTB, não?

JT Não. A partir de [19]45, [19]46. E o PTB surge a partir de [19]45, [19]46.

MC Qual é a origem do PTB?

JT A origem do PTB é uma origem sindical. É uma origem dos dirigentes sindicais que em virtude da organização do PSD e da UDN, que eram partidos de classe média e de setores preponderantes na classe A e B, especialmente, até na classe média, verificaram os trabalhadores que não havia espaço, campo dentro desses partidos para

eles. E, sob o patrocínio do então Ministro do Trabalho, que era o Marcondes Filho, se começa a constituir o PTB. E se forma o PTB exatamente para aglutinar a representação operária. Porque aí também já o Partido Comunista Brasileiro tinha uma grande influência em alguns setores operários e estava também organizando. Então, aí, se não surgisse o PTB, os trabalhadores ficariam, a não ser o PC, sem espaço para atividades político-partidárias.

NT E o que diferencia, pelo menos nesse momento, estou falando nesse momento, o que diferenciava a proposta do PTB da proposta do PC?

JT É porque a proposta do PC estava dentro da doutrina marxista-leninista, e o PTB tinha assim... Os que conceberam a idéia do PTB, estavam voltados mais para idéia do partido trabalhista inglês. Então aí havia uma diferença de filosofia política. Sendo que a posição do PC era uma posição mais extremada, mais radical, mais de uma, vamos dizer, em prol da concentração do poder na mão de um regime socialista-comunista, enquanto que o partido trabalhista inglês defendia um socialismo democrático. Tanto assim que o Getúlio, quando fundou o PTB, afirmava: o PTB é o caminho para a democracia socialista.

NT E vocês tinham contato com membros do partido trabalhista inglês? Chegaram a ter?

JT Não, o partido trabalhista inglês teve uma grande atuação na Inglaterra, no período da Segunda Grande Guerra Mundial. E as suas posições refletiam na imprensa, refletiam, internacionalmente, a sua atuação nesse país. Então, evidentemente, as lideranças sindicais passaram... Se a Constituição de 1889*, ela teve uma grande influência, por exemplo, americana, dos Estados Unidos, em [19]46, a grande influência era da Inglaterra. Pela sua resistência ao nazi-fascismo, pela sua luta, tal.

NT E havia entre os trabalhistas alguma preocupação também com os teóricos do trabalhismo, existia algum autor que...

JT Não, isso já veio numa segunda fase, depois de 1951, [19]52, por aí.

Fita 4 - Lado B

JT Surgindo esses ideológicos, ideólogos, por exemplo, o Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, que tinha constituído à margem do PTB um movimento social. E o Lúcio Bittencourt, que foi um líder liberal, em Minas Gerais. Esses é que foram os dois principais ideólogos, além do Getúlio. Porque, evidentemente, a predominância

* Provavelmente o entrevistado se refere à Constituição de 1891.

no PTB sempre foi os ideais, os princípios que Getúlio passou a defender depois de [19]45, [19]46. Porque aí há várias fases: o Getúlio, chefe do governo provisório, até [19]33, o Getúlio presidente constitucional, eleito pela Assembléia Nacional Constituinte, em [19]34, o Getúlio chefe de Estado, no período do Estado Novo, o Getúlio, eleito deputado federal e senador por dois estados e deputado federal por nove. Então, aí, voltando a uma campanha promovida pelos “queremistas”. Não pelo PTB, porque o PTB só veio participar da campanha do Getúlio já em [19]49, [19]50, por aí. Porque neste período de 1945, [19]46 foi o movimento nacional queremista que promoveu a campanha “Nós queremos Getúlio”. E outra que marcou muito: “Ele voltará”. Então, com essas duas frases se estabeleceu toda a campanha de retorno do Getúlio, em 1950, [19]51. “Ele voltará”, “Queremos o Getúlio”. Esses foram os dois *slogans* que predominaram durante esses quatro anos.

MC O Getúlio teve alguma participação na constituição do PTB?

JT Teve. É evidente. Porque ele passou a ser o patrono do PTB e o membro número um do diretório nacional do PTB. Quer dizer... Tanto assim que durante toda a sua existência, mesmo depois de morto, nunca se preencheu o primeiro lugar, o número um do diretório nacional porque neste figurava o nome de Getúlio Dornelles Vargas.

NT E durante o governo Dutra, como é que ficou a sua atuação? O senhor se manteve no Ministério do Trabalho?

JT Eu me mantive no Ministério do Trabalho, continuei ali, relacionado com os ministros, era presidente do comitê de imprensa do Ministério do Trabalho, consequentemente com a posição de chefe do serviço de imprensa, e funcionário do Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo, então, desempenhava as minhas funções. Continuei redator da *A Noite*, depois fui também da sucursal do *Diário de Minas*, aqui, diretor da sucursal do *Jornal de Notícias*, que mais tarde se transformou, em São Paulo, em *Última Hora*, fui redator também do *Diário Trabalhista*, trabalhei no *Radical*, enfim, eu tinha uma grande atividade profissional na imprensa. Além da função de funcionário do Ministério do Trabalho. Ocupado pelos encargos profissionais e funcionais.

MC O senhor vê alguma diferença entre o Ministério do Trabalho na época do Estado Novo e depois com o Dutra?

JT No Estado Novo, ele foi generoso, benevolente e não, vamos dizer totalitários em relação às organizações sindicais. Enquanto que no governo Dutra, não. No governo Dutra houve a intervenção de fato em todos os organismos sindicais, inclusive a suspensão dos pleitos eleitorais, até 1950, [19]51. Foi Getúlio, na sua volta, que restabeleceu a redemocratização das entidades sindicais. A diferença é essa. Enquanto Getúlio não perseguiu, não interviro, apenas, paternalisticamente, assistia os sindicatos, no governo Dutra não. Houve intervenção direta do Estado, a suspensão das eleições

sindicais e as designações das juntas governativas para a direção não só para entidades sindicais operárias como também patronais.

NT E no campo da Previdência Social, como é que o senhor avalia o governo Dutra?

JT Aí eu tenho a impressão que foi um período administrativo, em que ele se dedicou muito, por exemplo, ele registra a criação da Fundação da Casa Popular, a construção de conjuntos residenciais, através dos institutos e caixas e mais a criação do SAMDU. Então, vamos dizer, em termos administrativos teve uma atuação bastante concreta na Previdência Social.

MC O senhor menciona, na entrevista que o senhor deu para Fundação Getúlio Vargas, um escândalo que houve na Previdência Social e depois foi até objeto de campanha por parte de Getúlio, no sentido de que ele moralizaria a Previdência. Quer dizer, esse período Dutra, parece que houve alguns escândalos.

JT Não. Não. Não foi sobre a Previdência não. Foi sobre exatamente os recursos do Fundo Sindical.

MC É. O senhor menciona recursos na Previdência Social.

JT Não, não. Não é na Previdência não. Não, há algumas coisas também na Previdência, por exemplo. Porque o Getúlio, quando assumiu a presidência, quando assumiu o governo em [19]51, mandou abrir inquérito de sindicância em vários institutos, inclusive no IAPM, Instituto dos Marítimos, em vários institutos. E também no Banco do Brasil. Evidentemente... Assim no momento me faltam os dados para poder te dar mais detalhadamente. Mas ele fez uma campanha muito assim, sobre a forma da aplicação dos recursos, não só da Previdência como do imposto sindical, sobre o Fundo Social Sindical.

NT Pelo que o senhor nos contava, a política ocupava um tempo muito grande na sua vida. A política e o trabalho e o trabalho ligado à política. Agora, outra atividade sua importante é na área do jornalismo. E como é que o senhor avalia o jornalismo que era praticado na década de [19]40? O senhor, como participante do sindicato.

JT O jornalista tinha um... Criaram-se muitos privilégios e muitas vantagens. Inclusive redução, por exemplo, nas passagens, 50% nas passagens aéreas, nas passagens marítimas e terrestres. Por exemplo, iniciou-se no governo Getúlio e foi até o governo Dutra a construção de conjuntos residenciais para jornalistas. Como no Jardim de Alah, outros no Méier, enfim, financiamento de casa própria. O jornalista era assim muito distinguido, muito destacado. Inclusive, até os que eram comunistas não eram perseguidos pelo regime. Ou pelo Getúlio propriamente dito, não pelo regime. Evidentemente o Filinto Müller, quando chefe de polícia, era implacável na perseguição aos comunistas. Fossem eles trabalhadores, funcionários ou jornalistas. E

aos estudantes também. Porque a Juventude Comunista atuou muito durante os anos do Estado Novo e depois no período do governo Dutra.

NT As condições de trabalho para o jornalista eram boas, em geral, nessa época?

JT Como?

NT Em termos de salário, em termos de relação de trabalho no jornal.

JT Eram muito boas. Muito boas. Eram magníficas. Porque com o estabelecimento do salário profissional, em [19]44, os jornalistas tiveram assim um reajuste. E foi um período muito rico, não só do Getúlio como do Dutra, em matéria de se prestigiar a imprensa, de maneira que os jornais e as estações de rádio e tal dispunham de muitos recursos e pagavam bem aos jornalistas.

MC Eu queria voltar um pouco à constituição do PTB. Parece que antes mesmo da constituição do PTB havia assim centros de estudos, de cursos que seriam assim uma espécie de...

JT Não. O que houve foi, nos idos de [19]43, [19]44, o presidente Getúlio Vargas, já nessa época, [19]43, [19]44, já começava a se definir o desfecho da guerra na Europa. E de acordo com os dispostos do Estado Novo, ele deveria fazer um plebiscito para que o povo opinasse se aprovavam ou não a constituição de [19]37. E a partir daí ele passou a incentivar o Ministério do Trabalho para que organizasse uma entidade de caráter cultural, que se chamaria ABC, Associação Brasileira de Cultura, e que se destinaria a ser, vamos dizer, a base de um movimento político-partidário que pudesse surgir a qualquer momento. Evidentemente as coisas foram um tanto atropeladas. Porque a reação do poder econômico em relação às vantagens e conquistas sociais que o Getúlio havia atribuído aos trabalhadores já começava a haver uma contestação ao governo do Getúlio, ao governo do Estado Novo. E, consequentemente, isto levava o Getúlio a certas preocupações. E tanto que, quando, com o retorno da FEB e mais ainda a atuação da Sociedade dos Amigos da América, que era dirigida pelo general Manuel Rabelo, a movimentação, a conspiração que os seus adversários políticos de [19]30, de [19]32, de [19]34 e de [19]37 já faziam, já eram muito grandes, então o Getúlio partiu, quando surgiu a UDN, partiu para a organização do PSD. E como tinha sido lançado a candidato o Brigadeiro Eduardo Gomes, ele lança o nome do General Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD. Então... Mas verifica então que já depois de deposto, apesar de ser presidente de honra do PSD, ele não tinha controle do partido. E aí é que parte para a organização do PTB. Feita também sob os auspícios do Ministro do Trabalho, que também acumulava, na época, a Justiça, que era o Marcondes Filho.

MC Quais são as figuras mais importantes na construção do PTB?

JT Pode-se dizer o Marcondes Filho, depois Salgado Filho, o Segadas Vianna, as lideranças sindicais que tinham sido convocadas...

MC Que lideranças sindicais são essas?

JT O Paulo Baeta Neves, Romeu José Fiori, Milton Santana, Calixto Ribeiro Duarte, que era presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, esqueço o nome dos outros no momento. Calixto... O Sindurfo Azevedo Pequeno, que era presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes. Enfim, uma série de nomes. O Luis Augusto da França. Todos se incorporando no PTB.

MC O senhor considera que essas lideranças como Sindurfo Pequeno, França, eram lideranças que tinham consciência trabalhista, tinham realmente uma consciência da luta dos trabalhadores, do movimento dos trabalhadores ou eles eram muito mais assim...

JT Não, eles foram homens que surgiram. Antes de estarem nessa posição no cenário político-partidário, eles tinham sido dirigentes das suas categorias, dos seus sindicatos.

MC Mas eram pessoas combativas?

JT Por exemplo. O Diocleciano de Hollanda Cavalcanti, que foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Ele é um homem que surge, por exemplo, em São Paulo. Ele era um... Tem uma história muito interessante a vida dele. Ele era um virtuoso músico tocador de violão. Mas virtuoso. Da melhor categoria. Pernambucano. Foi viver em São Paulo. E era chamado para abrilhantar, juntamente com outros músicos, as festas da diretoria da Companhia Antártica Paulista. Nessa ocasião ele sofre um desastre. Um atropelamento de um automóvel em que o automóvel rompe o seu braço e os seus tendões; consequentemente não pôde mais exercer a sua arte musical. O diretor da Antártica o transforma como empregado da Antártica. E ele passa a organizar o sindicato dos empregados na indústria de bebidas em São Paulo. Depois forma a Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, e quando se constitui a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, em [19]46, [19]47, ele se transforma como seu presidente, onde fica durante muitos anos. Ele vem então, se vê, ele vem de baixo. O Calixto Ribeiro Duarte, por exemplo, era o presidente de um sindicato dos vendedores viajantes do Rio de Janeiro. Como também Paulo Baeta Neves, que foi deputado, foi o presidente do PTB, ele surge como dirigente sindical do sindicato dos vendedores viajantes de Minas Gerais. Não eram homens que vinham da primeira instância sindical. É evidente que nesse período, depois da aprovação do quadro de atividades, que deu a estrutura sindical, eles passaram a organizar as federações e passaram a ter acesso. Mas eram homens com muita experiência, com muita capacidade de liderança nas suas categorias.

MC Não havia por parte do governo tentativas realmente de cooptação dessas lideranças?

JT É claro que cooptou. Tanto cooptou que durante todo o período do Getúlio estiverem apoiando seu governo, inclusive no Estado Novo.

MC E como eram as formas de cooptação?

JT As formas de cooptação eram as facilidades e os atendimentos e os, vamos dizer, as reivindicações atendidas, através dessas lideranças.

NT Favorecimento a nível pessoal também? Isso acontecia muito?

JT Não muito. Porque nessa ocasião poderia haver assim o aproveitamento de seus familiares nos institutos ou como funcionário dos diversos ministérios. É claro. Até havia isso. Havia essa coisa.

NT Fala-se muito nos IAPs como cabide de emprego.

JT Claro. Claro.

NT Porque a maioria não tinha concurso.

JT Era claro. Quer dizer, eram suas filhas, seus parentes, seus amigos, que eram... claro.

MC É. Mas o senhor fala assim como se fosse uma coisa natural acontecer isso.

JT Mas era natural na época. Porque, se eles estavam na atividade, dirigindo os sindicatos, surgia a organização de serviços, é claro que... como até agora, havia recomendações, aproveitamento e tal.

NT Mas o senhor acha que isso não acarreta malefícios em termos de direitos dos trabalhadores? Isso não é uma coisa negativa, na sua visão?

JT Não. Na época não era. Não era porque eram... O Getúlio é que estabelece, é preciso também distinguir, a partir de [19]37, o mérito do funcionário. E no serviço público federal, o acesso só por concurso. O Getúlio moralizou o serviço público, acabando com a acumulação de cargos. Então, você encontra no serviço público, através do concurso, pessoas que se revelaram, independentemente de pistolões. Mas, evidentemente, nas instituições que iam sendo criadas, nem sempre se aplicava o mérito. E a facilidade de contratos ou disso ou daquilo sempre havia. E era claro que as pessoas que estavam ali mais próximas do poder faziam indicações ou recomendavam pessoas e tal. Hoje não se faz isso? Hoje se faz mais.

MC Sim. O senhor disse que houve uma, quer dizer, havia uma moralização, mas, por outro lado, também existia...

JT É claro. Mas não era nos termos em que se faz hoje.

MC Sim. Agora, o senhor acha que esse tipo de política, que é classificada de...

JT Paternalista.

MC É Paternalista, clientelista, isso contribuiu para a criação do PTB, a formação do PTB?

JT Não. Isso não tem nada com isso. O PTB surgiu assim como um esforço de abrir espaço para os trabalhadores.

MC Mas o PTB também se aproveitou muito dos institutos.

JT Não. Aí não. Não. Não. Porque quando o PTB surgiu, o governo era Dutra. E o Dutra não nomeava ninguém do PTB.

MC Sei. Mas no segundo governo Vargas, não houve?

JT Bom, aí é diferente. Aí é outra coisa. E mesmo assim não com a densidade ou da forma como se apregoa por aí. Não.

MC Sim. Mas então o senhor pode falar um pouco sobre isso?

JT É um pouco difícil, porque aí eu estou analisando o quê? Um fato superficial. Como? Quem é que foi nomeado? Quem foi? Havia os cargos de comissão e chefia. Evidentemente, para esses cargos de comissão e chefia, direção, eram aproveitados elementos que estivessem nas lideranças políticas e sindicais. É claro. Iam buscar aonde? Evidentemente... Havia também o problema de quando... O Getúlio, praticamente, não era um homem... o Getúlio... Por exemplo, no governo Dutra, estabeleceu-se, já no final do seu governo, uma... Antigamente não havia essa espécie de nomeações. Ou havia cargos isolados ou então, quando não eram cargos isolados e não eram os técnicos, era por concurso. Ou então a pessoa era nomeada, em caráter interino, e, aberto o concurso, a pessoa no cargo fazia o concurso para sua efetivação. O Dutra, por exemplo, no seu governo, 1948, [19]49, é que fez milhares de nomeações ou contratações, que eram os chamados extra-numerários. Então se estabeleceu tabela de extra-numerário para todos os ministérios. Que eram pessoas nomeadas ou contratadas. Tinha a famosa verba três. A verba três era de material e coisa. Então, aproveitavam pessoas que estavam... Essa verba três para contratar pessoal. E aí a pessoa depois de trabalhar dois ou três anos, ia procurar a sua efetivação, através do ato legislativo ou de ato administrativo. Isso quase todos os governos fizeram. Todos. Não o do Getúlio só. Pelo contrário. O do Getúlio é até um dos que fez menos, em relação a extra-numerários e à verba três.

MC Como é que o senhor vê esse momento assim do apoio do PTB à candidatura do Dutra?

JT O PTB tentou o lançamento de um candidato próprio. E aí houve, vamos dizer, problemas. Porque elementos que estavam no PSD, aquele João Neves Fontoura, e vários outros que tinham sido colaboradores do Getúlio, pressionavam o Getúlio para

que o PTB não lançasse um candidato próprio. E o Getúlio chegou a sugerir que se o PTB conseguisse o lançamento da candidatura, por exemplo, do João Neves da Fontoura, do Oswaldo Aranha e de um terceiro que eu não me lembro quem foi, havia três nomes, ele se dispunha a apoiar esse candidato. Mas, evidentemente, nem o João Neves da Fontoura aceitou, porque apoiava o Dutra, como o Oswaldo Aranha, apoiava o brigadeiro, quis ser candidato em [19]46 à Presidência da República. Conseqüentemente, através do Morgue, do Salgado Filho, do Segadas Vianna, do Zé Junqueira, de várias pessoas que estavam no PTB, houve um trabalho no sentido de como o Dutra já tinha sido indicado candidato do PSD pelo próprio Getúlio, que a melhor solução seria o Getúlio realmente confirmar o seu apoio à candidatura do Getúlio – Dutra – e assim foi feito. O Getúlio, através de uma carta, foi portador o José Junqueira, que era então membro do movimento nacional queremista, lida no último dia da campanha e distribuído para todo o Brasil o apoio de Vargas a Dutra, ele se elegeu facilmente. Quando os índices e as pesquisas davam o brigadeiro Eduardo Gomes como vencedor. Mas, evidentemente, foi aquele apoio, a declaração pública de Getúlio de apoio a Dutra que deu a eleição ao general Dutra.

NT Seu Talarico, a gente queria também situar um pouco a sua vida pessoal. Nós estamos perguntando muito sobre a questão política, a questão da Previdência também, agora, como é que era a sua vida familiar? O senhor se casou nesse período que nós estamos discutindo, década de [19]40?

JT Bom, eu vim para o Rio de Janeiro, eu comecei a vir para o Rio de Janeiro, em [19]33. Como líder estudantil. E nessa ocasião eu fui aproveitado como funcionário do Ministério da Justiça, convidado pelo então chefe da polícia, que era o João Alberto, e convidado para trabalhar no gabinete do Oswaldo Aranha quando Ministro da Justiça. Quando ele saiu, ele foi ser embaixador em Washington, eu fui trabalhar no gabinete do presidente do Instituto dos Marítimos, que era o Luís Aranha, irmão do Oswaldo Aranha. Em 1938 eu sou nomeado inspetor federal de ensino secundário, cargo esse que eu exercei conjuntamente com o lugar de repórter d'*A Noite*, e em 1942 sou nomeado...

Fita 5 – Lado A

JT Eu estava dizendo que em 1942 fui nomeado inspetor do trabalho, era um cargo isolado, substituindo o Maciel Dias Pequeno, e a partir daí eu tenho uma outra atividade. E antes, também nesse período, eu fui secretário do Grêmio Universitário do Partido Republicano Paulista, em [19]33, [19]34, secretário administrativo do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, que era dos alunos da faculdade de medicina de São Paulo, trabalhei para a construção do primeiro estádio universitário, o estádio da faculdade de medicina, comecei a participar das atividades da Federação Universitária Paulista de Desportos, inclusive na organização dos jogos universitários de 1935. Aluno da Escola de Polícia e depois do Instituto de Criminologia, presidente do Centro Acadêmico de Criminologia. Em [19]38, por minha iniciativa, foi fundada a União Cultural Brasil-Estados Unidos, da qual eu fui, na primeira diretoria, o primeiro

secretário geral. Tive outras atividades aí, inclusive no São Paulo Futebol Clube, no qual eu fui responsável pelo seu Departamento Universitário durante algum tempo. Eleito em 1939 presidente da Confederação Brasileira de Desportos Universitários e participando já, desde [19]38, das atividades da União Nacional dos Estudantes. Enfim, essa tem sido a minha vida.

NT E no plano familiar, quer dizer, a sua vida familiar, como é que foi nesse tempo?

JT A minha vida familiar, eu vim para o Rio de Janeiro em [19]19, definitivo, aí já não mais em viagens nem períodos, mas já para uma moradia definitiva, a partir de 1942. E casei-me em 1944...

NT D. Vilma, não é?

JT Vilma.

NT É. Eu li a referência naquele livro do Manoel Gomes.

JT É. E falecida agora em 1983. Moro aqui nessa casa onde vocês estão desde 1950. Portanto, praticamente, 38 anos. Ou 37 anos. Com a perda da minha esposa, casei este ano novamente com uma moça que é diretora ou coordenadora de Recursos Humanos do Tribunal de Contas. Advogada. Francisca Rodrigues da Silva. Até um detalhe impressionante. Quando noticiando, na *Última Hora* houve uma nota dizendo que eu, com 70 anos, estava casando com uma moça de 17 ou 18 anos. Não era não. Ela tem 46 anos.

MC O senhor tem filhos do primeiro casamento?

JT Tenho. Dois filhos. E criei muita gente aí. Criei várias pessoas.

NT Atuam politicamente seus filhos, não?

JT Não. O meu filho é advogado e a minha filha é funcionária da Caixa Econômica Federal.

NT São jovens ainda seus filhos?

JT Não. A moça é a mais velha, nasceu em 1944, [19]45. E o rapaz nasceu em 1954.

Data: 04/09/1987

Fita 5 – Lado A
(cont.)

NT Hoje é dia 4 de setembro de 1987. Estamos dando continuidade ao Projeto Memória da Previdência Social, em convênio com a FIOCRUZ, Casa Oswaldo Cruz e INAMPS. Com o Dr. Talarico. Na presença dos pesquisadores Nísia Trindade e Luis Octávio. Dr. Talarico, nós gostaríamos que o senhor contasse como é que foi a sua participação no I Congresso Ibero-Americanano de Seguridade Social. Como é que se definiu a participação do Brasil?

JT Bem, esse congresso foi convocado por iniciativa do governo da Espanha. Então, chefiado pelo Generalíssimo Franco. Isso no ano de 1951. Esse congresso reuniu especialmente representações dos países latino-americanos, de Portugal e da Espanha. Do Brasil foi uma delegação muito grande, que foi chefiada por Mário Ramos, que era então diretor geral do Departamento Nacional da Previdência Social.

NT Essa delegação foi escolhida como?

JT Essa delegação, ela, praticamente se destinava também à Confederação Internacional do Trabalho, que se realizaria logo depois em Genebra. Conseqüentemente, todos aqueles que participaram da delegação do Brasil para a conferência em Genebra, acabaram também participando do Congresso Ibero-Americanano de Seguridade Social. Eu não tenho em mãos, por mais que tenha buscado nos meus arquivos, não encontrei exatamente as suas resoluções, que foram muito importantes. Na época, a Espanha representava um dos países que tinha modernizado o seguro social. Ou melhor, os serviços de assistência social e de Previdência. Ela tinha feito uma constatação que os serviços instalados nos diversos países europeus, especialmente nos países escandinavos, Suécia, Finlândia, Itália... não, quer dizer, a Alemanha, e tinha constituído realmente um serviço de Previdência da melhor qualidade, em termos praticamente de densidade de segurados. E eu levava, por parte do Presidente Getúlio Vargas, uma mensagem ao Generalíssimo Franco, onde o Presidente da República Brasileira pedia ao generalíssimo Franco suas impressões e informações em torno da reforma agrícola feita nesses países e também sobre a reorganização da Previdência Social. Lembro-me que o General Franco, quando me referi à solicitação de Vargas sobre a criação do Banco Central Agrícola, que constituía uma das suas promessas da campanha presidencial, o General Franco me fez uma ponderação, que depois veio na resposta que eu portei ao Presidente Vargas, ponderando que pelo custo administrativo, pelas despesas que uma organização bancária dava, não era interessante a criação de mais um banco, quando o país já tinha vários bancos como o Banco do Brasil, Banco de Desenvolvimento, enfim... tinha bancos estaduais. Ele julgava que o Brasil poderia aproveitar a sua organização bancária então existente para fazer o que ele fez na Espanha. O que ele fez na Espanha foi determinar que parte das reservas bancárias e os depósitos fossem destinados aos incentivos da agricultura, da pecuária e da pesca. Dizia-me ele que nos primeiros anos,

nos primeiros dois anos, houve uma reação muito grande por parte dos fazendeiros, dos agricultores e dos criadores de gado, porque não tinham quase lucro de negociar através de transações bancárias. Mas depois de dois anos... E também a reação por parte dos próprios banqueiros, que não aceitavam que esta obrigatoriedade de um percentual bastante expressivo fosse destinado ao incentivo da produção. Mas a partir de dois anos, a movimentação que isto produziu, o aumento da produção, acabou se tornando um fator preponderante na vida bancária espanhola. E a partir daí ele pôde realmente dar uma grande contribuição na produção desses três setores. Especialmente da pecuária e da agricultura. Sendo que o problema maior, no entender de Franco, era o da pesca. As diversas colônias viviam miseravelmente. Mas ele acabou dando uma organicidade aos pescadores, que acabou, ao final de alguns anos, se tornando também uma atividade bastante produtiva e recompensadora. No que tange, no que se referia à Previdência Social, ele nos dava os exemplos do que tinha observado nos vários países. E ele não havia introduzido novidades, apenas tinha colocado a melhor experiência, especialmente dos países escandinavos, na Espanha. E, consequentemente, ele pôde oferecer melhores serviços assistenciais, médico-hospitalares, dentário e também farmacêutico.

LO O senhor ouviu isso de viva voz do General Franco?

JT Sim. A sua entrevista comigo levou cerca de uma hora e 40 minutos, o que atrasou totalmente, nesse dia, os seus compromissos.

NT O senhor era o representante oficial da delegação brasileira?

JT Nós tivemos primeiro uma audiência de cumprimentos. Nesta ocasião é que eu fiz a entrega do Presidente Vargas e ele então marcou, dias depois, uma nova audiência para mim, onde eu tive então o ensejo de colocar os problemas que o Presidente Vargas desejava. E mandou ele então preparar relatórios não só a respeito da Previdência Social como também sobre a reforma bancária. E que, na volta, no retorno, eu encaminhei ao Presidente Getúlio Vargas.

LO A Nísia perguntou. O senhor estava como representante oficial da delegação brasileira?

JT Sim, eu fazia parte... Porque nessa época eu era chefe do Serviço de Imprensa do Ministério do Trabalho e, consequentemente, também membro da delegação do Brasil à Conferência Internacional do Trabalho. E credenciado, como os demais, na delegação que compareceu ao primeiro Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social.

LO Mas Dr. Talarico, esse contato que o senhor teve com o General Franco, antes o senhor teve um contato com o Presidente Vargas, no qual ele declarou esse contato com o Franco, a oportunidade de conversar com o Franco?

Interrupção na gravação (Por defeito na fita)

JT Bom, eu sou um cultor de Vargas desde menino. E a minha indicação para integrar a delegação foi do Ministro do Trabalho, do então deputado Danton Coelho. Que, inclusive, me transmitiu exatamente o que o Presidente Vargas desejava da Espanha. E, evidentemente, nas despedidas, e nesta delegação também faziam parte outros elementos, representantes sindicais do Palácio do Catete, para me apresentar ao presidente e dizer que eu tinha recebido a mensagem que me havia sido encaminhada pelo Danton Coelho.

LO E então o presidente teve a oportunidade de conversar com o senhor sobre...

JT Não. Aí ele não me... Aí foi muito rápido o contato porque ele já tinha praticamente, nessa carta, me pedido o que ele desejava. E não houve problema nenhum. Mesmo porque eu já tinha recebido as instruções e orientação do Ministro do Trabalho, que era o Danton Coelho.

NT (defeito na fita) No caso da agricultura e da Previdência.

JT Claro. Esse foi o primeiro passo para a unificação da Previdência. Evidentemente não foi fácil, porque a unificação só acabou se consumando com a Lei Orgânica da Previdência, em 1960. Portanto, dez anos depois. Mas havia uma grande resistência para a unificação, porque a Previdência, como os informes que eu tenho dado a vocês, ela nasceu, vamos dizer, a partir do ano de 1920, [19]19, [19]21, [19]22, com as Caixas de Aposentadorias e Pensões. Somente em 1930, depois de [19]30, é que começaram a surgir os institutos. E havia aquele empenho das diversas categorias profissionais de terem o seu próprio órgão de assistência, de seguro social e Previdência. Evidentemente, hoje, com o que ocorreu no Brasil, eu diria que não faria mais a unificação. Porque ela, praticamente, não deu certo. Não deu certo porque não só ela em vez de diminuir os seus custos administrativos, ela onerou. Antigamente era um diretor geral do Departamento Nacional da Previdência Social, o Conselho Superior da Previdência Social. Hoje não. Hoje há diretores regionais... Cada organização regional é a repetição de uma organização de âmbito nacional. O que está onerando, na verdade, a Previdência Social no país é exatamente a sua organização administrativa, o seu quadro funcional. E, evidentemente, quando existiam os institutos e Caixas separadamente, para cada categoria, as categorias preservavam mais a sua organização do que agora. Porque agora elas nem acesso têm sequer às despesas administrativas. Praticamente, o golpe militar de 1964 confundiu, tumultuou e acabou liquidando, praticamente, a participação dos empregados e dos empresários na administração da Previdência.

NT Nós vamos pedir para o senhor depois detalhar mais essa sua posição. Queria voltar um pouco ao Congresso Ibero-American. Pelo que o senhor está colocando, o Brasil tomava uma posição de ouvir ou a delegação brasileira levou alguma tese?

JT Não. Participou muito. Levou. Não...

NT O senhor lembra, assim, as teses básicas?

JT Eu não me lembro, porque são... 1951. São passados 30 e tantos anos. E, evidentemente, eu não me recordo assim de pronto, e qualquer lembrança ou rememoração é muito difícil. Eu não tenho. Mas o Brasil atuou muito. Atuou porque eram várias comissões e nós participamos de todas as comissões. E inclusive da elaboração da resolução final. Eu não me lembro exatamente. Aquele congresso, como foi o primeiro, foi mais ou menos um congraçamento, de coordenação. Enfim, de conhecimento da situação da Previdência e do seguro social em cada um dos países. Quer dizer, praticamente ele era uma espécie de repositório, uma espécie de tomada de posição da Previdência Social no mundo.

NT No congresso participaram Espanha, Portugal e os países da América Latina?

JT E os países da América Latina.

NT E, quer dizer, o modelo que chamava a atenção, no caso, era o modelo espanhol, não é isso? Aquele que tinha sido organizado.

JT Sim. E inclusive eles fizeram a promoção, fizeram questão de evidenciar como estava organizada a Previdência na Espanha.

NT O senhor podia falar um pouco sobre isso para nós?

JT Olha, eu fiquei muito impressionado, porque eles mantinham serviços assistenciais, serviços médico-hospitalar, dentário e farmacêutico de conformidade com a densidade populacional. Vamos dizer, numa pequena cidade, cujo número de segurados era mínimo, então eles tinham o médico residente ou um pequeno ambulatório. Na medida em que nós estivéssemos numa grande cidade, como Barcelona, era claro que ali tinha não só ambulatórios, quadro médico como hospitais, proporcionais ao número de segurados. E nós pudemos ver que realmente os serviços assistenciais, os serviços de prestação de serviços funcionavam com uma regularidade exemplar. E nós tivemos oportunidade porque, terminado o congresso, que foi em Madri, nós viajamos de Madri a Barcelona de ônibus. E fomos parando nas aldeias, nas pequenas cidades, nas grandes cidades, até chegar a Barcelona que era, sem dúvida nenhuma, o principal centro comercial e industrial da Espanha. E pudemos aí então verificar, assistir realmente como se procediam a prestação de serviços e os serviços assistenciais aos segurados.

NT Quer dizer, uma das características desse modelo era a unificação. Já era um modelo unificado ou era de...

JT Sim, já era um serviço unificado. Já.

NT E só os trabalhadores, no caso... Quer dizer, o atendimento médico, ele se dava só aos trabalhadores com carteira de trabalho, não sei qual é o sistema lá, mas, quer dizer, só os trabalhadores que contribuíam para Previdência Social é que contavam com os serviços?

JT Não. Também os empregadores. Porque lá havia um sistema, nesta época, devido o regime vigente na Espanha, havia a composição operária-patronal. Ela era praticamente... havia uma junção das duas categorias numa só. Praticamente era a maneira com que o regime franquista e, evidentemente, um regime de direita, impunha. Não havia liberdade de livre organização. Nem tampouco havia sindicatos que estivessem em confronto, em litígio com os empregadores. Quer dizer, a forma do regime também colaborava, porque era uma imposição.

NT Quer dizer, não havia diferenciação. A mesma assistência...

JT Não. Não. A mesma assistência era para todos.

NT Mas não havia também representação de trabalhadores na administração?

JT Havia. Havia. Só que as organizações representativas eram, como é que se diz? Paritárias. Eram de empregados e de empregadores também, ao mesmo tempo. Não havia divisão entre empregados e empregadores. Isso levou algum tempo para se fazer. Veio a se fazer já depois da morte do Franco. Porque, evidentemente, o regime franquista era um regime fascista, de direita. Concentração de poder.

NT E como o senhor acha possível, quer dizer, sendo um regime de direita, franquista, ainda assim esse modelo de Previdência poderia ser visto como modelo para o Brasil já pelo Presidente Getúlio Vargas?

JT Sim, mas aí era a prestação de serviços, que era a organização administrativa da Previdência. Porque a tradição do seguro social, ela vem da Europa. Evidentemente, o que existiu, por exemplo, no Brasil, antes da Previdência Social era um seguro social. Mas um seguro social que, devido o pouco poder aquisitivo ou os baixos salários que os empregados e trabalhadores percebiam, não podiam fazer, por exemplo, pagar um seguro social, quer dizer, de aposentadoria ou de assistência. Daí é que surgiram aqui no Brasil aquilo que eu havia dito, as associações benéficas, que davam assistência médica-hospitalar.

LO Dr. Talarico, o senhor falou que no encontro com o General Franco, o senhor teve a oportunidade de avaliar com ele a possibilidade de se implantar um banco que gerisse os recursos da Previdência Social?

JT Não. Não. A indagação do Presidente Vargas era no sentido de indagar dele como ele tinha procedido o financiamento da produção, como ele tinha enfrentado esse problema. Porque também havia notícias de que a Espanha havia feito uma reforma bancária na qual o seu principal objetivo tinha sido o financiamento da produção

agrícola, pecuária e da pesca. Então, o Presidente Getúlio Vargas pedia informações de como havia sido procedida essa reforma bancária.

LO E outra questão que o senhor tocou também é a questão dos trabalhadores agrícolas. Havia algum tipo de indagação do Presidente Vargas sobre algum tipo de questionamento sobre a organização da Previdência Social para os trabalhadores agrícolas?

JT Para?

LO Os trabalhadores agrícolas.

JT Não. A indagação do Presidente Getúlio Vargas era em relação à administração e à organização do Seguro Social e da Previdência Social. Não entrava em detalhes de representação, vamos dizer, operária, empresarial e governamental.

NT Agora, os trabalhadores rurais na Espanha, eles tinham Previdência nessa época? O senhor chegou a observar isso? A Previdência se estendia também aos trabalhadores rurais espanhóis?

JT Tinha. Já começava a servir. Eu estou dizendo a vocês que nós fizemos uma viagem de ônibus, e nós íamos parando nas diversas localidades, onde nos mostravam pelo menos os ambulatórios, os pequenos hospitais, os serviços dentários, enfim, tudo aquilo que era... Agora, naquela época nós assistimos também que havia muita miséria na Espanha. Porque, evidentemente, onde nós parávamos sempre havia pessoas que nos pediam esmola ou se acercavam de nós para nos pedir alguma coisa.

LO É. O senhor passou em áreas que haviam recentemente saído da guerra, da guerra civil.

JT Sim. Claro. Não, e inclusive havia uma história de que devido à guerra civil na Espanha, você, praticamente, durante muitas décadas, ninguém fazia visitas ao anotecer a ninguém. Porque exatamente as execuções que se consumaram nessa guerra civil eram assim: batiam na porta, a pessoa atendia e eram fuzilados. Ou então eram presas ou arrastadas para os cárceres.

LO E o senhor saía à noite lá? Tinha algum problema visitar as pessoas à noite, não?

JT Não, nós não tivemos esse problema porque, naturalmente, era uma programação ou eram atos programados e então não dava para você perceber essa coisa.

NT Agora, o senhor observou a miséria. O senhor observou também um clima de tensão, o senhor chegou a ter contato com alguma corrente próxima ao trabalhismo no

Brasil e perceber como ela se relacionava com o governo Franco? Vocês tiveram essa...

JT Não. Praticamente não havia. Nessa época ainda...

Fita 5 - Lado B

JT Milhares e milhares de pessoas, especialmente os socialistas e os comunistas. Então, você não tinha com quem indagar. Ou com quem conversar a respeito de situação política. Mesmo porque havia uma temeridade muito grande. Qualquer coisa que você perguntasse em termos políticos, você encontrava um muro ou uma barreira muito grande para poder conversar a esse respeito.

NT E o Congresso, o primeiro Congresso de Previdência Social que ocorreu no Brasil? Ele vem discutir as mesmas teses?

JT Chamou-se Congresso Brasileiro de Direito Social. Se não me engano.

NT É. Ocorreu em 1953. Depois desse congresso.

JT Foi articulado pelo deputado Elias Adaime.

LO Exatamente. Primeiro Congresso Nacional de Previdência Social. Deputado Elias Adaime, de Santa Catarina.

JT É. Ele era do PTB de Santa Catarina. E tinha trabalhado no Ministério do Trabalho antes. Esse foi um congresso onde, praticamente, havia uma grande predominância de trabalhadores, praticamente. Ou praticamente só quase de trabalhadores.

LO O senhor esteve no plenário do congresso?

JT Tive. Mas passado todo esse tempo, eu já nem me lembro mais.

LO Mas o senhor lembra da predominância dos trabalhadores.

JT Sim. Claro. Ele fez com a colaboração também do Ministério do Trabalho.

LO Não houve uma certa polêmica, no sentido da participação ou não dos políticos junto com os trabalhadores, nesse congresso? O senhor lembra?

JT Não. Não houve não. Não era tanto assim, não. O que havia era, vamos dizer, confrontos de correntes sindicais. Vamos dizer, em 1945, [19]46, houve o primeiro congresso sindical. E nesse congresso houve um racha, que resultou na criação da

Confederação dos Trabalhadores do Brasil e a Confederação Geral dos Trabalhadores. E a partir daí, essas duas correntes prosseguiram durante quase mais de dez anos, não é. Ou muito mais até. E, naquela época, a partir do retorno do Getúlio ao poder, em 1951, começou o restabelecimento da liberdade sindical. Porque durante o período do governo Dutra, as entidades sindicais de trabalhadores e empresariais tiveram toda a intervenção do Ministério do Trabalho. Então, praticamente, a partir de [19]51, começou a se esboçar os movimentos de libertação e liberação. E, consequentemente, aquele foi um dos primeiros congressos em que se viram confrontadas as diversas correntes. Então, não foi propriamente dito um confronto. É que as correntes iam se definindo, em face das teses que eram apresentadas. Mas ele teve uma grande influência, inclusive, para que se começasse a estudar a reforma da Previdência Social.

NT Essas teses de unificação, que o senhor fala, que começam a surgir depois da participação da delegação brasileira no Congresso Ibero-Americano, quer dizer, como é que era discutida a unificação nesse meio? O senhor falou que havia oposição. Como é que era essa discussão?

JT Bom, praticamente, vamos dizer, bancários, marítimos, industriários, comerciários, pessoal de transporte e carga, rodoviários, motoristas, vamos dizer, todos eles preferiam ter as suas organizações de Previdência e resistiam muito à idéia de unificação. Mas a unificação, eu vi hoje um informe aí em que no final estão praticamente os princípios que levaram os trabalhadores a ter que aceitar a unificação da Previdência. Mas aceitaram na expectativa de que não só a administração como prestação do serviço de assistência [...]. Pelo contrário [...], totalmente. A verdade é que o governo, desde o início, ele deixou de cumprir as suas obrigações. Inclusive o pagamento da sua cota. Sempre foi muito difícil a Previdência contar com a contribuição devida pela União. Aquela que era certa e sagrada era a do trabalhador. Porque o empresário também, quando podia, não contribuía. E quando contribuía, ficava devendo, pedia parcelamento, enfim... Ia à falência e não contribuía. Então, na verdade, a Previdência Social no país ela praticamente, ela sempre se fundamentou mais na contribuição do trabalhador do que propriamente do Estado e dos empresários.

NT O senhor acompanhou o primeiro projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, do deputado Aluísio Alves?

JT Sim. Acompanhei.

NT Como é que o PTB ou se não o PTB, o senhor particularmente, avaliou esse projeto?

JT Não, todos aí estavam empolgados com a idéia da unificação. Mas certos de que a unificação viesse a solucionar todos os problemas da previdência que até então tinham se deparado. E o que se viu é que não resolveu absolutamente. Pelo contrário. Agravou não só o aspecto financeiro como o aspecto de administração como o aspecto da prestação de serviços.

NT Seu Talarico, o senhor tem falado para nós da importância do governo Vargas, no primeiro governo, da questão trabalhista, na questão da Previdência. E o segundo governo, como é que o senhor avalia o segundo governo Vargas?

JT Bom, eu disse a vocês aqui. Getúlio tem, o Presidente Getúlio Vargas tem três ou quatro aspectos. Chefe da Revolução de [19]30, chefe do governo provisório até [19]34, presidente constitucional de [19]34 a [19]37, chefe de governo, num período de exceção do Estado Novo, de [19]37 a [19]45. Depois aquele ato, que vem o governo Dutra, que foi um governo também de concentração de poder, intervenção nas entidades sindicais, de domínio total sobre a administração. E afinal Getúlio Vargas volta pelo voto popular, numa evidência de reformulação democrática. A partir de [19]51 o Vargas é outro. Não aquele de [19]30, da Revolução de [19]30 nem tampouco do governo provisório, muito menos daquele período constitucional, que foi um período muito tumultuado, de [19]34 a [19]37. Enfim, o Getúlio de [19]51 é um Getúlio de bandeiras democráticas, é um Getúlio de movimentos de liberação, de fortalecimento sindical, de força aos trabalhadores e muito pouco preocupado, vamos dizer, com as objeções patronais.

NT Como é que o senhor viveu o suicídio de Vargas?

JT Hein?

NT Como é que o senhor viveu o momento do suicídio de Vargas?

JT Não entendi.

LO Como o senhor acompanhou o suicídio do Presidente Vargas?

JT Bem, essa história está muito, já muito batida. Mas é evidente que o governo iniciado em 1951, ele foi tendo, em virtude de ser um liberal e o mais liberal e democrático, começou a ter problemas. O primeiro problema de Vargas foi nos meios militares. A substituição do General Estilac Leal, como Ministro da Guerra. Depois, a saída de Danton Coelho, que tinha sido o seu grande esteio para o retorno, como Ministro do Trabalho. E, a partir daí, evidentemente, o Getúlio, aquela oposição ferrenha da UDN, do PR, do PDC, e já então, nessa altura também, o Ademar já em circunstância de oposição a ele, criaram uma situação política muito complexa e muito confusa.

LO Mas como é que o senhor viveu isso? Onde é que o senhor estava?

JT Eu estava no Ministério do Trabalho, como chefe do Serviço de Imprensa. Servindo lá, acompanhando todo esse movimento sindical, todos os problemas que surgiam nessa área. E dentro do PTB também. Foi um período muito agitado porque começou com aquela oposição ferrenha, diária e permanente, inclusive em caráter pessoal, familiar que os oposicionistas faziam, entre os quais era o Lacerda, através da *Tribuna da Imprensa*. Não havia ninguém que não se registrasse uma crítica

contundente, um ataque ferrenho ao seu governo e à sua família, à sua própria pessoa. Então essa coisa foi cada vez mais tensa. E o problema, por exemplo, daquele atentado na Rua Toneleros, atingindo o Major Vaz, da Aeronáutica, produziu uma crise violentíssima. E o Getúlio, evidentemente, era um homem alheio ao que estava se passando, por exemplo, dentro do seu próprio ambiente. Aquele atentado, urdido pelo Tenente Fortunato Gregório, era de total desconhecimento do Getúlio. E o crescimento da crise foi tão grande que, quando ele tomou consciência, já a coisa estava deflagrada e impossível de ser rompida.

NT Como é que o senhor recebeu, quer dizer, quando o senhor recebeu a notícia do suicídio, quer dizer, com é que o senhor avaliou essa atitude dele?

JT Não, eu estava no palácio do Catete nessa madrugada. Porque no dia 22, que era um domingo, 22, 23 de agosto, em face de convocação do Ministério na noite de domingo. Evidentemente, eu avisado pelo Ministro do Trabalho interino, que era o Hugo de Araújo Faria, também fui para o palácio. E lá fiquei. Na expectativa do desfecho dessa reunião. E a reunião foi até de madrugada, havia grupos de amigos, de companheiros, de pessoas que, ante as versões e notícias de que haveria um golpe militar, começaram a se reunir no Palácio do Catete para resistir. Inclusive pessoas que estavam afastadas de Vargas, nessa noite para ali se dirigiram. E estávamos todos lá à espera de uma palavra de ordem dele. E os fatos são conhecidos, não é preciso eu repetir, quando nós estávamos no palácio ouvimos o estampido, de madrugada. E nessa ocasião estava também já no palácio, estava lá o Oswaldo Aranha e o seu filho, Euclides Aranha Neto, com quem eu estava ao lado. Quando eu estava no saguão ali, ao lado do Oswaldo Aranha e do seu filho, Euclides Aranha Neto, disseram ao Oswaldo que tinha sido um suicídio de Getúlio, eu subi com ele no elevador, que estava já sob controle. Mas como era o Oswaldo Aranha, eu também subi junto. Aí fui uma das primeiras pessoas a entrar no quarto onde já estava inerte o seu corpo. De um lado estava Alzira, de outro estava o Espartacus Vargas e mais um servidor de Getúlio. Deparei-me com aquele quadro. Ele de pijama, recostado na cama, já inerte, morto. E a partir daí veio essa viravolta terrível da opinião pública e a emoção que produziu esse gesto dele.

LO Dr. Talarico, no Ministério do Trabalho, o senhor teve oportunidade de construir essa imagem de que o nome Vargas está ligado à Previdência Social, à instituição da Previdência Social no Brasil. O senhor tem consciência disso? Quer dizer, havia algum tipo de trabalho no sentido de construir essa visão, de ligar o Presidente Vargas à constituição da Previdência Social brasileira?

JT Me dá aquilo que eu dei a você. O que eu digo é o seguinte. A implantação da Previdência Social no Brasil, ela decorre dos princípios no Tratado de Versalhes. Antes disso, e portanto, vamos dizer, o início, vamos dizer, a implantação das Caixas de Aposentadorias e Pensões, ela foi feita em 1926. E antigamente tinha havido uma lei, que se chamava Lei Elói Chaves, que era uma lei do seguro contra acidente de trabalho. Ela data de 1919. Então, o que existiu praticamente no Brasil até 1930 era isto. Eram caixas de pensões e aposentadorias e instituída, consequentemente, na forma de seguro

social para diversas classes e grupos profissionais. Especialmente dos ferroviários. Só após a Revolução de [19]30, no governo provisório de Vargas, é que se abriram novas perspectivas para a Previdência Social. Que foi, por exemplo, a extensão da Previdência para os trabalhadores de energia elétrica, gás, bonde, telefone, telegrafia, rádio-telegrafia e mais a mineração. Até então, era aposentadoria e pensões e seguro contra acidente de trabalho. Mais nada. Não havia serviços assistenciais nem prestação de serviços. A partir de [19]30 é que se criam serviços assistenciais e novo plano de seguro. Bom, com a criação do Ministério do Trabalho, foi estabelecida a subordinação das caixas de aposentadoria a essa secretaria de Estado. Praticamente portanto como instituições para-estatais. Não é? Bom, o primeiro ato do governo Vargas, depois de [19]30, foi o decreto 20.465, de 1931, que alterava o regime legal das caixas de pensões e aposentadoria. Bom. As caixas concediam aos segurados socorro médico-hospitalar em caso de doença do segurado ou pessoa da família, assistência farmacêutica, aposentadoria ordinária, enfim, uma série... Por exemplo, a aposentadoria por tempo de serviço e por invalidez. E ainda pensão para os herdeiros em caso de morte. A concessão de empréstimos simples imobiliários também veio a partir daí. Funcionavam as caixas de aposentadoria e pensões com uma administração constituída por um presidente eleito pelos membros da Junta de Administração, formada de representantes de empregados e das empresas. Bom. Após dois anos de funcionamento como eu expus, o governo traçou novos rumos à previdência social com a criação, em 1933, do Instituto dos Marítimos, de âmbito nacional. Bom, depois veio, em 1934, a criação do Instituto dos Comerciários. Ainda em [19]34, a Caixa dos estivadores e dos trabalhadores em trapiche e armazém de café. Ao mesmo tempo foram surgindo regularmente.

LO A minha pergunta eu vou procurar reformulá-la então. O senhor acredita então que, efetivamente, foi o presidente Getúlio Vargas que instituiu a Previdência Social no Brasil?

JT Foi. Aí que está. Porque, nessa nota que eu estou encaminhando a vocês, eu dou exatamente os atos iniciais disso. Os atos fundamentais.

NT É que o senhor considera a existência das Caixas de Aposentadoria e Pensões antes, mas...

JT É. As Caixas, até [19]30, não tinham serviços assistenciais. Elas eram apenas de aposentadoria e pensões. E prestavam... Era o Estado que tinha que prestar o seguro contra o acidente do trabalho. Mais nada. Só tinham os três. Só depois de [19]30 é que surge então a Previdência Social e a prestação de serviços.

LO Mas o senhor acha que foi importante para o presidente Vargas o trabalho que o senhor fazia de divulgação desse tipo de atividade? Quer dizer, a Previdência Social como um ponto importante na política do governo Vargas?

JT Não, quem fazia, vamos dizer, a divulgação não era eu. Quem fazia era o próprio governo, a estrutura. Eu era apenas o quê? Era uma pessoa humilde,

insignificante nessa altura, sem nenhuma participação a não ser prestação de serviço. Eu comecei a colaborar a partir de [19]33, não é, com o governo.

NT Mas na sua participa...

JT Quem é? (alguém chama) – “É lá do PDT.”

Interrupção da gravação

LO Então o senhor podia nos contar exatamente que atividades eram essas do Ministério do Trabalho? E o senhor falou que o recebia já, quer dizer, quem fazia a divulgação era o próprio governo.

JT Claro.

LO O senhor fazia então, o senhor repassava para a imprensa...

JT Não. Nessa época eu ainda não era chefe do Serviço de Imprensa do Ministério do Trabalho. Porque eu só fui para o Ministério do Trabalho a partir do ano de 1942. Eu era apenas um servidor. Eu servi primeiro, vamos dizer, no gabinete do ministro Oswaldo Aranha, como funcionário que prestava serviços ao Ministro Oswaldo Aranha. Depois servi no gabinete do presidente do Instituto dos Marítimos, que era o Luís Aranha. A partir de 1938 eu fui inspetor federal de ensino, e era então repórter da *A Noite*.

NT E n'*A Noite* o senhor trabalhava na coluna sindical. Então já havia uma divulgação, não é?

JT Não. Eu primeiramente trabalhei na sucursal do estado, aqui em São Paulo. Nesse período eu também estava muito em São Paulo. E, praticamente, eu só fui para o Ministério do Trabalho no início de 1942, como repórter credenciado pel'*A Noite*, no gabinete do Ministro do Trabalho. E nomeado então, nessa ocasião, para o cargo de inspetor do trabalho, quando havia apenas no quadro funcional do Ministério, apenas três inspetores. Um era o Maciel Dias Pequeno, o outro era o Edson Pitombo Cavalcanti, depois foi diretor do SAPS...

LO Edson Pitombo?

JT Pitombo. Pitombo Cavalcanti. E Heitor Muniz. Quando o Maciel Dias Pequeno foi nomeado diretor do Serviço de Identificação Profissional, eu fui substituí-lo como inspetor do Trabalho. E aí trabalhando então na divulgação. E eu só viria assumir a responsabilidade de chefia do serviço de imprensa do Ministério, depois de [19]45-46, onde fiquei praticamente aí quase 20 ou 25 anos.

NT O senhor nos colocou assim uma avaliação sobre a Previdência no governo Vargas. O senhor depois veio a apoiar o Presidente Juscelino. Como é que era o tratamento da questão da previdência no governo Juscelino?

JT Bom, o Juscelino esteve mais voltado no seu empenho no desenvolvimento industrial e também na construção de Brasília. Exatamente, em virtude disto é que se registraram muitos choques, muitas discordâncias, muitas divergências entre o PTB e o PSD, que apoiava o Juscelino. Tanto o PTB como o PSD. Mas, evidentemente, o problema sindical, o problema da Previdência provocava confrontos, controvérsias e rejeições de parte a parte.

NT O senhor poderia precisar melhor essas controvérsias? Por exemplo, eu li que a posição do Presidente Kubitschek seria de que era preciso primeiro fomentar o desenvolvimento para depois então investir mais em termos de Previdência.

JT Não, o problema estava no seguinte. Em primeiro lugar, o PTB apoiava as organizações sindicais. E as organizações sindicais tinham suas reivindicações de revisão de salário mínimo, de revisão de salários profissionais, direito de greve, participação na administração. E tudo isso trazia problemas. E no momento em que o governo não apoiava ou não amparava essas reivindicações, evidentemente, o PTB se colocava ao lado das representações sindicais operárias. E isso produzia confrontos, produzia problemas, divergências, discordâncias. Aliás, há um livro do Ministro Abelardo Jurema, que foi Ministro da Justiça, foi líder do governo do Juscelino, onde está bem acentuado esse problema das divergências que havia entre o PSD e o PTB, exatamente no governo Juscelino. Eu aconselharia que vocês buscassem essa obra, porque ela é muito esclarecedora a respeito dessa situação que vocês estão me indagando.

NT No governo do Juscelino o senhor se ele deputado federal, não é isso? Numa suplência. Como é que foi?

JT Eu me elegi deputado federal, primeiro em 1954, depois em 1958. Praticamente depois, em 1960... [19]62, eu me elegi deputado estadual, pelo estado da Guanabara. E fui cassado em [19]64. E só voltaria à atividade parlamentar agora em [19]82, como deputado pelo PTB.

Data: 04/11/1987

Fita 6 – Lado A

NT Então, o senhor estava falando sobre sua atuação parlamentar. Na sua primeira eleição, em 1954, quais eram suas bases eleitorais principais?

JT Praticamente os servidores do Ministério do Trabalho, aqui o bairro do Catete, o pessoal do cais do porto, e o relacionamento que eu tinha no meio sindical.

NT O senhor colocava a questão da Previdência Social como um ponto forte da sua campanha?

JT Bom, eu tenho afinal de contas eu tenho a publicação, apresentação de projetos de lei numerosos. Acho que está até aqui. Um projeto apresentado, por exemplo, em 1957. Que considera de natureza técnica os cargos e funções de redator auxiliar do serviço federal. Outro, por exemplo, sobre a apreensão e cancelamento da carteira nacional de habilitação do motorista profissional. Isso é um problema muito sério. Por exemplo, não se concebe que a carteira de habilitação do motorista fosse apreendida. E, afinal de contas, é um diploma profissional. Por exemplo, aqui – que se tornou lei – que concedia anistia aos ex-servidores da administração do porto, demitidos por participação no movimento de greve. Que concedia, por exemplo, vantagens, na Lei 1711, que se tornou uma lei que foi o aproveitamento, por exemplo, dos pracinhas no serviço público, depois da grande guerra. Tem um sem número aqui. Que regula, por exemplo, a atividade de vigia portuário. Por exemplo, eu propus ao Congresso a expedição de uma identidade para as lideranças sindicais por parte do Ministério do Trabalho. Por exemplo, eu propus também a importação de carros. Naquela época não havia carros nacionais. A importação de carros para os motoristas de táxi. Regulamentando, por exemplo, os escritórios de propaganda comercial do Brasil no exterior. Enfim, eu tenho aqui, você vê aqui. Um sem número. Por exemplo, um projeto que eu apresentei de número 2604, que dispunha da aplicação das reservas das instituições de previdência. Que dispõe do direito de livre filiação do empregado na organização sindical. Enfim, tinha aqui vários. São mais de duas centenas de projetos que eu apresentei. Não só sobre previdência, seguro social, como regulamentação profissional.

LO E por que a Previdência era um tema tão candente naquele momento?

JT Sim, porque, é evidente que o trabalhador, ele se preocupa muito com a sua assistência, com seu amparo e com os problemas da sua assistência. E consequentemente os serviços por parte da Previdência Social sempre deixavam a desejar. E eram reclamações. E em função exatamente das reivindicações, iam sendo apresentados projetos para melhoria dos serviços e da prestação de assistência da Previdência ao trabalhador.

NT Na sua atuação como parlamentar, o senhor encaminhava reivindicações diretas do sindicato? Por exemplo, sindicatos que propunham redução de aposentadoria, alguma coisa assim?

JT Claro. Claro. Apresentavam sempre.

LO Quais eram as lideranças sindicais que estavam em contato com o senhor?

JT Eu estava com quase todas. Porque o fato de eu ter ficado durante tantos anos no Serviço de Imprensa do Ministério do Trabalho, eu tinha conhecimento com todas as lideranças sindicais do país. Com todos. Praticamente. Por exemplo, havia os dissídios coletivos de trabalho que eram levados ao Ministério do Trabalho, onde eu assistia a todos esses embates e a todos esses processos, em função exatamente de ter que fazer a sua divulgação. Conseqüentemente então eu assistia às reuniões, assistia os entendimentos, a elaboração dos acordos salariais, tudo isto.

LO Seu Talarico, na sua avaliação, quais eram os setores que estavam mais mobilizados com relação à Previdência Social?

JT Os bancários. Que tinham uma organização exemplar.

LO Dentro dos bancários, o senhor teve contato com os líderes bancários? O que eles encaminhavam? Quem eram seus líderes?

JT Não, eles próprios preservavam seus serviços. Bastava dizer que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, o IAPB, era tido como dos exemplares.

LO Agora, o senhor tem lembrança de algum líder sindical que tenha entrado em contato com o senhor especificamente para defender alguma questão da Previdência Social através do Congresso?

JT Não, eu tinha contato com o Riani, que foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias, anteriormente com Diocleciano de Hollanda Cavalcanti, depois com Dante Pellacani, que foi inclusive membro do Departamento Nacional de Previdência Social, com Calixto Ribeiro Duarte, que foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Sindufo de Azevedo Pequeno, que foi presidente da Federação dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, tem o João Batista de Almeida, mais conhecido como Laranjeira, foi presidente da Federação Nacional dos Marítimos, Milton Santana, foi presidente do Instituto dos Marítimos, enfim, uma infinidade de nomes aí que eu podia...

NT Normalmente, esses sindicalistas, eles, de alguma maneira... Por exemplo, algumas vezes nós vimos em entrevistas, alguns líderes dos bancários questionavam muito a atuação dos políticos, como uma atuação que não visava prioritariamente os interesses da classe.

JT Bom, eles reagiam muito, eles reagiam muito à interferência de políticos e até de elementos estranhos à sua categoria, no IAPB. Tanto assim que havia grande resistência. E, evidentemente, o governo, em virtude disso, tinha certas precauções com os bancários.

NT E o senhor, particularmente, na sua atuação como político, o senhor sentia essas dificuldades, por exemplo, em relação aos bancários?

JT Não, eu nunca tive nenhuma dificuldade, porque o meu trabalho era na colaboração, na divulgação ou nos trabalhos, até no andamento de processos. Evidentemente, pelo relacionamento que eu tinha com as lideranças sindicais, quando eles tinham qualquer problema de natureza administrativa no Ministério, me procuravam e eu procurava buscar e solucionar esses problemas. Quer dizer, era um contato quase diário com eles.

NT Em [19]58, eu observei que o senhor fez algumas alianças, com candidatos a vereador, nas eleições de [19]58. Uma das alianças foi com o advogado Magarinos Torres. Foi uma aliança importante essa? O senhor podia falar um pouco dele?

JT Foi. Porque o Magarinos Torres era praticamente o advogado dos favelados, da União dos Favelados do Rio de Janeiro. E ele foi mais... Foi um entendimento patrocinado pelo então Vice-Presidente João Goulart, que fez com que eu tivesse entendimento e procurasse ajudar o advogado Magarinos Torres, que tinha sérios problemas. Por exemplo, o problema da desapropriação do [morro do] Borel. O problema de assistência às associações de moradores de favelas, que então, aí, começou a se constituir. E eu procurava dar a minha contribuição, a minha cooperação ao advogado Magarinos Torres.

NT E o senhor, a partir daí, também teve contato com esse movimento de favelados.

JT Com o movimento de favelados. Nós realizamos então no IAPC, no antigo auditório do IAPC, e lá no ministério do Trabalho, muitas reuniões do primeiro Congresso Brasileiro de Trabalhadores Favelados.

NT É. Eu peguei as atas desse congresso. E me chamou atenção de que uma das reivindicações era a construção de um hospital dos trabalhadores favelados. Como é que o senhor analisa esse tipo de reivindicação, os favelados terem como proposta um hospital específico, como se fosse uma categoria? O senhor acha que isso tem a ver com...

JT Não, aquilo era mais um, vamos dizer, era mais um movimento reivindicatório, para marcar posição, do que praticamente uma medida prática. Por que, na realidade, estava muito em voga o problema da construção de hospitais. E, naturalmente, os favelados pretendiam ter o seu próprio hospital, como tinha vários dos trabalhadores,

todos eles tinham hospitais. Então, também o favelado desejou ou pretendeu ter o seu próprio hospital. Mas ficou apenas na idéia.

NT As reivindicações por construção de hospitais, o senhor acompanhava, eram muito freqüentes nesse período?

JT Não, depois ela se esvaziou muito, a partir daí. Porque começaram a surgir, especialmente no governo Dutra, e depois no governo Juscelino, convênios com estabelecimentos hospitalares. Não... Foi aquela história que anteriormente eu já tinha me referido. Era o contrato de leito/dia. Primeiro se fazia o contrato de leitos/dias ocupados, depois passou para o contrato de leitos à disposição de Previdência, então, ocupados ou não ocupados. E aí começa o desvirtuamento da assistência hospitalar, por parte das instituições de Previdência, que resultou em grandes escândalos e coisas tenebrosas. Porque, eu me lembro que no Ministério, nós... Por exemplo, havia uma incidência muito grande de tuberculose. Então se fez convênio com o Sanatórios Koch, nessa base de leitos/dia. E a partir daí se desvirtuou muito a assistência hospitalar aos trabalhadores. Porque na medida em que os institutos deixaram de ampliar o seu sistema hospitalar, entrou a rede privada na prestação de serviço na Previdência. Que eu acho que foi um erro profundamente lamentável.

LO O senhor falou Sanatórios Koch?

JT Koch.

LO Koch é o quê? Coc?

JT Não. Kco.

LO K-o-c-h.

JT É.

LO Era nacional esse laboratório?

JT Era.

NT No caso, esses convênios, eles eram firmados, mas, ao mesmo tempo, no governo Dutra foram construídos vários hospitais.

JT Ainda no governo Dutra ainda se construiu alguns hospitais. E depois disso não mais.

NT Quer dizer, o senhor acredita que essa ampliação dos convênios foi no governo do Juscelino, basicamente.

JT Foram. A partir do governo Juscelino. Não. E também no governo Dutra. Começou no governo Dutra.

LO O senhor passou um largo período, no Ministério do Trabalho, nesse setor de divulgação da Previdência, de imprensa...

JT Sim. Não, da Previdência, não. Do Ministério.

LO Do Ministério do Trabalho em geral. Havia alguma diferença entre aquelas diretrizes do governo Dutra e do governo Juscelino? O senhor podia comparar para a gente?

JT Não, não há comparação. Porque o governo Dutra foi um governo que concentrou todo o seu poder em cima da organização sindical. Manietando ou restringindo ou impedindo a liberdade de ação e de livre associação. E os sindicatos estiveram sob controle do ministério, sob intervenção de juntas governativas. E o governo do Juscelino não, o governo do Juscelino foi um governo democrático. Eles estavam mais voltados, mais empenhados para o desenvolvimento industrial, mais preocupados com a construção de Brasília, praticamente, com o início da indústria automobilística, da indústria petroquímica. Enfim, o Juscelino deu um grande avanço na industrialização brasileira. E ele estava, praticamente, voltado mais para isso do que para os problemas de natureza social.

LO Mas na área da Previdência Social, por exemplo, a questão da interferência política dos partidos na Previdência Social. Houve alguma inflexão do período Dutra para o período Juscelino? Participação do PTB na Previdência Social Brasileira.

JT Não. Praticamente, durante o período do Dutra, a interferência era governamental. E no período do Juscelino não, ela foi partidária. Porque o Juscelino fez com que... Havia o acordo com o PTB, na eleição do Juscelino. A consolidação da sua candidatura veio com um acordo com o PTB. O PTB dando a Vice-Presidência, que foi o Jango, e o PTB recebendo o Ministério da Agricultura, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Conseqüentemente também a Previdência Social e as autarquias. E, ao se instalar o governo, surgiram dificuldades. Nomeado o primeiro escalão, que foram os Ministros da Agricultura e o Ministro do Trabalho, um foi o Ernesto Dornelles e o outro foi o Parsifal Barroso, quando começaram as nomeações do primeiro escalão abaixo do ministerial, começaram a surgir dificuldades. Tanto que houve uma espécie de estremecimento, logo no primeiro mês de governo, entre o Juscelino e o Jango. Levando com que o Jango se retirasse para São Borja, em sinal de protesto. E houve então aí negociações e tal. Porque o Juscelino reagia e desejava também que o PSD, que o PST, que o PR tivessem também participação na administração das autarquias econômicas e nas autarquias de previdência. E só após uma negociação dessa maneira, em que se redistribuiu também cargos para o PSD, para o PST, para o PR, para o PTB, se acomodou. Então houve uma pressão do Juscelino no sentido de que as autarquias e os cargos do segundo e terceiro escalões fossem redistribuídos aos partidos que apoiavam o seu governo.

LO Agora, o Juscelino sucede, o Presidente Juscelino sucede, em termos de mandato pleno, o Presidente Vargas. Houve então mudanças? Quer dizer, o Presidente Vargas não tinha instaurado na Previdência Social um sistema de alianças em que o PTB predominava? Quer dizer, o PTB permaneceu predominando após o Juscelino. Como foi?

JT Não, praticamente quem predominou na previdência eram as organizações sindicais dos trabalhadores.

LO Mais do que o próprio PTB?

JT Mais do que o PTB. Porque até durante o período do Vargas, aí, com a ascensão do Jango à presidência do PTB é que o PTB passou a ter maior expressão e maior fortalecimento.

NT O senhor está dizendo que os sindicatos predominaram sobre os próprios IAPs também. Eles tinham poder de pressão sobre os IAPs, nesse sentido?

JT Também. Completamente. Completamente. Inclusive na condução do direito de greve. Ou principalmente.

NT Falando em participação dos sindicatos, no governo do Juscelino também acontece a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social.

JT No final.

NT No final do governo dele. O senhor participou como parlamentar dessas discussões, provavelmente.

JT Participei.

NT O senhor se lembra como é que eram os debates, que propostas existiam?

JT Não, primeiro se fez um anteprojeto no Ministério do Trabalho. E com a participação não só dos trabalhadores como também dos empresários. A Lei Orgânica foi uma espécie de composição feita entre os trabalhadores e empresários. Com uma grande predominância das representações, especialmente das confederações.

NT O senhor participou da elaboração desse anteprojeto?

JT Claro. Porque, pelo fato de ter que divulgar, eu participava das reuniões que eram realizadas sempre ou quase sempre no Ministério do Trabalho. Ou nos institutos.

NT Aí esse anteprojeto foi a discussão no parlamento e que tipo de pontos levantavam mais polêmicas do anteprojeto da LOPS?

JT Não, praticamente não havia não. O problema... Onde é que está até o negócio? – O problema resultou no seguinte: primeiro, os problemas maiores. O plano único de benefício. A inclusão dos trabalhadores agrícolas e outras categorias não incluídas. A unificação dos serviços médicos das diversas modalidades de assistência especializada. Centralização e aplicação de reserva da previdência. Por exemplo, descentralização da administração executiva da Previdência e finalidades primordiais, eliminando da composição do anteprojeto, que depois foi submetido ao governo, ao Juscelino, reexaminado e afinal enviado para o Congresso. Praticamente, no Congresso, não houve modificações na lei orgânica da previdência.

NT Qual é o ponto que o senhor vê como mais positivo da lei? Dessa lei.

JT Eu não vejo nada positivo. Eu acho que foi um lapso cometido. Porque, na verdade, todos estavam iludidos que a unificação dos serviços, a centralização administrativa daria resultados e nós o que vimos foi exatamente o contrário. Com o desenvolvimento dos anos, nós estamos verificando que a Previdência Social, o seguro social, a prestação de serviços, não só na parte assistencial como na parte médica, como na parte alimentar, como na parte hospitalar, ela se tumultuou e, praticamente, hoje, por exemplo, é inadmissível, por exemplo, que uma pessoa que necessite de um eletrocardiograma tenha que esperar 60 dias, às vezes, ou exame de laboratório, tenha que esperar 30 dias. Quando naquele tempo, a prestação de serviços médicos e hospitalares era de pronto atendimento. O que nós vimos foi um tumulto, uma confusão generalizada na Previdência Social, que está exigindo uma reformulação profunda e geral.

NT O senhor falou, logo no início da nossa conversa, sobre a questão da gestão colegiada. O senhor começou a falar sobre isso. Como é que o senhor avalia essa questão dentro da LOPS?

JT Bom, aí há aspectos bastante positivos. A participação na administração, nos conselhos administrativos, por parte de representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo. Geralmente o que ocorreu foi o seguinte. Os trabalhadores sempre procuravam se aliar aos delegados do governo e, consequentemente, ganhavam a presidência ou a direção do Instituto. Eram raros ou foram raros os casos em que os representantes dos empresários conseguiram dirigir os institutos. Praticamente ou era um trabalhador ou um representante do governo. E eu tenho a impressão que foi bastante benéfico, porque todos os problemas eram levados à mesa de discussão. Mesmo, às vezes, os empresários estando em minoria ou sendo suplantados pelos trabalhadores e pelos representantes do governo, eles colocavam e discutiam e faziam exigências. Evidentemente foi um período bastante interessante. Mas veio o regime militar, depois de [19]64, e acabou com a administração tríplice nos institutos.

NT Teve alguma atuação de algum líder sindical como presidente ou num cargo importante na direção dos institutos que tenha se destacado, que o senhor se lembre?

JT Não, assim não me lembro, não. Não tenho... Porque afinal eram sete ou oito institutos. E a gente verificava que havia uma grande movimentação, um empenho muito grande na melhoria de serviços e fiscalização muito intensa. O funcionalismo mais atento ao atendimento dos segurados. Enfim, a gente constatava realmente melhor eficiência do que anteriormente e depois.

NT Agora, o senhor falou também alguma coisa, começou a desenvolver o raciocínio no sentido de que com a unificação isso de alguma maneira, teria dificultado a intervenção dos trabalhadores. O senhor poderia colocar melhor essa idéia?

JT Não. Eu digo agora. Não no período em que havia os conselhos administrativos, onde o trabalhador, o empresário e o governo participavam. Eu digo a unificação, ela dirigida como foi depois de [19]64, com a intervenção militar. Aí sim. Aí a coisa descambou e, praticamente, a Previdência marchou para o caos. Porque aí foram nomeações, contratos, prestação de serviços por terceiros, enfim, uma confusão generalizada.

NT Quer dizer, o senhor acha que, agora, depois da unificação, passado o regime militar, uma proposta de gestão colegiada teria um efeito benéfico sobre a Previdência hoje?

JT Eu acho que teria, não é. Porque, evidentemente, a participação sempre das partes que contribuem, ela, naturalmente, vai fiscalizar, vai preservar o seu próprio patrimônio. Então, eu tenho a impressão que a participação dos trabalhadores e dos empresários seria benéfica, porque acabaria com esta história do paternalismo governamental. O que nós temos visto exclusivamente nesses últimos 22, 23 anos é que a Previdência se desvirtuou totalmente, em função exatamente dos administradores.

NT É. Eu lhe fiz essa pergunta porque atualmente existe, no caso do INAMPS, a proposta da formação dos conselhos comunitários. Com a associação de moradores e outras entidades, por municípios ou bairros, enfim, uma organização de comunidades locais. O senhor acha que esse tipo de organização seria mais benéfico, em termos de participação da população do que os sindicatos?

JT Eu acho que não. Eu acho que o restabelecimento da participação do segurado na administração é que é o ideal. Porque eles vão fiscalizar, eles vão acompanhar, eles vão participar. Enquanto que a participação de associações de bairros... A Previdência é um seguro, é contribuição. Então eu acho que só aqueles que contribuem é que teriam direito de participação. Não apenas porque se faça no bairro Associação de Bairros ou de Favelados. Não tem sentido. Essas associações podem se constituir como entidades reivindicatórias ou de reclamos ou até de pedir prestação de serviço. Mas entregar a administração da previdência, do seguro social a entidades dessa natureza, eu não acredito que venha a dar certo não.

LO Ok. Vamos parar por hoje? Deixar para completar numa próxima vez.

JT Está.

Fita 6 – Lado B

NT Então, o senhor estava falando sobre sua atuação parlamentar. Na sua primeira eleição, em 1954, quais eram suas bases eleitorais principais?

JT Praticamente os servidores do Ministério do Trabalho, aqui o bairro do Catete, o pessoal do cais do porto, e o relacionamento que eu tinha no meio sindical.

NT O senhor colocava a questão da Previdência Social como um ponto forte da sua campanha?

JT Bom, eu tenho afinal de contas eu tenho a publicação, apresentação de projetos de lei numerosos. Acho que está até aqui. Um projeto apresentado, por exemplo, em 1957. Que considera de natureza técnica os cargos e funções de redator auxiliar do serviço federal. Outro, por exemplo, sobre a apreensão e cancelamento da carteira nacional de habilitação do motorista profissional. Isso é um problema muito sério. Por exemplo, não se concebe que a carteira de habilitação do motorista fosse apreendida. E, afinal de contas, é um diploma profissional. Por exemplo, aqui – que se tornou lei – que concedia anistia aos ex-servidores da administração do porto, demitidos por participação no movimento de greve. Que concedia, por exemplo, vantagens, na Lei 1711, que se tornou uma lei que foi o aproveitamento, por exemplo, dos pracinhas no serviço público, depois da grande guerra. Tem um sem número aqui. Que regula, por exemplo, a atividade de vigia portuário. Por exemplo, eu propus ao Congresso a expedição de uma identidade para as lideranças sindicais por parte do Ministério do Trabalho. Por exemplo, eu propus também a importação de carros. Naquela época não havia carros nacionais. A importação de carros para os motoristas de táxi. Regulamentando, por exemplo, os escritórios de propaganda comercial do Brasil no exterior. Enfim, eu tenho aqui, você vê aqui. Um sem número. Por exemplo, um projeto que eu apresentei de número 2604, que dispunha da aplicação das reservas das instituições de previdência. Que dispõe do direito de livre filiação do empregado na organização sindical. Enfim, tinha aqui vários. São mais de duas centenas de projetos que eu apresentei. Não só sobre previdência, seguro social, como regulamentação profissional.

LO E por que a Previdência era um tema tão candente naquele momento?

JT Sim, porque, é evidente que o trabalhador, ele se preocupa muito com a sua assistência, com seu amparo e com os problemas da sua assistência. E consequentemente os serviços por parte da Previdência Social sempre deixavam a desejar. E eram reclamações. E em função exatamente das reivindicações, iam sendo apresentados projetos para melhoria dos serviços e da prestação de assistência da Previdência ao trabalhador.

NT Na sua atuação como parlamentar, o senhor encaminhava reivindicações diretas do sindicato? Por exemplo, sindicatos que propunham redução de aposentadoria, alguma coisa assim?

JT Claro. Claro. Apresentavam sempre.

LO Quais eram as lideranças sindicais que estavam em contato com o senhor?

JT Eu estava com quase todas. Porque o fato de eu ter ficado durante tantos anos no Serviço de Imprensa do Ministério do Trabalho, eu tinha conhecimento com todas as lideranças sindicais do país. Com todos. Praticamente. Por exemplo, havia os dissídios coletivos de trabalho que eram levados ao Ministério do Trabalho, onde eu assistia a todos esses embates e a todos esses processos, em função exatamente de ter que fazer a sua divulgação. Conseqüentemente então eu assistia às reuniões, assistia os entendimentos, a elaboração dos acordos salariais, tudo isto.

LO Seu Talarico, na sua avaliação, quais eram os setores que estavam mais mobilizados com relação à Previdência Social?

JT Os bancários. Que tinham uma organização exemplar.

LO Dentro dos bancários, o senhor teve contato com os líderes bancários? O que eles encaminhavam? Quem eram seus líderes?

JT Não, eles próprios preservavam seus serviços. Bastava dizer que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, o IAPB, era tido como dos exemplares.

LO Agora, o senhor tem lembrança de algum líder sindical que tenha entrado em contato com o senhor especificamente para defender alguma questão da Previdência Social através do Congresso?

JT Não, eu tinha contato com o Riani, que foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias, anteriormente com Diocleciano de Hollanda Cavalcanti, depois com Dante Pellacani, que foi inclusive membro do Departamento Nacional de Previdência Social, com Calixto Ribeiro Duarte, que foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Sindufo de Azevedo Pequeno, que foi presidente da Federação dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, tem o João Batista de Almeida, mais conhecido como Laranjeira, foi presidente da Federação Nacional dos Marítimos, Milton Santana, foi presidente do Instituto dos Marítimos, enfim, uma infinidade de nomes aí que eu podia...

NT Normalmente, esses sindicalistas, eles, de alguma maneira... Por exemplo, algumas vezes nós vimos em entrevistas, alguns líderes dos bancários questionavam muito a atuação dos políticos, como uma atuação que não visava prioritariamente os interesses da classe.

JT Bom, eles reagiam muito, eles reagiam muito à interferência de políticos e até de elementos estranhos à sua categoria, no IAPB. Tanto assim que havia grande resistência. E, evidentemente, o governo, em virtude disso, tinha certas precauções com os bancários.

NT E o senhor, particularmente, na sua atuação como político, o senhor sentia essas dificuldades, por exemplo, em relação aos bancários?

JT Não, eu nunca tive nenhuma dificuldade, porque o meu trabalho era na colaboração, na divulgação ou nos trabalhos, até no andamento de processos. Evidentemente, pelo relacionamento que eu tinha com as lideranças sindicais, quando eles tinham qualquer problema de natureza administrativa no Ministério, me procuravam e eu procurava buscar e solucionar esses problemas. Quer dizer, era um contato quase diário com eles.

NT Em [19]58, eu observei que o senhor fez algumas alianças, com candidatos a vereador, nas eleições de [19]58. Uma das alianças foi com o advogado Magarinos Torres. Foi uma aliança importante essa? O senhor podia falar um pouco dele?

JT Foi. Porque o Magarinos Torres era praticamente o advogado dos favelados, da União dos Favelados do Rio de Janeiro. E ele foi mais... Foi um entendimento patrocinado pelo então Vice-Presidente João Goulart, que fez com que eu tivesse entendimento e procurasse ajudar o advogado Magarinos Torres, que tinha sérios problemas. Por exemplo, o problema da desapropriação do [morro do] Borel. O problema de assistência às associações de moradores de favelas, que então, aí, começou a se constituir. E eu procurava dar a minha contribuição, a minha cooperação ao advogado Magarinos Torres.

NT E o senhor, a partir daí, também teve contato com esse movimento de favelados.

JT Com o movimento de favelados. Nós realizamos então no IAPC, no antigo auditório do IAPC, e lá no ministério do Trabalho, muitas reuniões do primeiro Congresso Brasileiro de Trabalhadores Favelados.

NT É. Eu peguei as atas desse congresso. E me chamou atenção de que uma das reivindicações era a construção de um hospital dos trabalhadores favelados. Como é que o senhor analisa esse tipo de reivindicação, os favelados terem como proposta um hospital específico, como se fosse uma categoria? O senhor acha que isso tem a ver com...

JT Não, aquilo era mais um, vamos dizer, era mais um movimento reivindicatório, para marcar posição, do que praticamente uma medida prática. Por que, na realidade, estava muito em voga o problema da construção de hospitais. E, naturalmente, os favelados pretendiam ter o seu próprio hospital, como tinha vários dos trabalhadores,

todos eles tinham hospitais. Então, também o favelado desejou ou pretendeu ter o seu próprio hospital. Mas ficou apenas na idéia.

NT As reivindicações por construção de hospitais, o senhor acompanhava, eram muito freqüentes nesse período?

JT Não, depois ela se esvaziou muito, a partir daí. Porque começaram a surgir, especialmente no governo Dutra, e depois no governo Juscelino, convênios com estabelecimentos hospitalares. Não... Foi aquela história que anteriormente eu já tinha me referido. Era o contrato de leito/dia. Primeiro se fazia o contrato de leitos/dias ocupados, depois passou para o contrato de leitos à disposição de Previdência, então, ocupados ou não ocupados. E aí começa o desvirtuamento da assistência hospitalar, por parte das instituições de Previdência, que resultou em grandes escândalos e coisas tenebrosas. Porque, eu me lembro que no Ministério, nós... Por exemplo, havia uma incidência muito grande de tuberculose. Então se fez convênio com o Sanatórios Koch, nessa base de leitos/dia. E a partir daí se desvirtuou muito a assistência hospitalar aos trabalhadores. Porque na medida em que os institutos deixaram de ampliar o seu sistema hospitalar, entrou a rede privada na prestação de serviço na Previdência. Que eu acho que foi um erro profundamente lamentável.

LO O senhor falou Sanatórios Koch?

JT Koch.

LO Koch é o quê? Coc?

JT Não. Kco.

LO K-o-c-h.

JT É.

LO Era nacional esse laboratório?

JT Era.

NT No caso, esses convênios, eles eram firmados, mas, ao mesmo tempo, no governo Dutra foram construídos vários hospitais.

JT Ainda no governo Dutra ainda se construiu alguns hospitais. E depois disso não mais.

NT Quer dizer, o senhor acredita que essa ampliação dos convênios foi no governo do Juscelino, basicamente.

JT Foram. A partir do governo Juscelino. Não. E também no governo Dutra. Começou no governo Dutra.

LO O senhor passou um largo período, no Ministério do Trabalho, nesse setor de divulgação da Previdência, de imprensa...

JT Sim. Não, da Previdência, não. Do Ministério.

LO Do Ministério do Trabalho em geral. Havia alguma diferença entre aquelas diretrizes do governo Dutra e do governo Juscelino? O senhor podia comparar para a gente?

JT Não, não há comparação. Porque o governo Dutra foi um governo que concentrou todo o seu poder em cima da organização sindical. Manietando ou restringindo ou impedindo a liberdade de ação e de livre associação. E os sindicatos estiveram sob controle do ministério, sob intervenção de juntas governativas. E o governo do Juscelino não, o governo do Juscelino foi um governo democrático. Eles estavam mais voltados, mais empenhados para o desenvolvimento industrial, mais preocupados com a construção de Brasília, praticamente, com o início da indústria automobilística, da indústria petroquímica. Enfim, o Juscelino deu um grande avanço na industrialização brasileira. E ele estava, praticamente, voltado mais para isso do que para os problemas de natureza social.

LO Mas na área da Previdência Social, por exemplo, a questão da interferência política dos partidos na Previdência Social. Houve alguma inflexão do período Dutra para o período Juscelino? Participação do PTB na Previdência Social Brasileira.

JT Não. Praticamente, durante o período do Dutra, a interferência era governamental. E no período do Juscelino não, ela foi partidária. Porque o Juscelino fez com que... Havia o acordo com o PTB, na eleição do Juscelino. A consolidação da sua candidatura veio com um acordo com o PTB. O PTB dando a Vice-Presidência, que foi o Jango, e o PTB recebendo o Ministério da Agricultura, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Conseqüentemente também a Previdência Social e as autarquias. E, ao se instalar o governo, surgiram dificuldades. Nomeado o primeiro escalão, que foram os Ministros da Agricultura e o Ministro do Trabalho, um foi o Ernesto Dornelles e o outro foi o Parsifal Barroso, quando começaram as nomeações do primeiro escalão abaixo do ministerial, começaram a surgir dificuldades. Tanto que houve uma espécie de estremecimento, logo no primeiro mês de governo, entre o Juscelino e o Jango. Levando com que o Jango se retirasse para São Borja, em sinal de protesto. E houve então aí negociações e tal. Porque o Juscelino reagia e desejava também que o PSD, que o PST, que o PR tivessem também participação na administração das autarquias econômicas e nas autarquias de previdência. E só após uma negociação dessa maneira, em que se redistribuiu também cargos para o PSD, para o PST, para o PR, para o PTB, se acomodou. Então houve uma pressão do Juscelino no sentido de que as autarquias e os cargos do segundo e terceiro escalões fossem redistribuídos aos partidos que apoiavam o seu governo.

LO Agora, o Juscelino sucede, o Presidente Juscelino sucede, em termos de mandato pleno, o Presidente Vargas. Houve então mudanças? Quer dizer, o Presidente Vargas não tinha instaurado na Previdência Social um sistema de alianças em que o PTB predominava? Quer dizer, o PTB permaneceu predominando após o Juscelino. Como foi?

JT Não, praticamente quem predominou na previdência eram as organizações sindicais dos trabalhadores.

LO Mais do que o próprio PTB?

JT Mais do que o PTB. Porque até durante o período do Vargas, aí, com a ascensão do Jango à presidência do PTB é que o PTB passou a ter maior expressão e maior fortalecimento.

NT O senhor está dizendo que os sindicatos predominaram sobre os próprios IAPs também. Eles tinham poder de pressão sobre os IAPs, nesse sentido?

JT Também. Completamente. Completamente. Inclusive na condução do direito de greve. Ou principalmente.

NT Falando em participação dos sindicatos, no governo do Juscelino também acontece a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social.

JT No final.

NT No final do governo dele. O senhor participou como parlamentar dessas discussões, provavelmente.

JT Participei.

NT O senhor se lembra como é que eram os debates, que propostas existiam?

JT Não, primeiro se fez um anteprojeto no Ministério do Trabalho. E com a participação não só dos trabalhadores como também dos empresários. A Lei Orgânica foi uma espécie de composição feita entre os trabalhadores e empresários. Com uma grande predominância das representações, especialmente das confederações.

NT O senhor participou da elaboração desse anteprojeto?

JT Claro. Porque, pelo fato de ter que divulgar, eu participava das reuniões que eram realizadas sempre ou quase sempre no Ministério do Trabalho. Ou nos institutos.

NT Aí esse anteprojeto foi a discussão no parlamento e que tipo de pontos levantavam mais polêmicas do anteprojeto da LOPS?

JT Não, praticamente não havia não. O problema... Onde é que está até o negócio? – O problema resultou no seguinte: primeiro, os problemas maiores. O plano único de benefício. A inclusão dos trabalhadores agrícolas e outras categorias não incluídas. A unificação dos serviços médicos das diversas modalidades de assistência especializada. Centralização e aplicação de reserva da previdência. Por exemplo, descentralização da administração executiva da Previdência e finalidades primordiais, eliminando da composição do anteprojeto, que depois foi submetido ao governo, ao Juscelino, reexaminado e afinal enviado para o Congresso. Praticamente, no Congresso, não houve modificações na lei orgânica da previdência.

NT Qual é o ponto que o senhor vê como mais positivo da lei? Dessa lei.

JT Eu não vejo nada positivo. Eu acho que foi um lapso cometido. Porque, na verdade, todos estavam iludidos que a unificação dos serviços, a centralização administrativa daria resultados e nós o que vimos foi exatamente o contrário. Com o desenvolvimento dos anos, nós estamos verificando que a Previdência Social, o seguro social, a prestação de serviços, não só na parte assistencial como na parte médica, como na parte alimentar, como na parte hospitalar, ela se tumultuou e, praticamente, hoje, por exemplo, é inadmissível, por exemplo, que uma pessoa que necessite de um eletrocardiograma tenha que esperar 60 dias, às vezes, ou exame de laboratório, tenha que esperar 30 dias. Quando naquele tempo, a prestação de serviços médicos e hospitalares era de pronto atendimento. O que nós vimos foi um tumulto, uma confusão generalizada na Previdência Social, que está exigindo uma reformulação profunda e geral.

NT O senhor falou, logo no início da nossa conversa, sobre a questão da gestão colegiada. O senhor começou a falar sobre isso. Como é que o senhor avalia essa questão dentro da LOPS?

JT Bom, aí há aspectos bastante positivos. A participação na administração, nos conselhos administrativos, por parte de representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo. Geralmente o que ocorreu foi o seguinte. Os trabalhadores sempre procuravam se aliar aos delegados do governo e, consequentemente, ganhavam a presidência ou a direção do Instituto. Eram raros ou foram raros os casos em que os representantes dos empresários conseguiram dirigir os institutos. Praticamente ou era um trabalhador ou um representante do governo. E eu tenho a impressão que foi bastante benéfico, porque todos os problemas eram levados à mesa de discussão. Mesmo, às vezes, os empresários estando em minoria ou sendo suplantados pelos trabalhadores e pelos representantes do governo, eles colocavam e discutiam e faziam exigências. Evidentemente foi um período bastante interessante. Mas veio o regime militar, depois de [19]64, e acabou com a administração tríplice nos institutos.

NT Teve alguma atuação de algum líder sindical como presidente ou num cargo importante na direção dos institutos que tenha se destacado, que o senhor se lembre?

JT Não, assim não me lembro, não. Não tenho... Porque afinal eram sete ou oito institutos. E a gente verificava que havia uma grande movimentação, um empenho muito grande na melhoria de serviços e fiscalização muito intensa. O funcionalismo mais atento ao atendimento dos segurados. Enfim, a gente constatava realmente melhor eficiência do que anteriormente e depois.

NT Agora, o senhor falou também alguma coisa, começou a desenvolver o raciocínio no sentido de que com a unificação isso de alguma maneira, teria dificultado a intervenção dos trabalhadores. O senhor poderia colocar melhor essa idéia?

JT Não. Eu digo agora. Não no período em que havia os conselhos administrativos, onde o trabalhador, o empresário e o governo participavam. Eu digo a unificação, ela dirigida como foi depois de [19]64, com a intervenção militar. Aí sim. Aí a coisa descambou e, praticamente, a Previdência marchou para o caos. Porque aí foram nomeações, contratos, prestação de serviços por terceiros, enfim, uma confusão generalizada.

NT Quer dizer, o senhor acha que, agora, depois da unificação, passado o regime militar, uma proposta de gestão colegiada teria um efeito benéfico sobre a Previdência hoje?

JT Eu acho que teria, não é. Porque, evidentemente, a participação sempre das partes que contribuem, ela, naturalmente, vai fiscalizar, vai preservar o seu próprio patrimônio. Então, eu tenho a impressão que a participação dos trabalhadores e dos empresários seria benéfica, porque acabaria com esta história do paternalismo governamental. O que nós temos visto exclusivamente nesses últimos 22, 23 anos é que a Previdência se desvirtuou totalmente, em função exatamente dos administradores.

NT É. Eu lhe fiz essa pergunta porque atualmente existe, no caso do INAMPS, a proposta da formação dos conselhos comunitários. Com a associação de moradores e outras entidades, por municípios ou bairros, enfim, uma organização de comunidades locais. O senhor acha que esse tipo de organização seria mais benéfico, em termos de participação da população do que os sindicatos?

JT Eu acho que não. Eu acho que o restabelecimento da participação do segurado na administração é que é o ideal. Porque eles vão fiscalizar, eles vão acompanhar, eles vão participar. Enquanto que a participação de associações de bairros... A Previdência é um seguro, é contribuição. Então eu acho que só aqueles que contribuem é que teriam direito de participação. Não apenas porque se faça no bairro Associação de Bairros ou de Favelados. Não tem sentido. Essas associações podem se constituir como entidades reivindicatórias ou de reclamos ou até de pedir prestação de serviço. Mas entregar a administração da previdência, do seguro social a entidades dessa natureza, eu não acredito que venha a dar certo não.

LO Ok. Vamos parar por hoje? Deixar para completar numa próxima vez.

JT Está.

Data: 16/11/1987

Fita 7 – Lado A

NT O senhor estava falando sobre o desvirtuamento da questão.

JT É. Quando se faziam construções de edifícios de escritórios ou residências de classe A, por exemplo, se destinava um percentual relativo ao valor da obra, esse percentual destinava à construção da casa popular. E assim foi feito, por exemplo, aqueles conjuntos que estão ali na Av. da Duandeiras, alguns daqueles conjuntos foram construídos com os recursos tirados exatamente de construções de classe A. E outro problema também que sempre preocupou os responsáveis não só governamentais como da previdência, foi a assistência médica. Mas, no meu entender, houve um desvirtuamento na prestação de serviço médico-hospitalar, dentário, hospitalar e assistência médica. Que começou com os contratos... Eu não sei se já tinha feito essa ponderação, mas de qualquer maneira voltou a fazer... dos chamados leitos/dia. Então, nesta época, a Previdência passou a concretizar, por exemplo, contratos que pagavam por leitos/dia ocupados. Depois foram feitos contratos para leitos independentes de ocupação ou não por parte de doentes. E aí começam as irregularidades, porque se contratava, por exemplo, mil leitos num hospital, muitas vezes essa ocupação não se fazia, mas de qualquer maneira a previdência pagava. Os primeiros contrato por leitos/dia foram feitos com o Sanatório Koch, que eram uns sanatórios existentes aqui no Rio de Janeiro, para assistência ao tuberculoso, cuja incidência então era muito grande.

MC Os institutos tinha convênios...

JT É. Assinavam convênios de leitos/dia, mas os primeiros, como eu disse, eram leitos/dia ocupados. Então pagava durante o período em que o segurado fora hospitalizado. E isto depois passou a ser por tempo indeterminado. As instituições hospitalares passaram a fazer os contratos por número de leitos e nem sempre ocupados. Aí é que começam as irregularidades da assistência hospitalar. E também o fato de não se construírem mais, praticamente, hospitais da rede previdenciária.

MC O senhor localiza assim, esse tipo de contrato, o senhor localiza assim no tempo? Quando é que foram feitos esses contratos com...

JT Não, isto até o governo Vargas e governo Dutra, inclusive o último governo Vargas, havia muito critério nos contratos ou nos convênios assinados nas instituições hospitalares. Depois é que a coisa descambou para a generalização. Generalização essa que trouxe prejuízo para a assistência social, que foram esses escândalos de contratos que até recentemente se registraram na imprensa.

NT Essa questão da assistência médica, quer dizer, um ponto que era muito discutido é que os recursos da Previdência seriam, prioritariamente, para pagamento dos benefícios aos segurados. Como é que o senhor, que tinha colocado aquela questão da Previdência como seguro social, vê isso? Quer dizer, que importância deveria se dar à assistência médica?

JT Não, porque, no Brasil, a assistência médico-hospitalar era considerada como uma das obrigações prioritárias do seguro social. E, além da aposentadoria, o serviço de assistência médica-hospitalar foi outro benefício sempre muito objetivado pelos responsáveis das instituições de Previdência. Então, se tornou tradicional, mesmo com o volume de recursos que isso obrigava, uma obrigação da Previdência Social. E inclusive algumas coisas que deveriam ser, por exemplo, de obrigação da União e dos estados, a Previdência assumiu, como seja a prevenção do acidente de trabalho. Também a Previdência acabou assumindo esta responsabilidade. Enfim, a coisa, depois de 1954, a coisa se deteriorou nesse campo. Porque aí passaram a haver esses contratos e praticamente onerando os cofres da Previdência. Porque eram contratos vultuosos, no seu conteúdo financeiro, e trazia realmente preocupações aos seus administradores. Então se passou a alegar que era um peso, que isso devia ser da União e do estado. Quando nós anteriormente tínhamos falado que havia uma espécie de tradição no Brasil, que se iniciou com as associações benéficas. Se uma associação benéfica pode, com recursos provenientes de mensalidades dos associados, a Previdência também podia; mas desde que fosse bem administrada. O que não ocorreu. A partir de [19]54, por aí, a coisa começou a se desvirtuar e encarecer os encargos da Previdência.

NT A que o senhor atribui esse desvirtuamento depois do segundo governo Vargas? Por que aconteceu esse desvirtuamento? Por que o senhor acha que aconteceu esse desvirtuamento?

JT Negociatas. Interesses em lucros. E desinteresse em preservar a Previdência. Então as pessoas que buscavam fazer contratos que dessem vantagens às instituições hospitalares, médico-hospitalares. Por exemplo, se criou, e que foi de muita eficiência, o SAMDU. Socorro urgente e tal. Então às vezes uma pessoa estava numa situação precária, em vez de recorrer à instituição de previdência, recorria ao SAMDU. Às vezes era um tratamento de emergência, uma consulta, um tratamento rápido, e isto deu grandes resultados. Como também deu bons resultados o SAPS, que era o problema da alimentação, que também passou a ser outro encargo da Previdência Social. Que deu bons resultados. Mas no fundo, ela se tornou também, depois, um campo de prevaricação, de corrupção, de desvio de dinheiro; bastando dizer que o SAPS acabou tendo que ser extinto pelo volume de irregularidades, de fraudes, de inquéritos administrativos, sindicâncias, desvios, enfim. Mas, de qualquer maneira, foi uma prestação de serviço da maior relevância. Que alguns antigos ainda lembram, porque era uma refeição baseada em alimentação sadias e a preços bastante reduzidos. Então o trabalhador, por exemplo, do cais do porto, os comerciários, industriários, tinham uma rede de restaurantes onde podia fazer alimentações, em vez de trazer as suas alimentações de casa. Chegou-se a fazer também, no SAPS, cozinhas coletivas para levar em locais onde havia uma grande concentração de trabalhadores. Então ali, através de bandejas, atendia os trabalhadores na assistência alimentar. Tudo isso foram experiências muito positivas, mas que foram, lamentavelmente, foram desvirtuadas e desviadas do seu sentido administrativo.

NT Agora, o senhor estava falando, além dos fatores como corrupção, interesses, a importância dada à Previdência. No governo Juscelino, o senhor chegou a mencionar alguma divergência entre o PTB e o PSD, com relação à Previdência?

JT O governo Juscelino – aí é uma parte mais política. A chapa Juscelino-Jango foi estabelecida através de um acordo interpartidário entre o PSD e o PTB. E neste acordo entrou como disposto, como condição, na hipótese da vitória da chapa JK-Jango, que o Ministério do Trabalho e o Ministério da Agricultura seriam destinados a representantes do PTB. E quando, após a vitória da chapa Juscelino-Jango, o primeiro escalão, que era evidentemente o dos ministros, o Ministro do Trabalho e o Ministro da Agricultura, o Presidente Juscelino aquiesceu, recebeu sem nenhuma objeção. Mas a partir da nomeação do segundo escalão, passou a haver problemas. Porque aí o PSD, o PSP e o PR, e outros pequenos partidos como o PST, que tinham também colaborado na eleição de Juscelino, passaram a reivindicar participação nos institutos de Previdência e nas autarquias econômicas dessas duas secretarias de Estado, ou seja, Agricultura e do Trabalho. E isto não estava previsto. A previsão, o acordo preestabelecido era de que essas duas áreas seriam destinadas aos membros do PTB. Quando começou a resistência do Presidente Juscelino Kubitschek em nomear o segundo escalão, Jango, que era Vice-Presidente, se agastou de tal forma que acabou se retirando, indo para São Borja, até num ato de protesto. Ficando lá cerca de mais de 30 dias. E trazendo isso embaraços e dificuldades na administração. Entretanto, com a intervenção e mediação de várias pessoas, acabou o PTB, através do Jango, aquiescendo em que também nas autarquias e nas instituições dos dois Ministérios, Trabalho e Agricultura, outros partidos podiam também fazer indicação. Então aí houve uma participação do PSD, do PR, do PSP e do PST nas administrações não só da agricultura como do trabalho. Então, vamos dizer, as diretorias acabam sendo distribuídas... Praticamente, o PTB, além dos ministros, ficou apenas com um terço dos cargos administrativos dessas áreas. E o restante foi dividido entre os outros partidos.

MC Por que o Ministério da Agricultura ficava para o PTB? Do Trabalho, tudo bem, dá para se entender. Mas...

JT Não, porque na época já o PTB defendia a reforma agrária, né. E, evidentemente, um trabalhista na Pasta da Agricultura poderia redundar na facilidade de se chegar mais objetivamente a um reforma agrária. Tanto que você vê que a reforma agrária no país é motivo de especulação política e de empenho político há muitas décadas.

NT Além dessa divergência que o senhor coloca, que é a divergência em nível da ocupação dos cargos políticos, e da própria importância dos cargos políticos nos institutos de aposentadoria e pensões, um outro ponto que era interessante saber como o PTB, no caso, se posicionava em relação à visão de desenvolvimento nacional, implementada pelo Presidente Juscelino, e o espaço que era dado à questão da política social. Havia conflitos nesse sentido, havia divergências?

JT Não. Os maiores problemas havidos no governo Juscelino foram em relação ao direito de greve. Aí o PTB se chocava frontalmente com o governo porque, evidentemente, o PTB apoiava a greve dos trabalhadores. E havia uma reação por parte de elementos do governo Juscelino, que não eram trabalhistas. Então, os choques se produziam exatamente por esse motivo. Há um livro, que constitui a memória do Ministro Abelardo Jurema, onde é situada essa situação com muita clareza. Quer dizer, os choques eram exatamente por causa da política social. A visão do PSD era conservadora e as concepções do PTB eram reformistas. Então, essas duas tendências haviam sempre se conflitando. E trouxeram graves problemas, gravíssimos problemas. Porque, evidentemente, o Presidente Juscelino fazia vingar uma repressão, uma pressão, objeções às campanhas reivindicatórias. Por exemplo, a política salarial era uma outra discordância muito acentuada entre essas duas correntes, enquanto o PTB defendia salários reais, melhores níveis salariais, salário profissional, o governo Juscelino pretendia estabelecer dentro de uma economia equilibrada, onde nem sempre o salário era preponderante.

NT É. Eu situei a Previdência também porque em alguns discursos, discursos dele junto a líderes sindicais ou em momentos como o 1º de Maio, era comum que o Juscelino afirmasse de que era importante primeiro alcançar o desenvolvimento para depois fazer a justiça social. Em relação à Presidência também. Quer dizer, houve inclusive uma defesa de que o Estado só arcasse com os gastos de administração e não entrasse numa divisão eqüitativa dos recursos. O senhor se lembra de algum debate, alguma divergência nesse sentido?

JT Não, o fato é como eu digo. O posicionamento do PTB e do PSD eram totalmente diferentes. Por exemplo, na construção de Brasília, os primeiros recursos jogados na construção de Brasília foram da Previdência Social. Então, praticamente, a construção, as obras iniciais, elas foram feitas com os recursos da Previdência Social. E Juscelino continuou aplicando os recursos da previdência na construção de Brasília. Evidentemente foi uma aplicação correta; tanto assim que a valorização que Brasília teve, que as construções tiveram, justificaram a sua aplicação.

NT Quer dizer, houve retorno desses recursos.

JT Não, não houve retorno à Previdência. Porque o retorno à Previdência está nas construções ou na construção que Brasília representou. Evidentemente... Por exemplo, os edifícios de residências, eles em vez de se constituírem em patrimônio da Previdência, acabaram se constituindo em patrimônio dos segurados da Previdência.

MC O senhor, eu acho que o senhor em outra entrevista já falou da sua ida ao Congresso Ibero-Americano de Seguridade Social. E realmente parece que Franco fez uma reforma profunda na Previdência Social espanhola. E também aqui no Brasil, no período autoritário do governo Vargas, nos anos [19]30, como depois, em [19]64, houve reformas profundas na Previdência Social. Como é que o senhor avalia isso? Quer dizer, momentos de autoritarismo e mudanças na previdência com forte conteúdo social...

JT Bom, há dois tipos de autoritarismo. O autoritarismo, vamos dizer, da administração Vargas estabelecendo ou criando a Previdência através de decretos-leis e os atos institucionais, que modificaram totalmente a orientação, o sistema, a administração dos serviços da Previdência. Eles são totalmente distintos. Tanto por parte de Vargas como de Dutra, que também utilizou os decretos-leis. E já os governos militares tiveram outro posicionamento. Então aí era uma concentração administrativa. Enquanto que os atos baixados não só por Vargas como por Dutra eram no sentido de ampliar, de beneficiar a Previdência. E os atos dos governos de exceção foram no sentido de concentrar a administração dentro do Governo Federal. Tanto assim que foram feitas reformas administrativas que objetivavam exatamente conter ou concentrar nas mãos do Governo Federal a administração da Previdência Social. Há uma diferença muito grande. Enquanto que uma era no sentido de criar, de ampliar, de criar benefícios, de estabelecer serviços, o outro não, o outro foi de concentração administrativa. E eu tenho a impressão que se essa concentração administrativa tivesse sido feita no sentido de participação dos empregados, dos empregadores na administração, estava muito bem. Por exemplo, quem conhece a história universal, sabe que na Prússia ou na Alemanha anterior, Bismarck, por exemplo, que era um homem de direita, um conservador, um positivista, ele, quando assumiu o governo da Alemanha, aplicou todas as formas de evolução social e de atendimento aos trabalhadores. De sentido até de evolução. E o que os governos militares deviam ter feito era exatamente isso. Era ter aplicado, vamos dizer assim, a concentração de poder para ampliar, para melhorar a participação não só do trabalhador como a do empregador. E não. Ela excluiu. Então há uma diferença muito grande. Não há...

MC Apesar de que no período autoritário de [19]64 houve a aplicação dos benefícios para setores que até então não tinham nenhum acesso à Previdência. O senhor mesmo mencionou...

JT Sim, mas aí não foram benefícios. Foram outorgados benefícios do sistema previdenciário cuja base, cujo fundamento era a contribuição. E que esses setores beneficiados nunca tinham contribuído com nada para o seguro social. Que é o caso dos trabalhadores rurais, aposentadoria aos trabalhadores rurais e mais auxílio aos idosos. Cujos benefícios, como eu disse e reitero, são necessários, objetivos e justos, mas que deviam estar ao encargo do Tesouro Nacional e não da Previdência Social. Porque a Previdência Social, ela só tem condições de dar os benefícios àqueles que contribuíram. Eu, por exemplo, tenho 53 anos de serviço, não só na rede privada como na de serviço público. Então, eu contribui durante 53 anos para merecer uma aposentadoria que foi defasada, foi esvaziada, que não representa em absoluto o teor... Por exemplo, houve época em que eu trabalhava n'A Noite, Rádio Nacional, Rádio Mauá, Diário de Minas, Jornal de Notícias, de São Paulo, ainda era funcionário do Ministério do Trabalho. Então eu, em seis setores, em seis áreas, eu contribuía, para ter o benefício apenas como se fosse de um só. E no meu caso estão muitas pessoas que contribuíram. Porque o desconto da Previdência era obrigatório, era taxativo. Mas na verdade o que o governo de exceção, os militares fizeram foi o estabelecimento de dois benefícios, que eu acho objetivamente, socialmente, válidos, mas que não deviam estar sob o encargo da Previdência. Deviam estar sob o encargo do Tesouro Nacional.

Por exemplo. Em tempos passados, por exemplo, membros do Lloyd Brasileiro, da Costeira e de algumas outras instituições que existiram há décadas passadas, até hoje somam dois benefícios: o do seguro social ou da Previdência e mais o do Tesouro Nacional. Porque naquela época o desconto ia para o Tesouro Nacional. Naturalmente não por muito tempo porque esse pessoal está na faixa dos 70, 80, 90 anos. Este benefício do Tesouro Nacional já praticamente desaparecendo. Por exemplo, nos Estados Unidos, na Suíça ou na França, esses benefícios aos idosos, aos desamparados, aos desvalidos é feito pelo Tesouro Nacional do país e não pelo seguro da Previdência. O seguro da Previdência é exclusivo aos segurados. Aí é que está.

Fita 7 - Lado B

JT O número desse benefício dado a esses trabalhadores rurais, pecúlio, podemos dizer, aposentadoria, foram, praticamente o número que na época foi anunciado, chegou a 750 mil. Multiplica isso, um salário mínimo ou dois terços de um salário mínimo para verificar que encargo financeiro não passou a ter a Previdência Social. E a mesma coisa o auxílio aos idosos. Para as pessoas depois de 65 ou 68 anos, têm direito de requerer o auxílio de sobrevivência, podemos chamar. Esses também são milhares de benefícios que foram concedidos. Tudo isso em cima da Caixa da Previdência Social, sem que esses elementos tivessem dado qualquer contribuição para o seguro social. Portanto o justo, o objetivo teria sido que a União, os estados tivessem assumido essa obrigação social, através do seu Tesouro.

NT Uma vez que o senhor está avaliando essas medidas que foram tomadas no governo militar, o senhor já, em alguns momentos, colocou algumas observações sobre o processo de unificação. O senhor podia colocar a sua posição, a sua avaliação sobre o processo de unificação, com a criação do INPS, unificação da Previdência?

JT No meu entender, eu fui um dos defensores e trabalhei, inclusive, dentro do Ministério do Trabalho, para a unificação dos institutos e Caixas. E com o passar de todos esses anos, o desvirtuamento, os desvios que foram feitos na Previdência, eu cheguei à conclusão, pessoal, de que a unificação não foi benéfica para os segurados. Porque na época em que existiam os institutos e Caixas, com a participação dos segurados na sua administração, os serviços assistenciais, a própria aposentadoria, o serviço médico-hospitalar, tudo isso funcionava com mais regularidade. Basta mencionar, por exemplo, que duas instituições, dois institutos tinham serviços médico-hospitalares magníficos, que eram os institutos dos Bancários e dos Marítimos. Em termos de, por exemplo, aposentadoria e de assistência, o Instituto dos Industriários era também fabuloso, fantástico. Era dos mais bem organizados. E praticamente isso, com a unificação, desapareceu. Desapareceu totalmente. A gente hoje vê, por exemplo, uma pessoa que precisa de um exame médico ou de uma chapa ou de assistência até cardiológica tem que esperar até um, dois, três meses. Às vezes, uma pessoa tem uma

operação cirúrgica a fazer, ela tem que entrar numa fila. Antigamente não tinha disso. Então, as caixas e institutos cuidavam com muito empenho, e não aconteciam esses atrasos no amparo e na assistência aos seus segurados. O que ocorre hoje. Hoje uma pessoa, às vezes, para uma consulta, ela tem que entrar numa fila, tirar uma ficha, para depois obter a consulta médica, quatro, cinco, uma semana e às vezes até um mês. Para obter uma consulta médica. Então, a gente está vendo que a Previdência Social, no momento, ela é precária, deficiente e defeituosa.

MC Seu Talarico, quando o senhor coloca que havia hospitais de primeira qualidade, como dos marítimos, como dos bancários, esses hospitais, eles atendiam basicamente aos marítimos e aos bancários.

JT Atendiam exclusivamente o seu segurado. O seguro do respectivo instituto.

MC Agora, por exemplo, os industriários que quisessem ter acesso ao hospital dos bancários não poderiam.

JT Não, porque aí o Instituto dos Bancários tinha também o seu programa de assistência médica hospitalar. Eu não estou lembrando assim quais eram os hospitais que assistiam os industriários, mas eles tinham hospitais.

MC Eles tinham convênios. Eles tinham ambulatórios e tinham convênios.

JT É. Tinham convênios. Mas, de qualquer maneira, os comerciários tinham. Por exemplo, havia organizações sindicais que tinham também; o Sindicato dos Arrumadores chegou a ter um hospital.

MC Sindicato dos?...

JT Dos Arrumadores do Rio de Janeiro, os estivadores tinham clínicas, tinham ambulatórios. Como têm hoje. Alguns sindicatos têm, na sua rede, consultórios e ambulatórios. E inclusive convênios porque de tal maneira os sindicatos hoje carecem de assistir os seus associados que acabam eles próprios também fazendo convênios com instituições médico-hospitalares.

NT Agora, o senhor falou que o sistema, depois da unificação, se caracteriza pela ineficiência. O senhor citou todos esses casos. O senhor atribui essa ineficiência a quê? Quer dizer, por que antes, o senhor, que defendeu a unificação, como o senhor mesmo colocou, por que antes era mais eficiente?

JT Sim, era mais eficiente porque, evidentemente, cada setor da Previdência ou cada instituição da Previdência, Caixa ou instituto, ela cuidava dos serviços médico-hospitalares. E era também menor número de pessoas. Hoje em dia são milhões de pessoas e não uma ordenação, por exemplo, porque ainda agora a gente vê, há uma grande concentração de hospitais e ambulatórios no Rio de Janeiro, no entanto, no interior do Estado do Rio não há nada. Porque não se fez. Por exemplo, Campos, Cabo

Frio, Arraial do Cabo, onde cabiam pelo menos organizações de ambulatórios ou de pequenos hospitais ou de consultórios, não existe nada. Absolutamente. E assim é no interior do país. Ainda agora, nós vimos, ainda recentemente, aquela ocupação militar na prefeitura de Apucarana, o capitão que protestou, que fez um protesto contra os níveis de vencimentos e salários que os oficiais do Exército percebiam, o seu reclamo maior também era porque os oficiais militares, que servem no interior, não dispõem de assistência médico-hospitalar. Então, por exemplo, ele que estava em Apucarana, se adoecesse, ele, a mulher ou os filhos, ele não tinha a quem se dirigir em Apucarana. Quando isso devia servir, ter um sistema. Por exemplo, aí é que é. A Previdência na Espanha, por exemplo, que eu conheci, ela era por densidade demográfica. Quer dizer, nas aldeias, nas pequenas cidades, era de acordo com o número. Então, numa aldeia tinha um consultório médico, dois ou três médicos para assistir. Na cidade maior, um ambulatório ou um pequeno hospital, e de conformidade com o número da população e de segurados, as instituições de Previdência espanhola criava ou consultórios ou ambulatórios ou pequeno hospital ou grande hospital. E aqui nunca se fez um planejamento médico-hospitalar. Por exemplo, eu tenho a impressão que São Paulo, apesar do grande número de instituições médico-hospitalares que existem, clínicas médicas as mais perfeitas que possam existir no país, a Previdência Social lá não tem um planejamento, não tem uma organização assistencial para dar assistência aos milhões de segurados da Previdência. Então, o que está faltando aí é um planejamento, a existência de médicos, ambulatórios e hospitais. Essa é que é a realidade.

MC Agora, o senhor disse que o senhor defendeu a unificação. Não havia resistência a essa posição do senhor a favor da unificação?

JT Não. Pelo contrário. Todos defendiam essa posição.

MC Antes da unificação todos defendiam?

JT Todos. Todos. Era voz geral. Porque, inclusive, o fato, por exemplo, do Instituto dos Bancários, o Instituto dos Marítimos darem uma boa assistência médico-hospitalar, isso produzia, vamos dizer assim, certa mágoa, queixas, reclamo, reivindicação por parte das outras categorias e dos outros institutos e caixas. Então diziam: “Por que nós não temos a mesma coisa que têm os marítimos, que têm os bancários?” – Então, de maneira geral, achavam que a unificação iria estabelecer ou nivelar a assistência médico-hospitalar no mesmo sistema e com a mesma perfeição que tinham esses outros institutos. E o que se viu foi um complicador. Porque acabaram essas instituições modelares envolvidas em prestação de serviços, com uma carga maior do que tinham, sem poder melhorar. Então hoje, você pega o Hospital de Ipanema e o Hospital da Gávea, você verifica que eram hospitais modelares, hoje eles têm grandes deficiências. Por exemplo, o Hospital do Estado, o dos Servidores do Estado, na rua Sacadura Cabral, que era o IPASE, ele foi tido e havido como hospital modelar e o mais perfeito da América Latina. Hoje já não é mais. Por quê? Porque ele foi massificado pela Previdência Social.

NT E essa massificação que o senhor fala, quer dizer, o senhor defende, por exemplo, o mesmo ponto de vista que o senhor colocou em relação ao seguro social, ou seja, não destinar verbas da Previdência para o auxílio ao idoso ou a extensão da aposentadoria ao trabalhador rural, o senhor acha que no caso da assistência médica, os hospitais da Previdência só deveriam atender os segurados? Como é que o senhor vê essa questão?

JT Não entendi.

NT O senhor acha que os hospitais da Previdência só deveriam atender os segurados também? O atendimento médico na Previdência deveria se destinar só aos segurados?

JT Mas é claro. Porque o segurado paga na sua contribuição para ter aposentadoria, assistência médica, hospitalar. Então, isso é um complemento, é uma prestação de serviço do que você contribui. Agora, ainda recentemente se anunciou, por exemplo, no momento em que se anunciava a demissão do Ministro Rafael de Almeida Magalhães, do Ministério da Previdência Social, chegou a se anunciar que o governo federal iria, para justificar a demissão, iria unificar o Ministério da Saúde com a Previdência. É um absurdo! O Ministério da Saúde é para a prestação de serviços na área federal, desenvolver um programa de assistência médico-hospitalar de forma geral, para a população brasileira. O Ministério da Saúde não tem nada a ver com Previdência Social. Previdência Social é seguro social. O que ninguém está entendendo no Brasil é isto, que a previdência é seguro social, é na base do que você contribui. Você contribui durante tantos anos para a sua aposentadoria e para a sua assistência médico-hospitalar, então não há como se desviar esse sentido. O que falta é uma orientação, um esclarecimento, uma informação mais detalhada no país. A compreensão. Porque hoje, por exemplo, você pega aposentados, você encontra nas praças públicas hoje, numa ociosidade muito grande, quando isso também devia ser uma das preocupações da previdência, criar condições, como tem nas instituições de Previdência nos Estados Unidos, na Europa, centros de lazer e de atendimento dos aposentados. Por exemplo, aqui já está se fazendo. Algumas organizações, por exemplo. Agora, há questão de algum tempo pra cá. Que essas casas de...

MC A LBA faz esse trabalho.

JT Não, a LBA iniciou isso. Mas isso, evidentemente, a pessoa é contribuinte da Previdência, a Previdência devia criar centros de lazer e casa de repouso para os idosos e aposentados. Porque praticamente hoje se criou uma situação muito caótica para os aposentados. O aposentado é um ajeitado, acaba sendo o ajeitado da família. Pela contribuição que ele recebe, pelo seguro ou pela aposentadoria ou pelo pecúlio que ele recebe, é tão pouco que acaba ele sendo marginalizado, nas famílias que não têm muita consciência familiar ou não têm aconchego ao pai, ao tio, à pessoa. Então ele acaba se marginalizando. Você vê hoje no país muitas famílias encaminhando para essas casas de repouso, clínicas de repouso, entendeu, os velhos, exatamente para se livrar. Por exemplo, um segurado da Previdência que esteja com um problema cardíaco ou esteja

com uma doença incurável na qual ele não tem condições de se auto assistir ou a família também não pode ampará-lo, ele é um desajeitado, porque a Previdência, em primeiro lugar, não quer aceitar uma pessoa nessas condições. Então não se criou no país um sistema médico-hospitalar capaz de assistir os idosos e criar clínicas de repouso. Isto é uma das grandes falhas da Previdência Social no Brasil. Agora está se fazendo em termos, por exemplo, de instituições de assistência social, feitas inicialmente pela LBA, mas já há algumas instituições particulares. E a verdade é essa, algumas até com bons resultados, porque o segurado idoso encontra ali pessoas da sua geração, então, tem um convívio mais aconchegado, mais fraternal, mais amigo. Enquanto que no seio da família é um desajeitado.

MC Agora, o senhor está se colocando em vários momentos e fundamentando a questão do seguro social. Mas os maiores adeptos do seguro social, os adeptos mais fervorosos do seguro social consideravam que a assistência médica dentro da Previdência era um problema muito sério porque a assistência médica é uma coisa muito...

JT Muito onerosa, custosa. Mas isso quem é que faz? Não é o segurado. É o administrador. É quem está na administração da Previdência é que faz isso. Porque os resultantes dos descontos, não só do empregador, de empregado como da União ou do estado, dava não só para pagar a aposentadoria, se bem aplicado o dinheiro... Por que no fundo o dinheiro da Previdência, em vez de ser aplicado para render, ele é destinado a obras públicas que o governo faz, como foi o caso de Brasília, e não houve retorno. Então, a Previdência foi desfalcada de recursos que deveriam estar rendendo juros a prazos fixos. Agora, quem estabelece, quem diz que a assistência médica é custosa, onerosa para o Instituto? São os administradores. Que na verdade não administraram bem, não administraram bem as instituições de Previdência. Essa é que é a realidade.

NT E do ponto de vista dos segurados então, quer dizer, além dos administradores, muitos deles defenderem o seguro social, o senhor acha que do ponto de vista dos associados também a defesa da Previdência como seguro social é uma coisa fundamental.

JT Eu acho que sim. Eu nunca vi um segurado dizer que ele não queria ou desejava que a assistência médico-hospitalar saísse do âmbito da Previdência. Você vê administradores. Se não me engano, eu até peço que você me confirme ou não. São administradores, são aqueles que têm a responsabilidade de gerir os recursos da Previdência e administrar a Previdência, que colocam esse problema.

NT Não, o problema que o senhor coloca, me parece, do ponto de vista dos segurados, é outro. É de considerar... É um contrato. Se ele paga, ele tem que receber. E excluiria com isso trabalhadores que não trabalham num regime estável ou não descontam. Trabalhadores como têm milhares no Brasil, no mercado informal.

JT Olha, eu vou colocar um problema aqui. Por exemplo. Nos governos Vargas e Dutra, o não recolhimento para a Previdência era punido severamente. Hoje, se você

fizer um levantamento, você vai encontrar, por exemplo, a omissão de empregadores de grandes empresas, financiadas pela União, pelo estado, empresas estrangeiras, que não cumprem o recolhimento. E até aplicam o desconto que fazem do trabalhador, entendeu, pegam aquele dinheiro que retiram do salário do trabalhador, como contribuição da Previdência, para aplicar no capital de juros, na compra do que eles entendem, ou para ampliação da empresa, ficam devendo, depois vão à Previdência Social, propõem o pagamento parcelado, com juros que não representam na verdade a compensação que devia ter o dinheiro que ele usufruiu. É por isso que a Previdência está neste estado em que está no Brasil.

MC Agora, com a reforma sanitária, como é que o senhor vê essa relação entre Previdência, quer dizer, financiando essa estadualização dos serviços médicos? Quer dizer, hoje em dia, ou melhor, municipalização dos serviços médicos. Haverá recursos da Previdência canalizados para os municípios. Porque com a municipalização da assistência médica...

JT Ele praticamente não fez uma municipalização nas...

MC A tendência é essa.

JT A tendência. Sim. Mas estou dizendo, o que eles fizeram foi, por exemplo, criar aquele fundo funerário, ou auxílio funerário. Isso se tornou, por exemplo, disputa política. Ainda agora, recentemente, por exemplo, o rompimento entre o PMDB e o PFL resulta exatamente de acusações de que o PFL...

MC Do Funrural.

JT É. Não. O Fundo... Não só o Fundo Rural como o auxílio funerário. Isso se criou exatamente para se dar. O que acontece é o seguinte. Não é de agora, é de muitos anos, sempre se colocou como necessário, imprescindível o entendimento entre a saúde pública da União, dos estados, dos municípios, com a Previdência Social. O que também não se fez. Outra falha no planejamento da assistência da Previdência Social. Porque, aí sim viria a municipalização, no momento em que o governo federal, através do Ministério da Saúde, viesse a fazer a assistência médico-hospitalar através das prefeituras, as prefeituras iriam criar consultórios, ambulatórios e hospitais. Aí então se justificaria um convênio, por exemplo, da Previdência com o município, a prefeitura, para assistir os segurados daquela área municipal. Mas isso não se fez até hoje. Não só em âmbito municipal como em âmbito municipal ou âmbito nacional. O que está faltando é justamente isso. É um planejamento da Previdência no aspecto médico-hospitalar. Como também a falta de entrosamento, a falta de entendimento, a falta de estabelecer negociações entre a Previdência, o estado e os municípios. Então há muitas falhas aí. E a verdade é que ninguém ataca esse problema dessa maneira.

NT Você tem alguma questão mais sobre a Previdência e a unificação?

MC Não.

NT Sobre a questão da Previdência, a sua avaliação da unificação, acho que nós tocamos os pontos principais. Agora, tem alguns fatos políticos, da sua trajetória de vida, que seriam importantes, nós registrarmos. Nós tínhamos colocado nessa questão da previdência e visão social do governo Juscelino, e logo após o governo Juscelino, o senhor teve uma participação na campanha do Lott. O senhor poderia falar um pouco sobre essa campanha? Quer dizer, o por quê, a que o senhor atribui o insucesso, a derrota de Lott, como é que o senhor viveu a campanha eleitoral.

JT Bom, eu fui membro do comitê interpartidário da candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott. Essa candidatura surgiu em função dos acontecimentos de 11 de novembro de 1955. Quando se tentava impedir a posse do Presidente Juscelino e do Vice-Presidente João Goulart. E a partir daí, o marechal Lott, juntamente com o Marechal Odílio Diniz, o Flores da Cunha e várias outras figuras da época, do cenário político, passaram a prestigiar a posse e o próprio governo Juscelino Kubitschek. Evidentemente a figura do Marechal Lott acabou se projetando, pelo sucesso e êxito do governo Juscelino no desenvolvimento econômico e industrial, ele acabou sendo mencionado, era mencionado como um dos sucessores de JK. E nas concentrações populares, nas reuniões sindicais, nos congressos, nos encontros, onde aparecia o Lott havia um clamor de aplausos e de apoio ao seu nome. Mas ele, evidentemente, era um homem de princípios muito rígidos, era um homem de hábitos muito moderados, um homem simples, mas muito compenetrado. E, na medida em que o seu nome foi ganhando expressão, evidentemente, começou-se a pressionar o Presidente Juscelino Kubitschek para que ele fosse...

Fita 8 – Lado A

JT Portanto o seu nome tinha um grande respaldo popular. E todos esperavam que o PSD lançasse a sua candidatura. Quem primeiro lançou a candidatura do Marechal Lott foi o PTB. Mas ele se tornou, evidentemente, um candidato um pouco difícil, porque ele era um homem rígido, um homem em que as pessoas não tinham liberdade de diálogo ou de acesso. E se criou alguns problemas muito difíceis. Por exemplo, alguns casos, que eu posso citar, foram decisivos nos seu esvaziamento político. Entre esses, por exemplo, eu que era membro do comitê interpartidário, participava sempre das audiências e dos encontros em que se fazia no seu escritório eleitoral. Era na Rua São José, ali, depois passou para a Rua do Carmo, então nós procurávamos levar representantes das várias áreas para hipotecar apoio à candidatura do Marechal Lott. Duas audiências, por exemplo, foram assim muito desgastantes para o Lott. A primeira foi com um grupo de estudantes. Reunimos aí um grande número de estudantes universitários e estudantes secundários, que foram à sua presença manifestar o apoio à candidatura, a disposição de trabalhar pela sua vitória, tal. E havia um dos estudantes, jovem ainda, muito entusiasmado, colocando plataformas nacionais, reformas tributárias, reforma agrária, reforma educacional, tal. E tinha sido o segundo ou terceiro orador. E o Lott, depois que ele terminou o discurso, perguntou: “Qual é a sua idade?” – Disse: “Ah, eu tenho 17 anos.” “Então você não é nem eleitor ainda, não é eleitor.” Disse: “Ah, eu ainda não sou, mas estou com a sua candidatura.” “Bom, acho que o seu dever primeiro é com os seus estudos, com a sua educação. Mesmo porque

o senhor não eleitor, como é que vai participar da minha campanha?” (risos) E sabe que o estudante secundário é decisivo. Ele trabalha mais do que outra pessoa qualquer. O jovem de 13, 14, 15, 16 17 anos, antes de se tornar eleitor, ele é um fanático por política. Então ele se movimenta, panfleta, cola, pinta, estica faixa, comparece aos comícios. E isso foi um jato de água fria na moçada ali. Outro caso que eu me lembro, também foi muito comentado na época, foi do grupo de artistas. O Jânio Quadros tinha constituído um comitê de artistas da maior expressão. Figuras mais importantes do mundo artístico-musical brasileiro tinham criado um comitê pró Jânio Quadros. E nós sentimos a obrigação de... Então, pegamos o Jaime Costa, o Modesto de Souza e outros artistas e tal, o pessoal de esquerda, e lá fomos, o comitê dos artistas. Para contrabalançar o comitê dos artistas pró Jânio, nós organizamos o do pró Lott. E, discursava daqui, discursava dali, no final, já praticamente... quando já estava praticamente no final, o Modesto de Souza, que era um grande cômico, tem vários filmes, era um grande comediante, querendo ser agradável: “Marechal, qual a natureza do teatro que o senhor gosta? Ópera, opereta, drama, revista?” O Lott respondeu: “Não, eu não gosto do teatro. E quando muito eu vou a um cinema, forçado pela D. Antonieta.” (risos) Esta coisa trouxe também um grande constrangimento por todos. Porque naquela época, naquela sucessão, havia um esvaziamento muito grande por parte do trabalho teatral. Então todo mundo ali estava esperando que o Lott prometesse, esperando que o Lott dissesse: “Eu gosto de todas as atividades teatrais, no meu governo eu vou assistir os artistas, os músicos e tal.” E com isso o pessoal saiu de cabeça baixa. Dois outros casos, três outros casos podem ser contados, para ver... Evidentemente eu não estou fazendo uma crítica. Ele era um homem muito sincero. Um homem que não escondia a sua razão de ser o que ele pensava, era um homem profundamente honesto. Por exemplo, no Maranhão, nós fomos fazer em São Luís, mas, devido a problemas de local e coisa, praticamente o comício foi realizado por volta das 20 horas. E o comício foi encerrado rapidamente, quer dizer, quando era 15 para as 21 horas o comício, a concentração estava terminada. Mas havia um grupo de elementos que tinha vindo de vários municípios maranhenses para cumprimentar e conhecer o Lott, conversar com o Lott. Então, se combinou que eles iriam para o hotel e o Lott, antes de se recolher, receberia essas pessoas. Então, deslocamos um grupo numeroso de pessoas influentes no Maranhão, para conversar com o Lott no hotel. Qual não é o nosso espanto e a nossa surpresa quando o Lott disse: “Ah, não. Eu não posso atender porque eu costumo me recolher às 21 horas. Para mim é sagrado eu estar recolhido e descansar a partir das 9 horas da noite. Então eu não posso assistir e tal...” E passou e foi direto para o seu apartamento (risos) e não recebeu as pessoas. Outro caso muito interessante, também da mesma natureza, foi aqui no Rio de Janeiro, após o comício no Largo do Machado. Nessa tarde o Jango recebeu de São Paulo a representação de mais de 180 prefeitos, que vinham hipotecar a solidariedade à candidatura dele como vice-presidente. E ele, no contato que teve com esses prefeitos, induziu os prefeitos que tivessem também um contato o Marechal Lott, para apoiar o Marechal Lott. Mas o problema é que eles voltavam nesse mesmo dia. Eles foram recebidos à tarde e voltamos à noite para São Paulo. Então o Jango me pediu, como também o Comandante Amaral Peixoto, que era também membro do comitê, que eu procurasse encaminhar esses prefeitos. Como havia o comício no Largo do Machado, eu concebi: “Bom, eu vou levar os prefeitos, coloco-os atrás do palanque, na hora que

terminar o Marechal Lott, eu apresento os prefeitos, cumprimento e tal, e com isso eles ficam satisfeitos. Poderá alguém dizer alguma coisa ou tirar, mas... Pode haver o quê? Uma demora de 20, 30 minutos, no máximo. Eu acho que é até interessante um encontro após esse comício. E não disse nada ao Marechal Lott, porque havia o pedido do Jango, havia a recomendação do Amaral Peixoto e a concordância de outros membros do comitê interpartidário de que a forma para atender os prefeitos paulistas era essa. E quando terminou o comício, ele ia descer, eu disse: "Marechal, está aí uma comissão de prefeitos que vieram hipotecar solidariedade à candidatura do Vice-Presidente, e não só o dr. Jango como o senador Amaral Peixoto e outros membros me pediram que eu trouxesse. Eles estão aí para o cumprimentar e ter um contato com o senhor". Disse: "Absolutamente. A via pública não é local para eu receber os prefeitos." (risos) E passou direto para o seu carro, foi-se embora. (risos) Ali se perdeu o apoio de 180 prefeitos que seriam decisivos a ele em São Paulo.

NT É. Não era um homem voltado para a política. De jeito nenhum. (risos)

JT Não. E outro caso foi em Pernambuco, no Recife. Praticamente, a campanha do Marechal Lott tinha sido feita pelo pessoal de esquerda, pelo pessoal do PC, onde o Recife é uma das maiores concentrações ideológicas, em termos de comunismo, do país. Reconhecido e tradicional. Mas o Marechal era um homem não comunista ou anticomunista. Tinha aversão total ao comunismo. E ele ia exatamente a um setor onde tinha o predomínio dos comunistas. E os comunistas tinham trabalhado exatamente para que a concentração, o comício tivesse a maior expressão popular. A maior presença, panfletaram, picaram muros e aí se conversou com o Marechal Lott no sentido de ponderar a ele: "Olha, Marechal, nós gostaríamos que o senhor, no seu discurso, não fizesse menção anticomunista ou de natureza antiideológica. E não falasse nada." Não atacasse nem criticasse os comunistas que na campanha eram nossos companheiros, estavam prestigiando a sua candidatura. Tal, não o que. Ele não respondeu nada. Não gostou da colocação e foi para a tribuna, fez o discurso dele, e no final ele disse: "Olha, me pediram para que eu não me referisse, não mencionasse, não criticasse, não dissesse nada contra o Partido Comunista Brasileiro. Quero dizer de público que não quero o apoio dos comunistas." E com isso, evidentemente, criou-se uma situação muito difícil lá em Pernambuco. Há outros fatos. Mas na verdade eu posso dizer que ele era um homem sincero, honesto, e não tenho dúvida nenhuma de que se ele tivesse sido eleito, nós teríamos tido um bom governo. Porque era um homem probo, um homem com grande espírito público, mas, infelizmente, atitudes dessa natureza esvaziaram muito a sua candidatura. Ele era um homem com princípios dos quais ele não abria mão. E tenho a impressão, a convicção de que foi exatamente isso que levou a que ele não fosse vitorioso na campanha presidencial.

NT Uma outra questão política importante na sua vida foi a participação no governo João Goulart. Nós vimos a entrevista do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, onde o senhor explora bastante a sua participação no governo João Goulart. Agora, assim em relação à Previdência Social, à visão social tem algum ponto que o senhor acha importante destacar, no período do governo João Goulart?

JT O Jango, o governo do Jango. Primeiro a sua passagem pelo Ministério do Trabalho, há uma recuperação social dentro do Ministério. Porque o Ministério do Trabalho no governo Vargas, ele teve problemas. Algumas dificuldades. E o Primeiro-Ministro do Trabalho nomeado, o meu amigo Danton Coelho, não era um homem voltado para a política social. Ele era um político. Era essencialmente político. Tinha sido o grande articulador da candidatura de Vargas, em 1950. E dirigente, foi colocado exatamente, depois da morte de Salgado Filho num desastre de avião, na campanha de [19]50, ele foi colocado como presidente do PTB. Então ele era, vamos dizer, essencialmente um homem político. Adorava fazer política, devia ter sido ministro, vamos dizer, da Justiça ou chefe do gabinete de Getúlio, teria sido certo. Mas, como Ministro do Trabalho, ele se preocupava muito com o aspecto político da gestão de Vargas. E por essa razão ele ficou pouco tempo no... Depois veio o Segadas Vianna, que foi um ministro da casa, praticamente. Ele tinha sido diretor da Divisão de Organização e Assistência Sindical, depois diretor do Departamento Nacional do Trabalho, tinha escrito alguns livros, deputado e presidente da comissão de legislação social da Câmara dos Deputados, podíamos dizer assim, era um burocrata, um homem de administração. Mas sem aqueles compromissos maiores de conquistas sociais maiores e movimento de direito de greve, esta coisa toda. Tanto assim que o seu afastamento do Ministério do Trabalho adveio da sua intervenção na greve dos marítimos, quando ele baixou um ato determinando a convocação militar dos marítimos. Os marítimos eram, de acordo com a então legislação, eram militares da reserva da primeira linha, quer dizer, ele baixou um ato de convocação militar dos marítimos. Então a não presença ao trabalho nos portos representaria deserção e, consequentemente, motivo para você demitir e afastar sumariamente. Isto provocou uma reação violentíssima no meio sindical. O Getúlio que vinha com compromissos, durante a sua campanha, em favor dos trabalhadores, direito de greve, Previdência Social, novas leis trabalhistas, enfim e pelo seu passado, este ato do Segadas Vianna no Ministério do Trabalho provocou um turbilhão de consequências terríveis para o governo, com um desgaste muito grande para o Getúlio. Então o Presidente se viu obrigado a afastar o Segadas Vianna e aí foi buscar o Jango para ser Ministro do Trabalho. O Jango estava destinado, numa reforma ministerial, a ocupar a Pasta da Agricultura. Que era a pasta reivindicada pelo Rio Grande do Sul. E como ele era um bem sucedido fazendeiro, criador de gado – basta dizer que ele, antes da campanha do Getúlio, ele se tornara o grande fornecedor, além da sua própria criação de gado, ele se tornou um grande comprador para os frigoríficos. Havia anos em que ele fornecia 50 mil cabeças de gado. Isto representa, em termos de negócios, lucros fabulosos. Era um bem sucedido fazendeiro. E, evidentemente, o seu maior desejo era ser Ministro da Agricultura. Mas esta situação, esta crise criada pela greve dos marítimos, a paralisação dos portos no país, a convocação militar dos marítimos por parte... A reação do meio operário, não só dos marítimos, dos ferroviários, portuários, como todas as categorias, então era a aplicação da lei militar contra os trabalhadores!, levaram então o presidente a convidar o Jango para ser Ministro do Trabalho. E ele, realmente, no Ministério do Trabalho, deu assim um grande impulso, abriu o Ministério. Praticamente eram quase que diárias as reuniões no Ministério por parte dos trabalhadores. E deu outra reformulação ao Ministério. Enfim, a posição do Jango como Ministro do Trabalho foi muito boa. Por exemplo, ele não só começou a fazer

regulamentações de trabalho, como a instituição dos salários profissionais para várias categorias, a revisão do salário mínimo, que foi a causa do seu afastamento, determinando então a reação do poder econômico contra ele, através de um manifesto dos coronéis, e a sua saída do Ministério do Trabalho ficou caracterizada que ele saía por defender os direitos e os interesses dos trabalhadores. Então, praticamente, o Jango se tornou uma grande figura no meio popular e no meio dos trabalhadores. E ele foi mal sucedido nas eleições de 1954, candidato ao senado, juntamente com um outro deputado, agora estou esquecendo, não estou recordando o nome dele, ao senado. Havia a chapa do PTB. E ele se negava... Porque naquela época havia a opção de você escolher senadores dos vários partidos. Quer dizer, eram duas vagas, você podia votar, vamos dizer, uma hipótese, um do PTB, UDN ou PSD, tal e compunha a chapa. E ele se negou terminantemente a que fossem distribuídas chapas com o Daniel Krieg e com o Mário Câmara, que foram os vencedores, por uma margem muito estreita de votos, no Rio Grande do Sul. Tanto assim que nesta época, devido à derrota, ele pensou em renunciar ao PTB. E, através de uma mensagem que foi levada ao Oswaldo Aranha, por mim e pelo Brizola, ele queria que o Oswaldo Aranha assumisse a presidência do PTB no seu lugar. E o Oswaldo Aranha não só recusou como mostrou ao Jango que aquela derrota tinha sido um erro, um acidente, cujo principal responsável pelo acidente tinha sido ele, como se estivesse dirigindo mal um automóvel. E, consequentemente, fez com que Jango voltasse. E o Jango, a partir daí, começou a desenvolver. Mesmo afastado do governo, prestigiava muito os movimentos operários, não só do Rio de Janeiro como do Rio Grande do Sul, especialmente.

NT E no caso do governo dele, Jango na Presidência da República, quer dizer, alguma coisa em relação à Previdência Social ou à política social que o senhor acha importante registrar?

JT Bom, ele como Vice-Presidente, evidentemente, colaborou em todos os eventos sociais no governo Juscelino Kubitschek. Por exemplo, muitas coisas que o Juscelino pôde realizar foi com o seu apoio. E isso não é muito evidenciado não. Ele, como vice-presidente, prestigiou muito o Juscelino e tal. Inclusive abdicou, como disse a vocês, daquele acordo, dando maior participação. Isso trouxe lastro político para ele, porque também, o fato dele ter aberto mão da exclusividade do Ministério da Agricultura e do Trabalho em favor de outros partidos, isso abriu para que ele tivesse acesso aos outros partidos. E ele era muito habilidoso, um homem muito fraternal, muito agradável, e conquistava as pessoas com muita facilidade, pela sua simplicidade. E no governo dele, ele continuou se dedicando aos avanços sociais. Foi meta muito buscada as reformas na base. Aí vem a sua grande preocupação em fazer a reforma social, a reforma tributária, a reforma da educação, a reforma administrativa, a tributária, reforma agrária. Eram as chamadas reformas fundamentais. Reformas básicas. Então, nesse contexto você pode encontrar as justificações do sentido social que ele desejava dar ao seu governo.

NT E depois do movimento militar de [19]64, o senhor esteve afastado bastante tempo da vida política do país, e depois em [19]82, basicamente, que o senhor retoma como...

JT Não. Eu nunca parei. Eu, desde mesmo de [19]64, eu entrei no processo de conspiração permanente. Então eu fui, por exemplo, 55 vezes ao Uruguai. Eu recebia a missão do Jango de ir ao Chile, de ir ao Peru, de ir à Venezuela, ao México, Argélia, França, Portugal, Espanha pra contatar com os companheiros que estavam exilados. Durante todo esse tempo. De 1964 até 1980, [19]79, por aí. Por isso que fui preso cerca de 28 vezes e respondi cerca de... Todos os IPMs que o Jango respondeu, eu fui indiciado, quer dizer, 25 ou 26 IPM, por aí.

NT E a partir de toda essa experiência, que foi viver esse período de autoritarismo, preocupado com a vida do país, enfim, com essas questões, como é que o senhor vê essa situação, hoje? Como é que o senhor se coloca hoje em relação à política?

JT Bom, eu não sei se... Não é o problema de idade, porque hoje estou com 72 anos. Comecei muito cedo na política. Comecei como, como eu disse anteriormente a vocês, comecei como estafeta da Revolução de [19]24, com a idade de oito, nove anos. Uma grande participação na Revolução de [19]30, inclusive com problemas que eu tive que me defrontar com a própria família, que não era getulista. E depois, dentro do movimento universitário. A minha participação, inclusive, na campanha da candidatura José Américo, depois na fundação da UNE, como primeiro presidente da Confederação Brasileira de Desportos Universitários. Enfim. Depois a minha ida primeiro para o Ministério da Educação, depois para o Ministério do Trabalho. Eu nunca parei. E, em [19]82, reeleito deputado pela Assembléia Legislativa do estado, líder do governo Brizola, acabei distinguido com a indicação do Tribunal de Contas do Estado. E acabei aposentado compulsoriamente. De maneira que acho que já dei a minha contribuição. Apesar de não ter me acomodado.

Fita 8 - Lado B

JT Mas hoje eu ainda, por exemplo, presido a Associação Cultural José Martí, no Rio de Janeiro, que é a Casa de Cuba. Ainda agora nós trabalhamos para que a Fundação Oswaldo Cruz fizesse um convênio com Cuba, de reciprocidade, porque nós desenvolvemos, antes do reatamento de relações diplomáticas, um grande trabalho. Um trabalho, por exemplo, de demonstrar que Cuba jamais interferiria politicamente no Brasil. A grande objeção que se fazia ao reatamento de relações era de que Cuba poderia, no reatamento de relações, fazer a propaganda revolucionária. E nós fizemos um grande trabalho. Trabalho esse que resultou não só na apresentação de um documento, onde nós fotografávamos Cuba atual como um país com o qual o Brasil não deveria deixar de ter relações. Esse trabalho foi dirigido ao Presidente da República, aos ministros de Estado, aos deputados, aos senadores, governadores, mostrando a conveniência e a importância que tinha o reatamento de relações. Evidentemente, depois nós fizemos também um trabalho de intercâmbio. Firmamos um convênio, mesmo antes do reatamento. A associação Cultural José Martí fundada

até, vamos dizer, contrariando os princípios legais do país, se constituiu e passou a fazer um trabalho no sentido de que pessoas visitassem Cuba, fossem fazer cursos... Mas chegou um momento que a situação de Cuba... Cuba recebe cerca de 15 mil pessoas por ano para estágios, cursos e participação em trabalhos intelectual e cultural. E há no Brasil um grande interesse, uma grande procura de pessoas que desejam ir a Cuba. Ir a Cuba, mas convidada. Então, Cuba o que fez? Estabeleceu reciprocidade. Quando alguém do Brasil deseja ir a Cuba, ele deve retribuir no sentido de que possa vir também para o Brasil um cubano. Foi então o que fez a Fundação Oswaldo Cruz. Foram cinco ou seis médicos para lá e estão aí cinco ou seis médicos estagiando na Fundação. E eu também presido a Associação Brasil-Argélia. Que é uma entidade que também cuida do intercâmbio. Presido o Movimento Cívico Getúlio Vargas, que é uma instituição de culto à memória do Getúlio. E participo ainda, sou membro do Conselho Administrativo da ABI, secretário da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e ainda, vamos dizer, tenho uma ou outras obrigações de natureza social. Então eu não estou praticamente parado. Mas acho que, em termos políticos, a oportunidade deve ser dos jovens. E na verdade, já desde [19]54, as novas gerações não tiveram oportunidade de participação política. Daí essa rebeldia, essa revolta que existe no espírito jovem hoje, pela falta de oportunidade na vida política brasileira. Eu acho que agora é a hora dos jovens ocuparem, como eu ocupei no tempo de estudante, durante todo o tempo em que eu tive oportunidade, eu participei da vida política. Por exemplo, há uma participação muito grande minha, com contemporâneos meus, em 1939, [19]40, [19]41, [19]42, que foi a entrada do Brasil na guerra, o rompimento de relações com o Eixo, com a Alemanha, com a Itália e com o Japão. Nós pressionando, levando, fazendo com que o governo brasileiro mudasse a sua posição de simpatizante, vamos dizer, do nazi-fascismo, para a adesão aos aliados. Isto foi um trabalho muito interessante que foi feito. Agora, este ano se fez as comemorações do cinquentenário da fundação da UNE. E eu participei. Tivemos aí várias reuniões, entrevistas, encontros, declarações. Ainda agora mesmo, por exemplo, no dia 23, o senador Ernani do Amaral Peixoto vai ser homenageado na Assembléia Legislativa do Estado, com a concessão do título do benemérito do Estado, pelos seus 50 anos de atividade política, mas em função da contribuição que ele deu no período da guerra ou antes da guerra. Porque nós, estudantes daquela época, tendo Filinto Müller como chefe de polícia, nós não podíamos realizar os comícios, os atos de repúdio à Alemanha nazista, à Itália fascista, ao Japão despótico, nós não tínhamos condições. Então, quem abriu condições para que nós desenvolvêssemos essa campanha foi o Ernani do Amaral Peixoto, então interventor do Estado do Rio. E nós transformamos o Estado do Rio num estado livre brasileiro, onde nós realizávamos atos de protestos, atos de comícios, enfim, fizemos um grande movimento. Até que num dia 12 de outubro de 1942, fizemos uma passeata na Av. Rio Branco, de rompimento de relações com o Eixo. Que foi uma passeata de carros alegóricos, onde o Filinto tentou impedir e nós, obtendo a autorização do Presidente Getúlio Vargas, graças à colaboração que deu o Oswaldo Aranha, o Ministro da Fazenda, que era o Artur Souza Costa, o Ministro da Justiça, que era o Vasco Leitão da Cunha, o prefeito Henrique Dodsworth, mais ainda o Ernani do Amaral Peixoto e a Alzira, nós conseguimos com que o Presidente da República autorizasse essa passeata. E 48 ou 72 horas depois, o Filinto estava demitido da Chefatura de Polícia. E aí vem uma retomada democrática do Brasil, ao lado das

nações aliadas. Isso foi uma campanha muito interessante. Então, eu acho que já dei uma grande contribuição. Evidentemente eu não estou, como diz Jânio, arquivando as chuteiras. Tanto assim que eu agora, depois de amanhã, dia 18, eu viajo para o México, a convite da Unidade Latino-Americana, para uma reunião que vai reunir representantes de todos os países latino-americanos, como um evento para pressionar o grupo Contadora e os presidentes das Américas, que vão se reunir no México no dia 26, para tratar da paz da América Central. Então estou sendo convocado porque, durante três gestões, fui vice-presidente da Federação Latino-Americana de Jornalistas. E até a filiação da Federação Nacional dos Jornalistas na Federal Internacional dos Jornalistas, com sede em Praga, eu fui o representante da Organização Internacional de Jornalistas. Então, em função desse passado de lutas, eu tenho sido convidado e sou convidado e vou, por exemplo, agora, distinguido com o convite de ir ao México participar dessa reunião que antecede a reunião dos presidentes das Américas, no sentido de clamar e buscar a paz na América Central.

NT Dr. Talarico, nós gostaríamos de agradecer, em nome da Casa de Oswaldo Cruz e da Fundação Oswaldo Cruz também, ao depoimento que o senhor nos prestou, e ressaltar a importância dessa sua contribuição. Inclusive pela sua participação na política do país e em momentos importantes aí da história da Previdência Social também. Se o senhor quiser colocar mais alguma coisa...

JT Não. Eu acho que nós falamos muito, não é? Inclusive, eu lamento que não tivesse sido, não tivesse preparado melhor. Eu teria que fazer uma grande pesquisa. Mas lamentavelmente, tudo o que eu tinha de documentos relativamente ao Ministério do Trabalho, à Previdência Social, à vida política, durante o regime militar essa casa foi invadida várias vezes, e até depredada. Tudo que eu tinha de documentos, inclusive os arquivos do Ministério do Trabalho, foram levados e não devolvidos. Então, praticamente, eu estou desprovido de documentos. A única coisa que ainda funciona um pouco, apesar da idade, é a mente, e a memória... E, evidentemente, às vezes, fatos importantes nós esquecemos, tal. Mas eu tenho muitos documentos aí, já agora do período de [19]80 pra cá, se vocês estiverem interessados, poderiam tirar cópia. Há muita coisa. Por exemplo, eu tenho até aqui um documento, que é uma espécie de registro que eu faço – se não me engano está aqui – É sobre a morte do Jango. E aqui eu fiz... Aqui ó. – Mas isso eu queria tirar cópia para dar a vocês. Há muita coisa importante. Por exemplo, aqui eu tenho uma conferência que eu fiz sobre o trabalhismo e a fundação do PTB. Que eu fiz em São Paulo. Onde há muita coisa interessante. Por exemplo, aqui – Trabalhismo. Fundação do PTB. Os rumos do seu desenvolvimento até os dias atuais. São temas que procuramos enfocar nessa exposição. Então eu faço o relato de quem viveu os episódios e desfrutou o convívio de Getúlio, de Marcondes Filho, de Baeta Neves, de João Goulart, Danton. Uma série de coisas. Se vocês amanhã tiverem interesse, eu poderia dar a vocês, copiarem...

NT Ah, sim.

JT Não é. Eu tenho muita coisa aí. Muitos depoimentos, muita coisa. Inclusive até eu vou mostrar a vocês ali... vocês já...

NT Vamos desligar.

JT Vou mostrar a vocês um armário aí onde eu tenho coisas que...